



www.uc.pt/rualarga

RUA LARGA REVISTA DA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

P o f s i g

59 • 2025

RUA LARGA

REVISTA DA
REITORIA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
NÚMERO 59
MARÇO 2025

será produzido um
único volume anual,
que se destaque como
ícone de cultura com
marca UC e de reflexão
metacultural aberta ao
país e à intervenção
de agentes culturais de
relevância internacional.
A publicação coincidirá
com a Semana Cultural
de cada ano.

PROPRIEDADE
Universidade de Coimbra

DIRETOR
Amílcar Falcão

DIRETOR-ADJUNTO
Delfim Leão

EDITORA
Marta Poiães • rua.larga.uc@gmail.com

DIREÇÃO ARTÍSTICA
Henrique Patrício

FOTOGRAFIA
João Armando Ribeiro

PRODUÇÃO
Teresa Baptista

EDIÇÃO
Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha, 1
3000-214 COIMBRA • PORTUGAL
Telef./Fax.: 239 247 170
Email: imprensauc@uc.pt

IMPRESSÃO
Uniarte Gráfica S.A.

TIRAGEM
1400 ex.

ISSN
1 6 4 5 – 7 6 5 x • Anotado no ICS

CAPA
João Armando Ribeiro

www.uc.pt/rualarga
rualarga@uc.pt • Tel. 239 859 823

RUA LARGA

REVISTA
DA REITORIA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
NÚMERO 59
MARÇO 2025

EDITORIAL
UC e Poesia –
Dinâmicas de Criação e
de Inovação – P.05
Amílcar Falcão

**REITORIA EM
MOVIMENTO**
A «Questão Poética»
na Era da Inteligência
Natural – P.13
Delfim Leão

Um Balanço – P.15
Luís Neves

A Ciência pode
ter Poesia? – P.19
João Ramalho-Santos

Universidade de
Coimbra, Alta e Sofia
— Salvaguarda e
Autenticidade – P.23
Alfredo Dias

Poiesis e Ensino-
-Aprendizagem:
a Revelação e a Criação
de Sentidos – P.25
Cristina Albuquerque

Internacionalização
da UC: Prioridades – P.29
João Nuno Calvão
da Silva

Ode à Transformação:
a Universidade
enquanto Agente
de Mudança – P.31
Patrícia Pereira da Silva

Inovação e Transferência
de Conhecimento:
A Universidade de
Coimbra como
Poeta de Parcerias
Empresariais – P.35
Nuno Mendonça

A Poesia como
Ato de Resistência – P.39
Paulo Peixoto

Universidade de
Coimbra: Universidade
Empreendedora – P.43
Gabriela Fernandes

A Poesia
dos Jogos:
Transcendência,
Arte e Valor
na Experiência Olímpica
e Paralímpica – P.45
Filipa Godinho

**OFICINA DOS
SABERES**
Retrovisor
Santa Isabel, Consorte
do Rei Trovador. – P.51
António Manuel
Ribeiro Rebelo

Camões Celebrado – P.57
José Augusto Bernardes

Anseio de Plenitude
e Horizonte de Paz
Universal em Luís de
Camões – P.63
José Carlos
Seabra Pereira

A Voz Trágica de
Carlos Paredes
na Evocação do
seu Centenário:
Poiesis e
Significado – P.75
José de Oliveira Martins

O Legado Pessoa – P.79
Diego Giménez

Ribalta
*Applausos da
Univerfidade
a El Rey N.S.
D. João III* – P.85
Fernando Taveira da
Fonseca

Sobre (ou Sob)
o Poetry Slam – P.89
Mattia Faustini

Coimbra:
em Cada Esquina
um Poeta – P.95
Rute Silva
aka Intermediária

Ciência Refletida
Projeto Europeu
CONVIVIAM:
Património Alimentar,
um Novo Ativo do
Programa *New
European Bauhaus*
– P.105
Carmen Soares

BIOBASED2UC,
um Projeto para a
Universidade de
Coimbra:
Poiesis e Práxis
lado a lado – P.109
José António
Ferreira Gamelas

Ágora
Sem Título – P.113
Graça Capinha

Patrimónios
O Rosto
de um Rei – P.120
Eugénia Cunha
Maria Teresa Ferreira
Saul Gomes
Maria Antónia Amaral

AO LARGO
Crónica
Camões, Poeta
Internacional – P.131
Frederico Lourenço

Criação literária
Poema De.Pen.Durar
– P.137
Rita Grácio

Lugar dos livros
Prémio Joaquim
de Carvalho – P.139
Maria João Padez

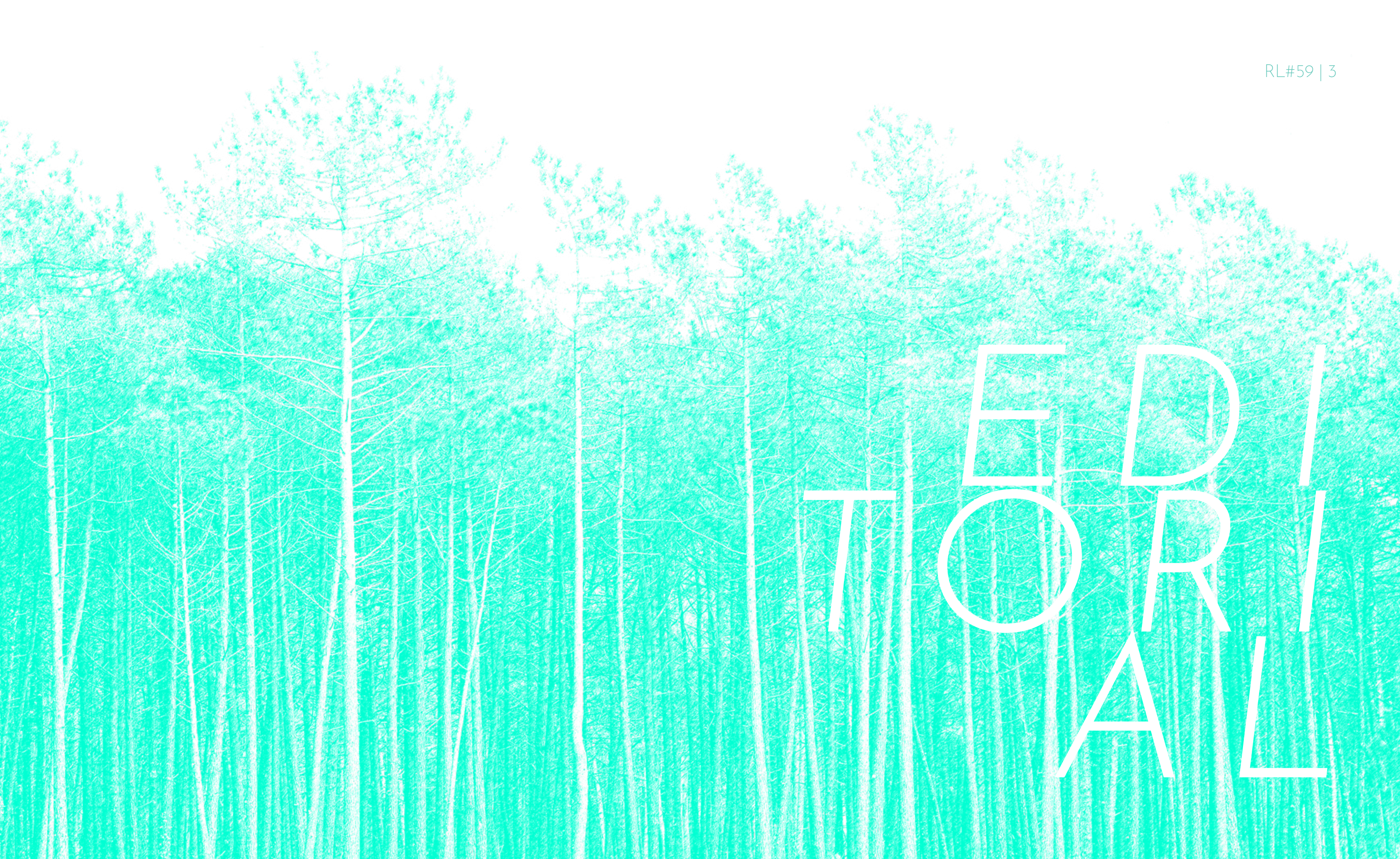
Livros em
Destaque – P.140



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



EDITORIAL



AMÍLCAR FALCÃO *

Uf e Poesia

Dinâmicas
de Criação
e de
Inovação

A

A UC tem
muitas
tradições
que lhe são
associadas.
Hoje, são
tradições, mas
tempos houve
em que foram
inovações.

palavra *poíesis*, derivada do verbo grego *poiein*, que significa simplesmente «fazer» ou «construir», pode englobar, na sua riqueza semântica, qualquer forma de criação ou construção. Mais do que um conceito técnico ou erudito, *poíesis* exprime assim a essência da criatividade e da inovação, capacidades que têm marcado profundamente a história da Universidade de Coimbra (UC) ao longo dos séculos.

Neste ano de 2025, em que convergem efemérides tão importantes para Portugal, para a Lusofonia e, em específico, para a UC, como acontece com os 700 anos da morte d’el Rei D. Dinis, os 735 anos da fundação da Universidade, por ele criada, e os 500 anos do nascimento de Luís de Camões, celebrar a poesia no âmbito da XXVII Semana Cultural constitui mais do que uma simples escolha temática: representa um público testemunho do compromisso da UC com a sua vocação de criar, transformar e inspirar. Com efeito, a capacidade da UC para se reinventar e inovar continuamente constitui a própria expressão viva de *poíesis*, mostrando como a experiência e a antevisão do futuro devem caminhar juntas na construção de um legado cultural e intelectual.

A UC tem muitas tradições que lhe são associadas. Hoje, são tradições, mas tempos houve em que foram inovações. E é por termos argumentos que fundamentam as nossas tradições que as devemos respeitar.

Algumas das nossas tradições resultaram de decisões extraordinariamente vanguardistas para a época. Entre muitas que poderia enumerar, não posso deixar de enaltecer o uso do traje académico como forma de diluir o estatuto social dos estudantes. Ao contrário do que vemos por outras paragens, o nosso traje académico não é colorido nem pretende chamar a atenção. É discreto, e tem uma capa que pertence ao traje não por fruto do acaso. No passado, muito estudantes usavam a capa como abrigo, não só da chuva, como manda a tradição, mas também e, especialmente, para aguentarem as noites mais frias que por vezes tinham de passar (chegou para muitos a funcionar como manta para a sua cama). Portanto, na UC, o traje académico foi uma marca de democraticidade que enviava sinais muito arrojados para a época. Hoje, o traje entra no lote das tradições, mas a inovação que esteve na sua origem não pode nem deve ser ignorada ou esquecida.

Testemunhei com mágoa a falta de consideração das autoridades (várias, diga-se) pelo significado que a Serenata Monumental tem para com a nossa comunidade académica. Usarem-se argumentos absurdos ou fazerem-se exigências de última hora para evitar uma tradição

académica dá-me vergonha alheia. Insinuar-se que um momento alto da tradição académica pode ser no Largo da Sé Velha ou no parque de campismo também me dá vergonha alheia. Nada é imutável, mas deixem aos estudantes a tomada de decisões que mexem com o orgulho de pertencerem à nossa academia.

Qualquer dos exemplos que dei (traje académico e Serenata Monumental), além das suas origens e significado para a academia, constituem-se como parte integrante da classificação conferida pela Unesco (2013) da UC, Alta e Sofia como Património da Humanidade. E essa classificação, que apenas cinco universidades espalhadas pelo mundo se podem orgulhar de deter, somente no caso da UC envolve a componente material e imaterial. Portanto, adulterar tradições que fazem parte da classificação da Unesco não só é insensato, como pode fazer perigar a própria distinção que nos foi concedida.

Sinto-me muito à vontade para falar sobre estas temáticas. Devo ser, provavelmente, o reitor menos formal que a UC conheceu ao longo da sua história. A minha informalidade corresponde a uma adaptação aos novos tempos. O respeito e a autoridade não se impõem, conquistam-se. E em democracia, não se conquistam pela força, merecem-se pelo exemplo.

A UC pretende ser um exemplo vivo de uma instituição secular, sempre com os olhos postos no futuro. Temos a Ação Social mais forte e estruturada do país, e isso levou décadas a construir. Temos uma Associação Académica centenária, cuja voz e intervenção cívica só podem ser respeitadas e aplaudidas. Assumimos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) inscritos na Agenda 2030 das Nações Unidas, muito antes de se terem tornado numa moda. Cultivamos valores humanísticos por opção, sendo intolerantes com a intolerância. Não falamos de cidadania, igualdade e inclusão — pomo-la em prática.

A nossa dinâmica na investigação e na inovação demonstra que é possível respeitar o passado, cultivar valores humanísticos, e estar na vanguarda de muito do que melhor se faz em Portugal e no mundo. E os sinais são muito claros. Numa década, passámos de uma universidade dependente do financiamento nacional (Fundação para a Ciência e Tecnologia/FCT), para a universidade cujo financiamento competitivo está maioritariamente assente em projetos internacionais (basta consultar os números do Horizonte 2020 e do atual Horizonte Europa). Nessa mesma década, conseguimos que todas as áreas do saber (todas as Faculdades) passassem a ter financiamento europeu. Aumentámos de forma susten-

A UC
pretende ser
um exemplo
vivo de uma
instituição
secular,
sempre com
os olhos postos
no futuro.

Num contexto
geopolítico
tão instável,
cumpre-nos
manter o
rumo, estar
atentos ao
que se passa
e, dentro
do possível,
antecipar
os cenários
futuros e a
forma como
a UC se deve
posicionar.

tada o envolvimento com o tecido empresarial (em todas as suas vertentes: estágios, projetos de I&D, e empregabilidade). Sabemos, hoje, o que são *royalties* provenientes das nossas patentes (depois de andarmos muito tempo sem ver qualquer retorno desse importante ativo da UC).

Quando um dia se fizer a história da pandemia (COVID 19), as surpresas serão mais do que muitas. Quando se dizia que o vírus estava longe (na China), já nós estávamos a preparar a sua presença no nosso país. Quando entendemos que era o momento, passámos ao regime não presencial (tendo sido enormes as pressões sofridas por o estarmos a fazer, não obstante dias depois o próprio país ter chegado a essa conclusão). Implementámos o *take-away* nas nossas cantinas (nunca as tendo fechado). Montámos o nosso laboratório de alta segurança para despistar os casos positivos (24 horas/dia 365 dias/ano). Fizemos rastreio à comunidade académica, tendo evitado muitos surtos. Ajudámos lares e escolas da região. Demos apoio aos nossos hospitais. Protegemos as pessoas até ao limite do possível.

Simultaneamente, procedemos a uma desmaterialização sem precedentes. Desenvolvemos *software* proprietário que nos permitiu enfrentar a pandemia e sair dela mais bem preparados para o futuro. Temos, hoje, opções que não tínhamos e que nos abrem portas a novos modelos de ensino-aprendizagem, incluindo o processo de avaliação. Tudo isso envolvendo um esforço coletivo notável.

Infelizmente, depois de uma pandemia, vieram os conflitos militares. Sabemos como começam, nunca sabemos como acabam. Aquilo que sabemos é que, efeitos colaterais à parte (ex. preço da energia, migrações, dificuldade na aquisição de bens e serviços, etc.), temos continuado a desempenhar aquele que deve ser o nosso papel: apelar à paz entre os povos, apoiar os refugiados, manter e criar pontes, usando para isso as nossas ferramentas (ensino, investigação e partilha de conhecimento).

Num contexto geopolítico tão instável, cumpre-nos manter o rumo, estar atentos ao que se passa e, dentro do possível, antecipar os cenários futuros e a forma como a UC se deve posicionar. Mostrámos ser capazes de o ter feito ao longo da nossa história. Seremos certamente capazes de o continuar a fazer. E é esta atitude que distingue as instituições dinâmicas e inovadoras das restantes.

Usemos como inspiração o nosso fundador, el Rei D. Dinis, o Rei-Poeta, e sejamos capazes de estar à altura de preservar e perpetuar o seu legado.

* Reitor, Universidade de Coimbra



REITO- RIA EM MOVI- MENTO





DELFIN LEÃO *

A «QUESTÃO POÉTICA» NA ERA DA INTELIGÊNCIA NATURAL

Pese embora a ampla riqueza polissémica do conceito de *Poesia*, o termo possui, na sua origem, uma dimensão humilde, tendo sido cunhado do verbo que significa simplesmente «fazer», «construir» (*poiein*). Por esse motivo, a palavra *poiésis* designa, antes de mais, todo o tipo de «construção» ou «criação», ainda que se tenha vindo a especializar, já na Antiguidade e sobretudo desde Platão e Aristóteles, como forma de designar um produto intelectual elevado e definidor do carácter.

Num ano em que conflui a celebração de efemérides particularmente significativas para Portugal, para a Lusofonia e sobretudo para a Universidade de Coimbra (UC) — os 700 anos da morte do Rei D. Dinis, os 735 anos da fundação da primeira universidade portuguesa pelo mesmo soberano e ainda

os 500 anos do nascimento de Luís de Camões —, a opção por eleger a *Poesia* como tema da XXVII Semana Cultural tornou-se, assim, quase um imperativo cultural e ético.

Antes de mais, por ser D. Dinis o Rei-Poeta, título que se justifica não apenas pelo contributo que deu à literatura, mas pela tenacidade criativa e construtora, que são afinal conceitos cobertos igualmente pelo termo *poietae* ou «poeta». Em seguida, porque desse impulso criador decorre a fundação da UC, também ela um ato poético em construção ininterrupta, no qual cada geração continua a inscrever renovados contributos à arte, à cultura e à ciência.

Finalmente, porque a celebração dos 500 anos do nascimento de Luís de Camões, cujo arranque oficial ocorreu em Coimbra, no dia 10 de junho de 2024, continuará a ser

evocada com iniciativas culturais e científicas, sublinhando o papel unificador que a língua de Camões assumiria nos territórios hoje pertencentes à comunidade lusófona, bem como o contributo fundamental da UC para a promoção e difusão da língua e cultura portuguesas.

Evocar a *Poesia* significa também, de forma direta ou indireta, convocar o primeiro *monumentum* literário por excelência da cultura ocidental: os Poemas Homéricos. Apesar da forma unânime como o génio do poeta arquetípico foi reconhecido ao longo dos tempos, é também certo que, já desde a Antiguidade clássica, vem sendo alimentada uma famosa «Questão Homérica», que continua a ser animada até aos nossos dias e a partir da qual uma torrente imensa de argumentos e de teorias continua a fluir.

Saber se o Homero histórico existiu de facto e, em caso afirmativo, quando e onde terá vivido; se foi um único compositor que criou a *Ilíada* e a *Odisseia* ou se, pelo contrário, estas obras são produto de vários poetas de diferentes períodos; se a criação destas epopeias assenta na técnica de composição oral ou se beneficia já da transição para a escrita; se estes poemas possuem uma unidade consistente ou se as incoerências, repetições e transições abruptas, que por vezes os marcam, sugerem uma compilação a partir de diferentes fontes; se o fundo histórico que retratam é coerente e fiável ou se resulta da aglutinação de referentes arqueológicos e linguísticos separados por séculos de distância.

A lista poderia continuar, mas, no fundo, as dúvidas podem resumir-se a uma grande questão de

base: devem a *Ilíada* e a *Odisseia* ser vistas como obra de um só génio criativo ou como o culminar de uma longa tradição cultural? Por outras palavras, exprimem a inspiração excecional de um talento solitário ou resultam antes de uma criação coletiva e em contínua construção?

É este um longo e antigo debate, que avança já para o terceiro milénio, fruto de um tempo marcado pelas incertezas da «inteligência natural». Comparadas com a *longue durée* da homérica discussão, as dúvidas à volta do impacto da «inteligência artificial» acabam por ser uma juvenil pendência, que apenas agora ensaia os primeiros passos. Ainda assim, não deixa de ser impressionante a semelhança que apresenta com a discussão à volta do grande vate grego, dos seus olhos gastos e do semblante carregado por múltiplas indagações.

Boa parte das dúvidas atrás referidas perderiam a sua razão de ser, se «Homero» (chamemos-lhe assim) referisse — em algum momento da obra que lhe vem atribuída — o seu nome, a proveniência geográfica, a profissão, os mestres ou a escola que tivera. Mas não, ao autor da *Ilíada* apenas interessa empenhar-se na descrição dos efeitos nefastos da ira de Aquiles e, ao da *Odisseia*, em acompanhar os erros de Ulisses. Ou seja, Homero convive bem com o anonimato e não precisa de créditos de autor.

Por vezes, também «alucina» — como se agora avisa que faz o ChatGPT e outros modelos que imitam o processamento da linguagem natural —, descuidos esses que o poeta romano Horácio já sublinhava com fino humor, ao comentar que «de vez em quando,

o bom Homero passa pelas brasas» (*Arte Poética*, 359: *quando-que bonus dormitat Homerus*). E se é certo que tinha a preocupação de identificar as suas fontes privilegiadas de informação (a «deusa» e a «musa» referidas na abertura dos dois poemas), fá-lo com uma liberdade literária que deixa em aberto todo o tipo de interpretações.

No fundo, a grande «Questão Homérica» não se prende tanto com a resolução de um só mistério obscuro, mas antes com a compreensão da própria interação entre tradição, criatividade e transmissão cultural, e ainda com a forma como nos posicionamos perante elas.

Temos agora
novas e
poderosas
ferramentas,
mas os
problemas
são antigos
como a
Humanidade.

* Vice-Reitor para a Cultura,
Comunicação e Ciência Aberta,
Universidade de Coimbra

UM BALANÇO

LUÍS NEVES *

O contexto que vivemos continua a ser marcado pela incerteza e imprevisibilidade, aguardando-se a definição de inúmeras questões impactantes para a academia (*e.g.* compensações orçamentais decorrentes de alterações legislativas em 2024, Lei do Orçamento de Estado 2025, revisão do RJIES, novo Estatuto da Carreira de Investigação, FCT-Tenure, avaliação das unidades de investigação).

Merece uma palavra mais detalhada o problema do emprego científico, que surge no final de 2024 com especial acuidade, tendo em conta que muitos investigadores atingem o limite contratual de seis anos previsto no DL57/2016. Importa começar por referir que as universidades foram há muitos anos privadas de orçamento de Estado suscetível de ser utilizado na investigação, tendo este sido integralmente concentrado na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Através do lançamento de sucessivos programas competitivos de financiamento, relativos a projetos, unidades de investigação e

emprego científico individual e institucional, foram, ao longo do tempo, gerados milhares de contratos temporários com doutorados no sistema científico nacional. Sendo estes financiamentos temporários e conducentes à prossecução de um plano de trabalhos específico, não surpreende que se tenha gerado um quadro de excessiva precariedade. Infelizmente, dado o subfinanciamento crónico que recebem, as universidades não têm capacidade de mobilizar recursos próprios para minorar este problema. De facto, a dotação de orçamento de Estado que lhes é atribuída destina-se exclusivamente à missão de ensino, sendo calculada com base no número de estudantes de cada IES. No caso concreto da Universidade de Coimbra (UC), essa dotação apenas suporta cerca de 90% dos salários dos docentes e pessoal técnico que integram os quadros da instituição. Desta forma, as receitas próprias, como as propinas e os *overheads* de projetos, que deveriam servir para melhorar a qualidade do ensino e dinamizar a investigação, são necessárias para

completar o pagamento de salários e as despesas de funcionamento corrente da Universidade, repetindo-se este padrão em todas as demais instituições de ensino superior.

Não havendo soluções perfeitas para um problema acumulado ao longo de muitos anos, a que se afigurava como mais razoável seria a de as verbas até agora destinadas pela FCT a emprego científico temporário serem encaminhadas sob a forma de orçamento de Estado perene para as universidades, destinando-se à investigação e com o compromisso de abertura de lugares de carreira que permitam fixar uma parte dos investigadores com contratos a termo existentes. Esta solução, que poderia ser coadjuvada com uma alteração das regras dos projetos de investigação pela FCT que permita a imputação real de salários, ajudaria seguramente a minorar o problema do emprego científico. Infelizmente, o rumo seguido não foi esse, tendo sido lançado como resposta o programa FCT-Tenure, o qual financia de forma parcial e por apenas



alguns anos (6 os investigadores e 3 os docentes) a abertura de 1100 lugares para as carreiras docente e de investigação. Esta abordagem coloca grandes problemas de sustentabilidade às universidades, pois os encargos salariais das contratações recaem sobre elas a 100%, uma vez cessado o curto período de cofinanciamento. Em paralelo, a FCT lançou mais um programa Concurso Estímulo ao Emprego Científico Individual (CEEI) para contratos a termo, dotado de 400 lugares, continuando por esta via a promover o aumento dos contratos precários no sistema científico nacional.

Perante esta realidade, a UC fez o esforço de concorrer a um número significativo de lugares no programa FCT-Tenure, por forma a contribuir para maximizar as contratações para a carreira, sem perder de vista a sustentabilidade da instituição. Nesse sentido, tendo como base as reformas previstas no corpo docente para os próximos 3 anos e em estreita coordenação com as Faculdades e as Unidades de Investigação, resultou a candidatura a 160 vagas, das quais foram aprovadas 63, cerca de 1/3 para a carreira de investigação e 2/3 para a carreira docente. Trata-se de um resultado em linha com o peso da UC no sistema científico, mas que não satisfaz, pois, a UC, pela classificação que recebeu na vertente institucional, merecia a atribuição de mais vagas. A explicação para tal estará na acentuada e incompreensível distorção dos resultados entre as instituições concorrentes que a FCT entendeu propor, o que não pode deixar de se lamentar. Na data em que estas linhas são escritas, aguardam-se ainda, com

expetativa, os resultados definitivos e uma eventual correção das assimetrias referidas.

É neste contexto de incerteza que a UC prossegue o trabalho de melhoria contínua no âmbito dos seus pilares de missão, o que tem vindo a fazer com assinalável sucesso. Relewa-se o facto de, em 2024, ter sido previsivelmente registada, pela primeira vez, uma receita anual de projetos e atividades que ultrapassou a dotação de orçamento de Estado (mais de 100 M€), um marco assinalável que denota a grande competitividade da UC no contexto nacional e especialmente internacional, onde esta receita mais tem crescido. Aqui fica expressa uma palavra de reconhecimento a todos os membros da comunidade académica que, com o seu esforço e competência, alcançaram este resultado histórico.

Não posso concluir sem uma referência a uma transformação estrutural da UC que ocorrerá durante o ano de 2025: a inclusão do ensino Politécnico na UC, através da integração da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (ESENfC), processo que deverá ficar concluído no final do ano. A todos os estudantes, docentes, investigadores e pessoal técnico da ESENfC deixo, desde já, os votos de boas-vindas à comunidade UC!

* Vice-Reitor para os Recursos Humanos, Financeiros e SASUC, Universidade de Coimbra

Não havendo soluções perfeitas para um problema acumulado ao longo de muitos anos, a que se afigurava como mais razoável seria a de as verbas até agora destinadas pela FCT a emprego científico temporário serem encaminhadas sob a forma de orçamento de Estado perene para as universidades, (...)



JOÃO RAMALHO-SANTOS *

Um problema
nunca tem uma
só dimensão,
e temos de ser
capazes de
invocar muito(s)
conhecimento(s)
para o abordar.

A CIÊNCIA PODE TER POESIA?

Há coisas que se ensinam em Comunicação de Ciência entre pares, ou seja, não dirigida a um público mais geral. Além de evitar títulos longos e especializados, uma delas é ter cuidado com o uso de pontos de interrogação no título de um artigo. Há a ideia que, de forma subliminar, o sinal dado pela pontuação aponta para a resposta dada no texto subsequente nunca ser claramente afirmativa. Quando não for um simples e enfático «**não**».

Pois seja esta uma exceção que não confirma a regra.

Na verdade, se há coisa que a ciência sempre teve foi poesia, embora por vezes toldada por noções de beleza (a perfeição simétrica, por exemplo) que nem sempre refletem o mundo e quem o habita. Visões essas que até podem

influenciar o modo como sintetizamos o conhecimento científico. A ciência é complexa, tem muitos cambiantes e condicionantes, muito ruído e erro. Não deixa de ser natural que as inevitáveis simplificações generalistas que se têm de fazer, se úteis do ponto de vista prático-tecnológico, quase sempre se revelem incapazes de capturar essa riqueza de forma integral. O que, por sua vez, leva a interpretações abusivas daquilo que é uma imperfeição crónica, nas quais a certeza parece mais certa do que, na verdade, é.

Daí que a ciência tenda a ser quase sempre vista (injustamente) de forma binária, entre a beleza sublime e uma construção fria. Fernando Pessoa deu eco disso mesmo com recurso aos seus heterónimos:

De Álvaro de Campos:

*O binómio de Newton é tão
belo como a Vénus de Milo.
O que há é pouca gente
para dar por isso.*

A Ricardo Reis:

*Deixemos, Lídia, a
ciência que não põe
Mais flores do que
Flora pelos campos,
Nem dá de Apolo ao carro
Outro curso que Apolo.*

*Contemplação estéril
e longínqua
Das coisas próximas,
deixemos que ela
Olhe até não ver nada
Com seus cansados olhos.*

Passando por Alberto Caeiro:

*Todas as opiniões que
há sobre a Natureza
Nunca fizeram crescer uma
erva ou nascer uma flor.
Toda a sabedoria a
respeito das cousas
Nunca foi cousa em
que pudesse pegar
como nas cousas;*

*Se a ciência quer
ser verdadeira,
Que ciência mais
verdadeira que a das
cousas sem ciência?*

Ou Fernando Pessoa, «ele mesmo»:

*A CIÊNCIA, a ciência,
a ciência...
Ah, como tudo é nulo e vão!
A pobreza da inteligência
Ante a riqueza da emoção!*

Culminando na síntese particular-geral do inesgotável Bernardo Soares:

*O homem de ciência
reconhece que a única
realidade para si é ele
próprio, e o único mundo
real o mundo como a sua
sensação lho dá. Por isso,
em lugar de seguir o falso
caminho de procurar
ajustar as suas sensações às
dos outros, fazendo ciência
objectiva, procura, antes,
conhecer perfeitamente
o seu mundo, e a sua
personalidade. Nada mais
objectivo do que os seus
sonhos. Nada mais seu do
que a sua consciência de si.
Sobre essas duas realidades*

*requinta ele a sua ciência.
É muito diferente já
da ciência dos antigos
científicos, que, longe de
buscarem as leis da sua
própria personalidade e
a organização dos seus
sonhos, procuravam as
leis do «exterior» e a
organização daquilo a que
chamavam «Natureza»*

Claro que, ao intimamente ligar (como era inevitável) razão e emoção, o trabalho de António Damásio pode ter ajudado a desbloquear uma dicotomia que nunca fez nenhum sentido. De forma a podermos olhar com mais confiança para a ciência, de um modo não apenas técnico, mas holístico e humano. Um problema nunca tem uma só dimensão, e temos de ser capazes de invocar muito(s) conhecimento(s) para o abordar. Essa síntese foi, de resto, brilhantemente antecipada na poesia de António Gedeão, o poeta por trás (ou pela frente? ou nada disso faz sentido?) do notável professor de Físico-Química, divulgador e historiador de ciência e educação, Rómulo de Carvalho.

Esse olhar mais global é particularmente relevante hoje, num tempo de extensa reorganização

das lógicas do sistema científico nacional. Um sistema que (infelizmente) se habituou a produzir muito e bem com pouco, mas onde à falta de financiamento e de uma estratégia nacional de desenvolvimento se junta o culminar de décadas de políticas que promoveram ativamente a incerteza, e o empurrar com a barriga de problemas. Ao que agora se pode acrescentar o aproveitamento cínico por quem foi parte integrante do problema e atua como se nunca tivesse tido responsabilidades. Pior ainda, tivesse soluções, não científicas, mas mágicas. Em ciência, como em tudo o mais, o sucesso tem dezenas de mães e pais, o não-sucesso tende a ser órfão.

Adília Lopes sintetiza bem este tipo de situação, num tom que tem tanto de certo quanto de absurdo:

*O burro puxa
o carro
o carro puxa
o burro
graças ao atrito
que tudo resolve
do sexo ao ciclôtrão
o carro anda
o burro anda
e a lei da ação-reação*

*não é violada
mas esta história
está mal contada*

Ou, resumindo com o mote de um poema de António Aleixo:

*— Onde nasceu a ciência?...
— Onde nasceu o juízo?...
Calculo que ninguém tem
Tudo quanto lhe é preciso!*

A questão é teimar sempre, o mais e o melhor possível, na procura de soluções que nunca serão as ideais. E juntar à esperança uma dose razoável de pragmatismo. No poema «I Am Waiting», o poeta *beat* norte-americano Lawrence Ferlinghetti declara estar perpetuamente a aguardar um renascimento da maravilha. Como Alberto Caeiro declarava sentir-se nascido a cada momento para a eterna novidade do mundo. Acontece que a novidade e a maravilha podem surgir espontaneamente (e surgem), mas também se trabalham, muito. E este é um desígnio urgente, como avisa Manuel Alegre, no final do seu poema «Chegar Aqui», particularmente apropriado neste contexto, trocando «Portugal», por «Universidade de Coimbra»:

*Não há dúvida temos
um passado
Talvez de mais
Talvez tanto que não deixa
lugar para o futuro*

*Mas fomos pelo mar
chegámos longe*

*E agora Portugal o
que será de ti
Se não formos
capazes de chegar
Aqui.*

P.S.:

Este texto é dedicado, com muito amor, aos meus pais:

Maria Irene Ramalho
Boaventura de Sousa Santos

Que homenageio no meu nome, com o hífen possível

* Vice-reitor para a Investigação,
Universidade de Coimbra



ALFREDO DIAS *

UNIVERSIDADE DE COIMBRA, ALTA E SOFIA – SALVAGUARDA E AUTENTICIDADE

O objetivo de Salvaguarda e Autenticidade de um dado Património tem, em princípio, um significado inequívoco, independentemente do bem em causa. No entanto, a forma de o garantir tem, necessariamente, uma relação estreita e intrínseca com as suas características. No caso de um bem como a Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, tal representa, só por si, um vasto e exigente desafio.

Em qualquer estratégia de garantia da Salvaguarda e Autenticidade, a conservação e proteção constituem, *per se*, componentes centrais e estruturais que, apesar de necessárias, são largamente insuficientes, pela relação indissociável do Património e contexto em que se integra.

No caso de uma universidade, esta relação, quase simbiótica, resalta num ecossistema bastante diversificado, vivo, e particular-

mente dinâmico. Uma universidade que não produza e transmita conhecimento, com excelência, não cumpre a sua missão. O sucesso desta missão está dependente de uma academia inspirada e motivada, suportada pelas condições adequadas, em cada momento e em cada local, assumindo aqui o Património uma função nuclear e decisiva.

O sucesso da Universidade de Coimbra (UC), ao longo dos últimos sete séculos, muito se deve à sua capacidade de adaptação, reinvenção e resiliência.

Ao longo do tempo, verificaram-se mudanças mais ou menos acentuadas, mas será consensual dizer que, em poucos momentos, a velocidade e o carácter disruptivo dessas mudanças foram tão intensos como atualmente. As exigências são particularmente importantes no caso do Património, exponenciado

desde o momento em que, em 2013, o seu valor Universal e Excecional foi reconhecido pela Unesco.

Uma visão superficial poderia sugerir que os desafios inerentes se revestiam de alguma incompatibilidade, e até mesmo inviabilidade, mas uma análise detalhada, olhando para os últimos 12 anos, não só des- constrói esta teoria, como evidencia o benefício da interconetividade.

Num contexto tão competi- tivo e com recursos tão escassos, tal só é possível com um fortís- simo empenhamento e compro- misso, alicerçados numa estratégia consolidada, apoiada por um pla- neamento rigoroso e eficaz que se reflete nos documentos e ferra- mentas de gestão e, de forma par- ticular, no Plano de Gestão.

A primeira versão do Plano de Gestão foi desenvolvida no âmbito do processo de candidatura, sendo expetável a sua revisão e atualiza- ção, em alinhamento com o dina- mismo das mudanças do contexto interno e externo à UC.

Este trabalho, iniciado aquando da comemoração dos dez anos da inscrição, está agora a entrar na sua reta final. Um primeiro passo con- sistiu na análise do percurso reali- zado na última década, bem como da visão que a academia e a socie- dade têm dessa evolução, em parti- cular dos seus sucessos e insucessos. Como se impõe a qualquer plano, os objetivos traçados estão alinha- dos com a estratégia, que, neste

caso, nos reporta para a Proteção e Salvaguarda do Património, sempre em estreita articulação com a mis- são da Universidade e com a cidade de Coimbra.

A sua concretização assenta em linhas de ação e metodolo- gias realistas e executáveis, com- patíveis com as necessidades e os recursos disponíveis, que permi- tem construir histórico, aferir a eficácia do que é concretizado e apontar caminhos para o futuro, identificando oportunidades de melhoria contínua.

O Plano é uma ferramenta viva de apoio à gestão do bem, garantindo a sua conservação, sal- vaguarda e evolução, ao serviço da Universidade.

O Plano de Gestão deve, acima de tudo, ser o nosso Plano, para gestão do nosso Património, onde todos temos a nossa responsabi- lidade, tal como o nosso protago- nismo. Se assim for, estamos não só a cumprir o compromisso assu- mido em 2012, mas, mais do que isso, a continuar a tarefa herdada de valorizar este Património, de valor incalculável, construído ao longo dos últimos 735 anos.

* Vice-reitor para o Património, Edificado e Turismo, Universidade de Coimbra

O Plano
é uma
ferramenta
viva de apoio
à gestão
do bem,
garantindo
a sua
conservação,
salvaguarda
e evolução,
ao serviço da
Universidade.

POÍESIS E ENSINO-APRENDIZAGEM: A REVELAÇÃO E A CRIAÇÃO DE SENTIDOS

CRISTINA ALBUQUERQUE *

A conquista de
uma cidadania
esclarecida é
certamente
o maior
«passaporte para
a vida» que
a universidade
pode proporcionar
aos/às seus/suas
estudantes.

A Universidade de Coimbra (UC) concebe, desde há vários sécu- los, a sua missão de ensino, investi- gação e transferência de saber sob o mote da formação de cidadãos livres e comprometidos com um futuro sustentável e com a construção de sociedades mais justas. O reconhe- cimento, cada vez mais consolidado nacional e internacionalmente, da investigação que produz e da quali- dade do ensino, com diversas áreas posicionadas em lugares cimei- ros dos *rankings* internacionais, contribuem para a preparação de cidadãos para o futuro, capazes de responder adequadamente a desa- fios sociais e a exigências, cada vez mais prementes e diferencia- das, de empregabilidade em diver- sas áreas. A UC assume, pois, de forma inequívoca, ao longo dos 735 anos que agora se comemoram, o papel de «porta giratória» de sabe- res, de desafios, de aprendizagem

ao longo da vida e de transições. E, por isso, é também, e sobretudo, o *locus* de uma construção pes- soal, de respeito pela diversidade, de uma visão de mundo e das pes- soas, capaz de potenciar decisões em prol da justiça, do humanismo e do equilíbrio ético entre o poder e o dever. As vivências e aprendizagens multifacetadas que a universidade proporciona participam substan- tivamente da construção de uma matriz de ação sobre o mundo, que se quer responsável e consciente.

Assim sendo, poucas palavras transmitem tão adequadamente esta raiz essencial como aquela que serve de mote a este texto e à ideia estruturante da XXVII Semana Cultural da UC. À noção de Poesia (etimologicamente derivada do conceito grego de *poíesis*) asso- ciam-se ideias de criação, de conju- gação de sentidos e de redefinição de realidades que se consubstan-



ciam nos eixos de missão da UC. A criação de ambientes de ensino-aprendizagem, em particular, evidencia um conjunto de orientações, plasmadas nas diversas ações em desenvolvimento, e associadas a uma conceção de *poíesis*: a construção e o estímulo ao pensamento crítico e ao desenvolvimento de um fazer criativo e experiencial que redefine o saber sobre a realidade existente, a cocriação ativa e criativa de novas realidades e conhecimentos, a possibilidade de viver de maneira autêntica e criativa e de dar sentido à própria existência, o incentivo e preparação para a transformação fundamentada das estruturas sociais e para a criação de novos modelos de convivência humana. Em suma, a assunção de uma pedagogia maiêutica potenciadora de conhecimento científico e de atenção à existência do outro como «dever-ser».

Tais propósitos têm estado plasmados num conjunto de iniciativas do pelouro do Ensino, que se aprofundarão e consolidarão continuamente: a criação de um Centro de Inovação Pedagógica (INOV3P), financiado pelo PRR Mais Digital, que pretende, numa parceria com

mais uma dezena de IES da região Centro e de Lisboa, potenciar a inovação pedagógica e o apoio aos docentes; a criação e o início de funcionamento do UC Factory Lab, que permite simular um ambiente fabril e dotar a aprendizagem na área das engenharias de maior nível de experimentação e de saber *hands-on*; a criação (em curso) de um Centro de Bem-Estar (*Happiness Campus*), que permite disponibilizar iniciativas e respostas potenciadoras de bem-estar integral e de criatividade para toda a comunidade UC; a consolidação da tutoria interpares da UC (*Step by Step*) e de novos mecanismos de mentoria e acompanhamento para os/as respetivos estudantes, tendo em vista o aumento do sucesso escolar e a prevenção do abandono, a criação de unidades curriculares transversais para formação adicional em diversos domínios disciplinares (nomeadamente competências digitais, empreendedorismo e ética), entre outras medidas e ações mais específicas.

Em termos globais, o início da lecionação de cursos conferentes de grau (uma licenciatura e dois mestrados) no Campus UC da Figueira da Foz, bem como

a reforma da oferta formativa em diversos domínios, cujos contornos e critérios se encontram em definição, consubstanciam a atenção da UC sobre a realidade sociolaboral, que se redefine, e a capacidade de renovação que ao longo dos séculos tem demonstrado.

A UC, com a sabedoria associada à sua maturidade, à força dos seus valores e à sagacidade das convicções com que sempre enfrenta os desafios, sabe que as pessoas são o seu ativo mais importante e que só a vontade agregada em prol de causas e da qualidade do que ensina e investiga a projetam sempre mais longe. A conquista de uma cidadania esclarecida é certamente o maior «passaporte para a vida» que a universidade pode proporcionar aos/às seus/suas estudantes. É, pois, *poíesis*, criação, descoberta e capacidade para olhar mais longe...

* Vice-reitora para o Ensino e a Criatividade, Universidade de Coimbra



INTERNACIONALIZAÇÃO DA UC: PRIORIDADES

JOÃO NUNO CALVÃO *

Não obstante a importância do inglês, a língua portuguesa é a marca de água da Universidade de Coimbra (UC), universidade classificada pela Unesco como Património Mundial da Humanidade também por essa dimensão histórica e cultural.

Desta sorte, o Brasil será sempre a prioridade da *Alma Mater* das universidades de língua portuguesa, sendo nosso objetivo alcançar uma presença bem (mais) visível neste país irmão. Também o aprofundamento das relações com os PALOP e Timor Leste é fundamental para a centralidade que a UC deve assumir: a Cátedra Unesco «Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa» e as ações de formação ministradas a altos magistrados e quadros da administração pública, em especial através da Academia Sino-Lusófona e na sequência de protocolos com pres-

tigiosas entidades mauberes e da África lusófona, serão incontornáveis no reforço do prestígio internacional da UC.

Ligação ao mundo de língua portuguesa, a UC assume-se como referência global ao suscitar o interesse de estados como a China. Destarte, no ano em que assinalamos os 45 anos de relações diplomáticas entre a República de Portugal e a República Popular da China, intensificaremos a cooperação académica, científica e empresarial, designadamente através de Macau, da Academia Sino-Lusófona e do Instituto Confúcio.

Na União Europeia, realçamos a consolidação do *campus* EC2U, símbolo do compromisso firme da UC com os valores do projeto europeu: democracia, liberdade e solidariedade. Esta última particularmente importante na época

Ligação ao mundo de língua portuguesa, a UC assume-se como referência global ao suscitar o interesse de estados como a China.

turbulenta que o mundo vive e que a nossa Universidade bem concretiza com o acolhimento de refugiados da Ucrânia e, em geral, através do Fundo de Apoio aos Refugiados.

Por fim, insistiremos na Rede *Alumni*, com mais embaixadores, alargamento de parcerias associadas ao cartão de membro e apoio das atividades das Associações de Antigos Estudantes, porquanto estes são, seguramente, o nosso mais valioso património.

* Vice-reitor para as Relações Externas e *Alumni*, Universidade de Coimbra



ODE À TRANSFORMAÇÃO: A UNIVERSIDADE ENQUANTO AGENTE DE MUDANÇA

PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA *

A Universidade de Coimbra (UC) constitui exemplo vivo de como tradição e inovação se entrelaçam para gerar impacto significativo. Com o compromisso renovado no Plano Estratégico 2023-2027, aprovado por unanimidade no Conselho Geral, reafirma-se a sua visão de futuro: um ensino superior que transforma conhecimento em soluções para os grandes desafios da sociedade, sempre ancorado nos valores da sustentabilidade, inclusão e inovação.

Como disse Albert Einstein, «(...) a mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original». Esta máxima enquadra bem o espírito da UC: aberta, inovadora e sempre pronta a ampliar horizontes. Em tempos de crise climática e desigualdades sociais, a UC avança com ações concretas, suscitadas por metas nacionais e globais.

Em novembro de 2024, tive a honra e a responsabilidade de representar a UC (pela primeira vez presente numa COP das Nações Unidas) na COP29 sobre Mudanças Climáticas, realizada em Baku, Azerbaijão. Durante os dias dedicados à Educação, Juventude e Ciência, reafirmámos que ciência e educação são forças essenciais para enfrentar os desafios ambientais e sociais. Este marco, mais do que um momento simbólico, revela uma demonstração prática do concerto da universidade com o futuro do planeta.

De entre as atividades pioneiras da UC em 2024, destaca-se o inquérito inserto no contexto do ensino superior português, *A Universidade de Coimbra e o Desenvolvimento Sustentável*, proposto à comunidade académica. Tal inquérito, liderado pela Iniciativa Energia



para a Sustentabilidade (EfS) em articulação com o Gabinete para o Desenvolvimento Sustentável (GDS.UC), teve como intento coligir opiniões e desígnios sobre políticas, medidas e ações a adotar pela Universidade no âmbito do desenvolvimento sustentável.

A análise das respostas obtidas não só proporciona uma visão estratégica sobre sustentabilidade e responsabilidade social, como contribui para a implementação de diligências adaptadas às características da comunidade UC. Este esforço amplifica a premissa de que atitudes individuais, se integradas numa rede coletiva, podem ter uma repercussão global relevante. A UC não se limita a promover a descarbonização e o uso racional de recursos, mas integra a transição digital, o combate ao desperdício e a mobilização da comunidade universitária para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas.

A gestão de recursos naturais, o avanço em energias renováveis e as práticas de preservação ambiental continuam a ser prioridades. Estes empreendimentos são estimulados pelo reconhecimento internacional da UC que, pelo quinto ano consecutivo, foi pelo Times Higher Education Impact Rankings considerada a universidade mais sustentável da Lusofonia. Este feito assevera o compromisso institucional com a sustentabilidade, nomeadamente

nas áreas da energia limpa, igualdade de género e ação climática.

A inovação é outro pilar essencial da atuação da UC. Assim, diversos centros de investigação vêm desenvolvendo soluções práticas e tecnológicas para enfrentar desafios do século XXI: da proteção da biodiversidade à aplicação de tecnologias emergentes. Este trabalho combina criatividade e rigor científico, posicionando a Universidade na vanguarda do conhecimento transformador.

Além disso, a UC reafirma o seu papel enquanto espaço de inclusão e cidadania. Políticas de igualdade de género, acolhimento a estudantes internacionais e respeito pela diversidade cultural constituem ações que traduzem a visão de um ambiente plural e acolhedor. Mais do que um local de formação, a UC é um agente ativo de transformação, onde todas as vozes são ouvidas e valorizadas.

Nada disto seria possível sem as pessoas que dão vida à Universidade: professores, investigadores, técnicos e estudantes. Neste esforço coletivo reside a base de transformações que ultrapassam as fronteiras do *campus* e reverberam na sociedade. Como afirmou Oscar Wilde, «(...) o progresso não é senão a realização das utopias». Na UC, esta visão é concretizada constantemente.

Em suma, a participação na COP29 e o inquérito de sustentabilidade são protótipos óbvios de como a UC lidera pelo exem-

A UC não se limita a promover a descarbonização e o uso racional de recursos, mas integra a transição digital, o combate ao desperdício e a mobilização da comunidade universitária para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas.

plo, conectando atuações locais e metas globais. Educação, ciência e juventude compõem a tríade vital do caminho para enfrentar desafios do presente e construir soluções para o futuro.

Juntos, cogitamos prosseguir tal caminho, moldando o presente para que o devir seja, de facto, uma *praxis* coletiva.

* Vice-reitora para o Planeamento, a Sustentabilidade e a Qualidade, Universidade de Coimbra



INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO: A UNIVERSIDADE DE COIMBRA COMO POETA DE PARCERIAS EMPRESARIAIS

NUNO MENDONÇA *

Afinal,
a inovação
é a rima
essencial para a
competitividade
das empresas e
para o progresso
das sociedades.

Nos últimos cinco anos, a Universidade de Coimbra (UC) tem-se destacado como uma verdadeira poetisa da inovação e transferência de conhecimento, tecendo versos que reforçam a sua ligação com o setor empresarial.

Afinal, a inovação é a rima essencial para a competitividade das empresas e para o progresso das sociedades. Já a transferência de conhecimento é o processo pelo qual o saber gerado nas universidades é transformado em estrofes aplicáveis no mundo real, beneficiando a economia e a sociedade. Este processo envolve a colaboração entre universidades, empresas e outras entidades, facilitando a criação de novos produtos, serviços ou processos.

A UC Business tem sido, por isso, poetisa vital na promoção da

inovação e na facilitação da transferência de conhecimento, permitindo à UC criar uma série de iniciativas que não só enriquecem a academia, como também impulsionam o desenvolvimento económico e social da região, do país e do mundo. Nos últimos cinco anos, esta tem-se concentrado em três pilares principais:

· **Valorização dos ativos da Universidade:** a UC Business tem trabalhado na valorização dos ativos materiais e imateriais da universidade, incluindo o conhecimento dos investigadores e as tecnologias desenvolvidas. Este esforço visa transformar a UC num parceiro estratégico para o setor empresarial;

· **Aposta na inovação a médio e longo prazo:** a divisão tem inves-



tido em projetos de inovação que visam resultados a médio e longo prazo, fortalecendo a posição da UC como um centro de excelência em investigação e desenvolvimento;

· **Desenvolvimento de parcerias sólidas:** a UC Business tem estabelecido parcerias sólidas e sustentáveis com empresas de diferentes setores, desde *start-ups* a grandes corporações, promovendo a colaboração e a cocriação de valor.

Os resultados alcançados são notáveis. Através dos seus planos estratégicos, a UC tem monitorizado o progresso das suas iniciativas, permitindo aferir o impacto das ações desenvolvidas. Entre os indicadores de sucesso, destacam-se:

· **Aumento no número de parcerias:** nos últimos cinco anos, a UC Business estabeleceu mais de 200 novas parcerias com empresas, abrangendo diversos setores da economia;

· **Crescimento das *spin-offs*:** o fomento à criação de *spin-offs* universitárias tem sido um dos pontos fortes da UC Business, com mais de 15 novas empresas criadas para explorar diretamente resultados de investigação e desenvolvimento gerado na universidade;

· **Licenciamento de tecnologias:** a gestão eficiente da propriedade intelectual e aproximação ao mercado resultou no licenciamento de múltiplas tecnologias para empresas, nacionais e internacionais, promovendo a inovação e a competitividade.

Além disso, comparando a estratégia da UC com outras universidades, e com o recente relatório Draghi sobre inovação na UE, algumas diferenças e semelhanças se destacam:

· **Foco na inovação e parcerias:** assim como a UC, muitas universidades europeias têm investido em inovação e parcerias empresariais. No entanto, a UC destaca-se pela sua abordagem estruturada e contínua de monitorização e avaliação, algo que é enfatizado no relatório Draghi como essencial para manter a competitividade;

· **Investimento em tecnologias avançadas:** o relatório Draghi destaca a necessidade de colmatar o défice de inovação em relação aos EUA e à China, especialmente no domínio das tecnologias avançadas. A UC tem feito progressos significativos nesta área, mas ainda há espaço para crescimento, especialmente em comparação com as universidades líderes nos EUA.

· **Descarbonização e competitividade:** o relatório Draghi também sublinha a importância de alinhar a descarbonização com a competitividade. A UC tem começado a integrar práticas sustentáveis em seus projetos de inovação, mas este é um campo onde a colaboração com outras universidades e entidades pode ser ampliada.

A inovação e a transferência de conhecimento são, obviamente essenciais para o desenvolvimento sustentável e a competitividade das empresas e economia. Como visto, a UC Business, com o seu trabalho dedicado e estratégico, é um exemplo de como as universidades podem atuar como poetisas da inovação, fortalecendo a ligação com o setor empresarial e contribuindo para o progresso da sociedade. Podemos concluir que a UC, através da UC Business, não só tem cumprido sua missão de ensinar e investigar, como se tem mostrado uma parceira indispensável para o desenvolvimento económico e social de todo o país.

* Vice-reitor para
a Inovação, Relação com
Empresas e Empregabilidade,
Universidade de Coimbra



PAULO PEIXOTO *

A POESIA COMO ATO DE RESISTÊNCIA

Na vida académica, há uma resistência subtil,
Nos corredores longos, na chama de Abril.
Pequenos gestos, quase impercetíveis,
Formam a teia da Sala dos Atos invisíveis.

Um riso abafado, uma pausa aflita,
O olhar que desafia a voz que nos grita.
A leitura interrompida para respirar,
O artigo ignorado que tanto nos fez sonhar.

São formas cavilosas de «sabotagem lenta»,
Onde a produtividade, feita procrastinação, se ausenta.
Não por descaso, mas por convicção,
Uma maneira de afirmar a própria condição.

Nos cinismos que brotam à margem das normas,
Na languidez de alcova, nas palavras sem formas,
A resistência desenha-se com coragem e determinação,
E cada gesto discreto é uma pequena subversão.

A vida acadêmica, com as suas exigências incessantes e o seu ritmo implacável, é um território marcado por um solipsismo frequentemente embevecido, onde a embriaguez da busca pela excelência é a porta mais próxima para o confinamento mental.

O humor é arma e também escudo,
Contra o peso das pressões, o cansaço mudo.
Poesia que disfarça um grito contido,
Desafia o medievo e o conluio estabelecido.

Aqui, a resistência não é nunca luta aberta,
Mas tão-só a lucidez de manter a porta entreaberta,
Para que o vento entre e traga a leveza
Às almas capazes de gargalhar contra a torpeza.

Porque a fraude espreita nos cantos escuros,
Onde o brilho do mérito cede aos atalhos obscuros.
É resistência ou desespero que a ética corrói?
Ou é o sistema que, em silêncio, nos destrói?

Na vida acadêmica, resistir é insistir,
Que o pensamento não se deixe reduzir,
Que na pressa de produzir e na ânsia de contar,
Não percamos o momento de simplesmente parar.

Por entre os dias apressados e o cansaço que nos quer derrotar,
Há momentos raros em que ainda nos podemos pensar.
E cada ato, por menor que pareça ser,
É uma faísca que um dia vai acender.

E nos vetustos muros, onde o tempo a história tece,
A poesia sussurra aquilo que não se esquece.
Na Torre de Marfim, onde o bafio vive escondido,
Há um desprezível antigo de um fado fétido garrido.

Mas nas brechas do quotidiano e na pausa não planeada,
Encontramos a força que nos mantém na estrada.
O aconchego do lar e o riso dos filhos a crescer,
Arrostando o sainete grotesco e destapando o que vale a pena viver.

Sociologicamente, a poesia é uma das formas de resistência quotidiana que abre a porta aos pequenos atos de contestação. Partilha com os movimentos sociais a capacidade de expressar resistências, despertar consciências e promover mudanças.

Na análise sociológica, a poesia é frequentemente vista como uma forma de resistência cultural e simbólica, capaz de traduzir sentimentos coletivos e reivindicações sociais de maneira poderosa e emocional. Mas (...) poderá mudar o mundo?

Ninguém muda o mundo sozinho. Mas muitos movimentos sociais que transformaram a sociedade radicalmente socorreram-se da poesia como ferramenta para inspirar a ação, construir solidariedades e contestar o *status quo*.

Através de versos que capturaram a essência das injustiças e das aspirações de transformação, a poesia desenha o imaginário social, alimenta a imaginação política e contribui para mobilizar as pessoas. Por isso, é um objeto sociológico relevante e incontornável.

W. E. B. Du Bois, o sociólogo poeta, combinou a sociologia com a literatura, usando a poesia para

expressar sentimentos profundos e provocar reflexões sobre questões sociais e políticas, tornando-a uma forma de resistência e de análise social.

A poesia de Du Bois foi uma arma contra o colonialismo, o imperialismo e o racismo. Aliada à análise sociológica, a sua poesia ancorou o pan-africanismo e tornou-se fonte de afirmação dos direitos civis de judeus, mulheres e trabalhadores.

A vida acadêmica, com as suas exigências incessantes e o seu ritmo implacável, é um território marcado por um solipsismo frequentemente embevecido, onde a embriaguez da busca pela excelência é a porta mais próxima para o confinamento mental.

Na era da IA, cresce o risco de vermos a profundidade e o rigor das reflexões intelectuais cederem lugar à superficialidade das tarefas diárias. A poesia, que convida a mergulhar na polissemia, é o ato de resistência que oferece refúgios contra o desgaste académico.

As métricas da produtividade académica, por mais que rimem com os índices, não têm o alcance sonoro das métricas da poesia.

Tão-pouco são uma forma que nos permita resgatar a capacidade de sentir e de nos conectarmos com a essência da vida.

A poesia oferece espaço para a introspeção, para o autoconhecimento e para a exploração de aspetos da vida que não podem ser medidos por índices, nem citados em bibliografias. A poesia revela-nos o peso do subjetivo e do outro que há em nós.

A poesia é um ato desconcertante que nos confronta com o medo oculto de que o verdadeiro conhecimento e sentido das coisas esteja além das portas da academia. O mundo lá fora, vibrante e desordenado, que segue sem se importar com o *homo academicus*.

Este texto homenageia
James C. Scott
(*Weapons of the Weak*),
recentemente falecido.

* Pró-reitor para a Inovação
Pedagógica, Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE COIMBRA: UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA

GABRIELA FERNANDES *

«A Universidade de Coimbra (...) é uma instituição (...) que especificamente visa (...) a cooperação com a comunidade, numa perspectiva de valorização recíproca»

in Estatutos da
Universidade de
Coimbra (UC)

Sendo as universidades, por excelência, centros de produção e difusão do conhecimento, não podem ficar alheias aos novos desafios da sociedade e economia do conhecimento, cabendo-lhes um papel vital de suporte à sua melhoria e evolução. Quando a presente equipa reitoral definiu os eixos de intervenção para o seu mandato, ficou desde logo clara a aposta na consolidação da aproximação da UC à sociedade, nas suas diferentes valências. Fazendo uso de uma estrutura ágil sob a coordenação da reitoria, fortaleceram-se as duas unidades operacionais para implementação e consolidação no terreno das iniciativas preconizadas no plano estratégico da nossa universidade: o Student Hub, focado nas ações de sensibilização e capacitação para o empreendedorismo transversais a toda a comunidade universitária; e a UC Business, focada na valorização do conheci-

mento e da tecnologia no âmbito da terceira missão universitária.

A UC Business e o Student Hub têm vindo a executar no terreno um ambicioso plano de ação de empreendedorismo estruturado em três grandes pilares de ação complementares entre si, cimentando várias iniciativas bem-sucedidas anteriormente implementadas, e acrescidas de novas atividades que visam colmatar e explorar novas oportunidades:

Capacitação: visando promover o espírito empreendedor de cada elemento da comunidade e desenvolver competências empreendedoras, o pilar da capacitação, catalisado pelo Student Hub, tem-se desdobrado em atividades de formação e no desenvolvimento de programas e competições de ideação/geração de ideias. Destacam-se, neste pilar, a criação de novas unidades curriculares de ensino ao empreendedorismo, trans-

versais a todas as licenciaturas e mestrados da UC enquanto disciplinas opcionais; a consolidação das atividades da Académica Start UC e os seus atuais 27 estudantes embaixadores para o empreendedorismo; os programas de ideação Empreend UC, European Innovation Academy e Explorer; e a continuação da aposta em iniciativas já consolidadas e (re)conhecidas nacional e internacionalmente, como o Arrisca C e o Innovation Days. Criou-se, ainda, um único local na web que congrega todas as atividades de promoção do empreendedorismo e capacitação, anteriormente dispersas no éter digital e agora concentradas em www.uc.pt/empreendedorismo.

Valorização da Tecnologia e Conhecimento: com o intuito de estimular a criação de valor socioeconómico a partir de resultados de investigação com potencial de transferência, quer para o setor empresarial, quer através do incentivo à criação de *spin-offs* académicas baseados em tecnologia/conhecimento por parte de estudantes, investigadores e docentes, a UC Business tem promovido um conjunto de iniciativas de relevo que importa recordar. São elas o desenvolvimento do programa de aceleração Acelera@UC; o apoio à fase de conceção e pré-arranque de *spin-offs*, em estreita articulação com centros de I&D e rede de incubadoras da região, com destaque natural para o Instituto Pedro Nunes (no Top 10 das melhores incubadoras académicas do mundo); a organização da Startup Capital Summit, que se pautou por um enorme sucesso, com a presença de 1100 participantes em 10 de maio 2024; ou ainda a conceção do recentemente apro-

vado **Regulamento de *Spin-offs* da Universidade de Coimbra** (Regulamento n.º 278/2024 | DR).

Dinamização do ecossistema de empreendedorismo: através do alinhamento estratégico entre os vários atores que impulsionam o empreendedorismo e a inovação, atuando a vários níveis — universitário (dinamização da rede de docentes de empreendedorismo e inovação, rede de Junior Empresas/Iniciativa da UC); regional (promovendo a realização de programas estratégicos de inovação de âmbito regional como por exemplo o INOV C+, iniciativas em parceria com o município, entre outros); nacional (dinamização da Metared X Portugal); e internacional (com a colaboração ativa em projetos estratégicos para a UC, como o EC2U, o EITHealth ou o HIVE).

Importa ainda salientar que, de forma transversal aos pilares acima apresentados, a UC tem envidado esforços para alinhar o quadro normativo e legal, de modo a facilitar o crescente envolvimento de todos os membros da comunidade nas atividades propostas. Um exemplo disso é a criação, no final de 2022, do **Perfil de Transferência e Valorização do Conhecimento**, que permite aos docentes interessados em dedicar-se mais intensamente a esta vertente, como a criação e desenvolvimento de uma *spin-off* baseada no conhecimento gerado pela sua investigação, solicitando ao conselho científico da sua faculdade a alteração de perfil. Essa alteração possibilita uma redução significativa na carga letiva (Despacho n.º 12300/2022 | DR).

Tem sido, pois, um desafio ambicioso de consolidação do trabalho que a UC tem vindo a desenvolver há várias décadas neste domínio, acrescido de diversas novas iniciativas que se têm pautado pelo sucesso. Trata-se de um repto verdadeiramente empreendedor, onde as atividades acima descritas são apenas a ponta do icebergue. A parte invisível prende-se com a angariação de financiamento de suporte à atividade. O retorno para a sociedade das tarefas de valorização do conhecimento é por demais evidente no que diz respeito à riqueza criada (qualquer que seja o indicador que pretendamos analisar). Deveria, pois, ser objeto de um apoio contínuo no tempo que possibilitasse uma base mínima de operação e que alavancasse a angariação de novos fundos. Em vez disso, a UC, tal como todas as IES nacionais que aspiram promover o empreendedorismo e inovação, está dependente da calendarização de editais de financiamento para iniciativas desta natureza (quando as há) ou à inexistência dos mesmos. Um jogo de tudo ou nada, em que durante um intenso (mas finito e reduzido) período de tempo existem recursos e noutros (finitos é certo, mas demasiado longos), um deserto. É tempo de refletirmos sobre a existência de um financiamento mínimo, contínuo, equitativo para todas as IES, para unidades universitárias de estímulo ao empreendedorismo e inovação. O país ficaria a ganhar!

* Pró-reitora para o Empreendedorismo, Universidade de Coimbra

FILIPA GODINHO *

A esta questão a UC responde com a criação de condições para que o talento prospere, promovendo a cultura do esforço, tanto no desporto como na vida académica.

A POESIA DOS JOGOS: TRANSCENDÊNCIA, ARTE E VALOR NA EXPERIÊNCIA OLÍMPICA E PARALÍMPICA

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Paris 2024, realizados há poucos meses, deixaram-nos memórias que transcendem a dimensão desportiva.

Este evento representa, na sua essência, uma forma superior de poesia. É o lugar onde o corpo humano atinge a sua máxima expressão estética, onde a técnica se converte em arte e o esforço se sublima na transcendência do espírito.

A Universidade de Coimbra (UC), com a sua rica tradição humanista e desportiva, fez-se representar de forma notável nestes Jogos. Cinco estudantes-atletas de alto rendimento, carregando em si a responsabilidade de um legado académico e desportivo, cruzaram fronteiras e participaram nesta ode universal.

A Catarina Costa, em cada combate, a Camila Rebelo, o Diogo Cancela e o Tomás Cordeiro, em cada braçada, e o Telmo Pinão em cada metro percorrido, levaram o orgulho da sua instituição de ensino e do seu país ao palco mais universal e eclético do mundo.

Estes jovens protagonizaram o encontro entre o mérito académico e a excelência desportiva, afirmando, uma vez mais, o papel central das IES na formação integral do indivíduo.

O Valor do Estudante-A atleta
Um atleta olímpico ou paralímpico é, em si mesmo, um símbolo de transcendência. É alguém que desafia os limites do corpo e da mente, projetando-se além do espaço e do



tempo. Contudo, quando esse atleta é, simultaneamente, um estudante, a transcendência adquire outra dimensão. Cada braçada, cada movimento, cada metro percorrido é acompanhado de um peso duplo: o das exigências do treino e o das responsabilidades académicas.

Na UC, acolhemos e formamos estes indivíduos singulares. Os cinco estudantes-atletas que representaram a nossa instituição nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos são testemunhos vivos de um ideal que vai além da competição. Demonstram que a conciliação entre a sala de aula e o desporto não é apenas possível, mas desejável, sendo uma expressão contemporânea da utopia humanista.

A Conciliação como Princípio Ético

A UC tem sido um laboratório de experiências de conciliação. Aqui, acreditamos que o rigor académico não deve suprimir o sonho desportivo, tal como o treino exaustivo não pode excluir o direito ao conhecimento. Esta postura reflete uma visão moderna e inclusiva da formação universitária: formar não apenas especialistas, mas, sempre e sobretudo, cidadãos completos, capazes de atuar num mundo em rápida transformação.

A carreira dual do estudante-atleta requer instituições que promovam flexibilidade, apoio e

reconhecimento. Contudo, mais do que uma questão estrutural, é um desafio ético: como garantir que o esforço individual e coletivo encontra eco e valorização?

A esta questão a UC responde com a criação de condições para que o talento prospere, promovendo a cultura do esforço, tanto no desporto como na vida académica. Mais do que a criação de programas, como o Programa de Apoio ao Alto Rendimento da UC (PAAR-UC) ou a associação a projetos, como o Piloto das Unidades de Apoio ao Alto Rendimento no Ensino Superior (UARRE Superior), trabalhamos, sobretudo, para criar um contexto de igualdade de oportunidades que só é possível com a sensibilização de toda a comunidade académica, mas também com o compromisso do estudante-atleta.

O Papel do Atleta na Comunidade

O impacto de um estudante-atleta vai muito além do sucesso individual. Estes jovens são agentes de mudança. A experiência de competir nos Jogos — um evento que é simultaneamente espetáculo e celebração da humanidade — molda-os de forma única. Resiliência, disciplina, gestão do tempo, trabalho em equipa e superação são valores intrínsecos que, integrados na sociedade, se transformam em ferramentas para o progresso coletivo.

É essencial que instituições de ensino, empresas e organizações compreendam o potencial destas pessoas. Elas não são apenas desportistas ou estudantes. São símbolos de cada nação, são pontes entre mundos, capazes de levar para a sociedade as aprendizagens adquiridas nos estádios, nos campos, nas suas vivências e nas salas de aula.

Os Jogos como Arte e Poesia

No final, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, com o seu simbolismo e universalidade, são uma metáfora viva da humanidade. A luta pelo ouro não é apenas uma competição. É uma afirmação da criatividade, do esforço e da beleza. É a celebração de que o ser humano é capaz de superar barreiras, criar pontes e, tal como na poesia, encontrar sentido na busca pela perfeição.

A UC orgulha-se de fazer parte desta narrativa poética e é com este espírito que continuaremos a apoiar, inspirar e formar aqueles que, com os seus gestos e palavras, constroem um mundo mais justo e humano.

Que sejam os nossos estudantes-atletas as vozes desta poesia viva, transformando-a num legado de arte, cultura, superação e transcendência.

* Pró-reitora para o Desporto,
Universidade de Coimbra



OFICINA
DOS
SABERES

Fotos: João Armando Ribeiro, MNAC,
Museu Nacional d'Art de Catalunya.

RE TRO VISOR



Fotos: João Armando Ribeiro, MNAC,
Museu Nacional d'Art de Catalunya.

ANTÓNIO MANUEL
RIBEIRO REBELO *

Santa Isabel,

Consorte do Rei Trovador

Em 2025, assinala-se o 400.º aniversário da canonização da «Rainha mais Santa / Das Santas de Portugal», nas palavras do famoso poeta popular Henrique Rego, imortalizadas num fado pela voz inconfundível de Alfredo Marceneiro. Santa Isabel foi das figuras da nossa história mais aclamadas em verso ao longo dos séculos. E não é possível, neste breve espaço, fazer jus à riqueza da diversidade poética com que a sua figura foi exaltada ao longo dos tempos.

No dia 25 de Maio de 1625, o Papa Urbano VIII canonizava, em Roma, Santa Isabel, uma rainha que conheceu Coimbra no ano de 1282. António de Vasconcelos deixou-nos uma reconstituição muito poética do momento em que o jovem casal contemplou a cidade de Coimbra:

... dão finalmente entrada no pátio da Alcáçova real, que se erguia no lagar onde hoje são os Gerais da Universidade. El-rei, que era poeta, e como tal admirador do belo, quis proporcionar logo de entrada a sua esposa, de alma também culta e sensível, um espectáculo de beleza singular. Conduziu-a a um dos terraços do paço, donde se avistava sem peias o horizonte em toda a roda. O panorama, àquela hora, era grandioso, indescritível, único. O sol ia ocultar-se acolá, a ocidente, e ostentava o seu grande disco de ouro e púrpura liquescentes. Era um desses pôres-de-sol incomparáveis, duma beleza deslumbrante, como só em Coimbra se observam (...)

Muitos dos documentos mais significativos começam com a fórmula: «Dom Denis, por graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, en sembra (juntamente) com a rainha Dona Isabel, minha mulher...»

Nas suas deslocações pelo reino, D. Dinis fazia-se invariavelmente acompanhar por sua esposa, numa clara demonstração do peso que esta desempenhava também na condução dos assuntos de Estado. A documentação da época é elucidativa: o nome da rainha surge frequentemente ao lado do do monarca, refletindo o reconhecimento da importância da sua anuência e participação nas resoluções reais. Muitos dos documentos mais significativos começam com a fórmula: «Dom Denis, por graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, en sembra (juntamente) com a rainha Dona Isabel, minha mulher...», um estilo singular que não encontra continuidade nos reinados subsequentes. A Rainha Santa distinguiu-se na arte da governação e da diplomacia sempre numa cumplicidade notável com o marido. Mais do que uma consorte, foi uma colaboradora eficiente e uma conselheira sagaz de el-Rei D. Dinis. Por isso, compartilha a glória do extraordinário reinado de D. Dinis, que soube consolidar o presente e projectar um futuro promissor para a nação. Tal admiração e respeito transparecem na obra poética do Rei Trovador. Entre as composições que os estudiosos acreditam terem sido dedicadas à Rainha, sua esposa, encontra-se uma que parece encapsular o espírito do seu tributo, dizendo, com justiça plena:

*Pois que vos Deus fez, mia senhor,
fazer do bem sempr’o melhor
e vos en fez tam sabedor,
ũa verdade vos direi:
se mi valha Nostro Senhor,
érades bõa pera rei!*

*E pois sabedes entender
sempr’o melhor e escolher,
verdade vos quero dizer,
senhor, que sêrvie servirei:
pois vos Deus atal foi fazer,
érades bõa pera rei!*

*E pois vos Deus nunca fez par
de bom sem nem de bem falar,
nem fará já, a meu cuidar,
mia senhor e quanto bem hei,
se o Deus quisesse guisar,
érades bõa pera rei!*

Em 1516, a pedido de D. Manuel I, D. Isabel foi beatificada, como relembra o *Cancioneiro de Coimbra*, de Afonso Lopes Vieira:

*Ao Padre-Santo pediu
O Senhor Dom Manuel
Que lhe confirmasse santa
A Rainha Isabel.*

*Esta Rainha tão santa,
Mulher d’El-Rei Dom Dinis,
Só fez por servir a Deus,
E ele fez quanto quis.*

*Todas as suas esmolas
Só em secreto as dava
E uma vez que, escondidas,
No regaço as levava,*

*Um cavaleiro privado
A El-Rei a delatava:
E El-Rei, de cobiçoso,
Acorreu, e perguntava:*

— «Que levais aí, Senhora,
Nesse regaço tamanho?»
— «Eu levo cravos e rosas,
Que outras coisas não tenho!»

— «Nem sequer há maravilhas;
Menos cravos, em Janeiro!
Ou serão esmolas isso,
Ou isso será dinheiro?»

*A Rainha não falou;
Só o regaço abriu
E eram cravos e rosas,
Que dinheiro... Não se viu.*

[...]

D. João III foi grande devoto da Rainha Santa e determinou, em 1556, que anualmente, no dia 4 de Julho, toda a comunidade universitária comparecesse no Colégio das Artes, para aí assistir a uma oração pública em louvor da Rainha Santa, feita por um dos padres da Companhia de Jesus. Essa vontade régia foi imediatamente inscrita nos estatutos da Universidade.

Nos anos seguintes, o Colégio das Artes dedicou boa parte da sua produção literária latina à bem-aventurada Rainha D. Isabel, como podemos ver por vários códices que reúnem o que os Jesuítas aí produziam, em poesia e em prosa, em latim, grego ou até hebraico, desde orações panegíricas a poemas, epigramas, odes, elegias, epitáfios...

O milagre das rosas era aí tema recorrente:

*Larga suis olim cum munera ferret egenis,
Elisabeth, castos pene referta sinus,
Obvius ecce venit Dionysius ipse ferenti.
Quid fers? ille rogat; monstrat et illa rosas.
Floribus his Christus placitam nunc fulcit amantem,
Nexa comam pulchris stat rosa pulchra rosis.*

*Outrora, quando levava donativos
generosos aos pobres,
Isabel, com o seu casto regaço quase repleto,
Eis que Dinis, em pessoa, a encontra
assim no caminho.
«O que levas?» pergunta ele; e ela mostra as rosas.
Com essas flores, Cristo protege agora a sua
dilecta amada,
E com as belas rosas tem a rosa
bela o cabelo entrançado.*



Dois dos seis códices fazem parte do acervo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Numa obra desta mesma época, na epopeia de Vasco Mouzinho de Quevedo Castelbranco, *Discurso sobre a Vida e Morte de Santa Isabel, Rainha de Portugal* (1595), a figura de Santa Isabel é erguida a um pedestal de fervor místico. Entre os momentos de grande beleza literária, seleccionámos um primoroso trecho dedicado ao célebre milagre das rosas, onde a mestria do poeta explora as qualidades da Rainha pelas virtudes evangélicas:

*Da mão esquerda, a mão dereyta encobres
Que tão honesto, & tão santo exercício
A Deus só que te cobre, lho descobres
Tornando seu offício, por offício.
Entregas o que tens na mão dos pobres
Que te fazem no Céu rico edifício,
Aonde viverás leda, & contente
Sem pesares, & nojo eternamente.*

*E porque a caridade está conjunta
Com outra que nos Céus lhe corresponde
Há dia quando mais dinheiro ajunta
Que n’aba leva, & do marido esconde.
Encontra el Rey com ella, & lhe pergunta
«Rainha, que levais?» e ella responde
Com as faces coradas, & fermosas
«Para fazer grinaldas, levo rosas».*

Com a sua canonização, em 1625, em plena União Ibérica, a Rainha Santa foi proclamada por Filipe III padroeira de Portugal. Com a redescoberta da nova santa, os poetas passaram a consagrar grande parte da sua produção à veneração da Santa Isabel.

O acontecimento da canonização deu origem a celebrações de assinalável grandiosidade na Lusa Atenas, cidade tão profundamente ligada à memória da Rainha Santa. A Universidade de Coimbra (UC), atenta à relevância do momento, participou ativamente nos festejos, promovendo iniciativas que realçavam a dimensão cultural e devocional do evento. Entre outras iniciativas, organizou um certame poético em honra de Santa Isabel, publicado em 1626, sob o título: *Santissimae Reginae Elisabethae Poeticum Certamen dedicat, & consecrat Academia Conimbricensis Ivssu illustrissimi D. Francisci de Britto de Menezes a Consilijis Catholicae Maiestatis, & eiusdem*

Academiae Rectoris (A Academia de Coimbra oferece e dedica à Santíssima Rainha Isabel este Concurso Poético por ordem do Mui Ilustre D. Francisco de Britto de Menezes, Conselheiro de Sua Majestade Católica e Reitor da mesma Academia).

Reuniu textos em várias línguas, compostos em diferentes géneros literários, como odes, canções e sermões, oferecendo um testemunho da diversidade e popularidade da devoção à nova santa. Entre os temas mais abordados, está, obviamente, o milagre das rosas. Contudo, optámos por trazer à luz um excerto da «Canção V», que celebra o papel de Santa Isabel ao lado de D. Dinis na fundação da UC.

*Por ti , Diva Isabel, por ti eminente
O Liceu, que se aplica a teus louvores
E tuas glorias magnânimo festeja,
Glorias adquira e sempre florescente
Jardim por ti produza, várias flores
De engenhos doutos apesar da Inveja;
Alegre sempre veja
Sua fama em seus alunos dilatada
Que em teu feliz auspício foi fundada
Por Dinis, quando tu com o Reino humano
Conquistavas o Eterno e soberano.*

Mulher extremamente inteligente e culta, de uma lealdade inquebrantável, consultora sábia, prudente e discreta do marido, D. Isabel não seria completamente alheia à fundação da UC. E a academia bem lhe soube retribuir a atenção ao longo dos séculos.

Por tudo quanto dissemos, não há dúvida de que merece estar representada na Sala dos Capelos, onde D. Dinis se volta para a esposa e troca com ela um olhar, parecendo indagar a sua opinião. D. Isabel, por seu lado, acalma-o com um olhar de aquiescência, como que aprovando a fundação dos Estudos Gerais.

Este texto foi escrito ao abrigo do antigo
Acordo Ortográfico, por vontade do autor.

* Investigador do
Centro de Estudos
Clássicos e Humanísticos,
Universidade de Coimbra



CAMÕES CELE- BRADO

JOSÉ AUGUSTO
CARDOSO BERNARDES *

Introdução

Sabemos que as celebrações do passado (todas elas) se destinam a atrair a atenção sobre o presente. Não pode ser de outra forma: o passado que se evoca é construído e reconstruído de acordo com as necessidades que se fazem sentir em cada momento.

O país assinala agora uma efeméride redonda, que incide, ao mesmo tempo, sobre a figura, sobre a obra e sobre esse tempo especial que é, para nós, o século XVI. No caso do nosso *poeta maior*, essa aura abrange não apenas o plano cívico, mas também o educativo, o histórico-cultural e o estético.

Sinais de Aclamação

Luís de Camões morre em Lisboa, no ano de 1580. Alguns estranham o anonimato na morte. Afinal, a publicação de *Os Lusíadas* deveria ter-lhe assegurado um maior reconhecimento.

É verdade que existe a tença. Foi-lhe concedida na dupla qualidade de soldado e de poeta. Embora de valor relativamente modesto, e paga com irregularidade, não deixa de representar um sinal de aprovação.

A consagração virá só depois da morte e traduz-se sobretudo numa presença excecional nos prelos. Era através da letra de forma que

se firmava a fama de um escritor. Nesse sentido, pode dizer-se que ninguém teve uma fortuna editorial tão intensa e continuada. Outros nomes grandes do nosso *século de ouro* (Gil Vicente e Sá de Miranda) foram sendo editados, mas de forma descontínua e rarefeita. Só os livros de Camões foram impressos, sem hiatos, desde 1572 até aos nossos dias.

O sinal mais recente de que o rasto de Camões permanece bem vivo no espaço público surgiu há pouco tempo, vindo de uma área imprevista. Refiro-me à atribuição do seu nome a um novo aeroporto. Como é sabido, a localização da infraestrutura originou uma das mais prolongadas e intensas controvérsias das últimas décadas. Em ambiente eleitoral ou fora dele, as diferentes forças partidárias prometeram decisões firmes e tecnicamente sustentadas. Até que, poucos dias após a posse, o Governo decidiu finalmente a sua localização. Esta atitude só pode ter um sentido: o nome de Camões continua a silenciar polémicas. O facto de esse mesmo nome ter sido associado a um lugar de chegada e de partida é bem aceite no Portugal do século XXI.

Fatores

Que fatores vêm favorecendo a visibilidade de um poeta que viveu há cinco séculos e escreveu num registo de língua tão afastado do nosso? A primeira causa desse fenómeno poderá ser a *distância* a que há pouco aludi. Sabemos como o afastamento temporal favorece a admiração. A proximidade aumenta o número de adeptos, mas não exclui os relutantes. Camões situa-se no tempo ideal para ser lembrado em associação com as *grandezas*, se for o caso, e com as *misérias*, que também denunciou.

Assim se explica que a sua figura tenha sido sempre vista com simpatia: tanto pelos protagonistas do poder, que se acham sempre mais atentos ao mérito do que aqueles que os precederam, como pelos contestatários do «injusto mando».

Os atributos ficaram registados pelos primeiros biógrafos: temperamento impulsivo, prisões, exílios, privações. Existem indicações contemporâneas disso mesmo: a carta de perdão concedida por D. João III que descreve os motivos que o levaram à prisão do tronco é muito reveladora; como significativo é o testemunho do cronista Diogo do Couto, que, além de ter evocado o convívio que com ele manteve no Oriente, o encontra na Ilha de Moçambique, sem recursos para continuar a viagem de regresso que iniciara em Dezembro de 1567, a partir de Goa.

O século XIX, o século das pátrias, acentuou esses traços. É então que Camões surge como herói

dos heróis ou absoluto da Pátria, tal como a entendia o romantismo.

As proclamações de patriotismo surgem sobretudo em *Os Lusíadas*. Se a epopeia possui um sentido central é justamente o de constituir um *espelho de príncipes*, escrito para um jovem monarca (D. Sebastião) que se acreditava ter sido enviado pela Providência para fazer ressurgir as grandezas do reino. A Dedicatória sobressai como algo de extraordinário: é incorporada no próprio poema, e não colocada em situação de preâmbulo como quase sempre acontece.

De resto, o poeta termina a epopeia não com a Ilha dos Amores, mas arrancando os heróis desse paraíso «pintado» para os devolver à História. Só assim poderiam servir de exemplo a D. Sebastião. As últimas 11 estâncias do poema (X, 146-156) permitem reatar o discurso direto. O *elogio* do rei que vinha do primeiro canto, converte-se agora em *exortação* e os «campos de Ampelusa» são apontados como terreno de reconquista. Neste sentido, o fundamento de Ourique deve ser lido como forma de ligar o rei de um tempo que empalidecia a um outro rei, de tempos dourados. Falo de Afonso Henriques, a quem o próprio Cristo tinha aparecido para assinalar um destino evangelizador.

Idolatrado pelos liberais, sem deixar de ser admirado pelos absolutistas, a figura de Camões é ainda venerada pelos republicanos. E se o Estado Novo fez dela bandeira de glória colonial, também é verdade que a democracia a tem

vindo a aproveitar de muitas formas: como epítome de uma língua de vocação universal, como figura deambulante, rebelde, corajosa e visionária. Foram esses os fundamentos que o converteram no símbolo da diáspora que se enaltece, agora, em cada 10 de Junho. É ainda esse o suporte para a sua aceitação nos países de língua portuguesa.

O Ensino de Camões

O indicador mais forte da presença de Camões na vida portuguesa, porém, resulta da inclusão nos programas escolares. Ao contrário do que sucede com a generalidade dos autores, o poeta mantém uma presença central na disciplina de Português. Actualmente, é dado a conhecer a adolescentes entre os 14 e os 15 anos: no nono (épica) e no décimo ano de escolaridade (épica e lírica).

Essa presença intergeracional possibilita, por exemplo, que Inês de Castro, o Velho do Restelo ou o Adamastor (entre outras figuras) sejam incorporadas no discurso corrente com significados reconhecíveis por todos: a «linda Inês», evocando o conflito entre os direitos do coração e as conveniências do Estado, o velho representando temores e atitudes reacionárias, e o Adamastor equivalendo a obstáculos que requerem coragem e vontade de superação.

Camões e a Ideia Moderna de Literatura

A noção de que, tal como a conhecemos hoje, a ideia de literatura remonta ao século XVIII (o tempo de autonomização das artes) é correta, mas redutora.

Ainda assim, podem identificar-se momentos em que essa afirmação se torna mais clara. Um desses momentos é, sem dúvida, o Renascimento e o processo de dignificação das letras humanas que lhe anda associado.

Os estudiosos desse período destacam Petrarca como intérprete do espírito de renovação que conduz à descoberta da consciência, abrindo caminho à visão moderna de *autor*. Embora presente na generalidade da sua obra, é no *Canzoniere* que mais se nota esta verdadeira revolução poética que consiste na autoanálise sentimental e, sobretudo, na construção da realidade através da escrita.

A influência exercida pelo poeta italiano nas letras europeias foi decisiva e prolongada. É nessa senda que devemos situar a obra de Camões. Não para renegar outras (muitas) influências que os anotadores e comentaristas foram registando, mas para sublinhar que o poeta português herdou sobretudo do poeta italiano uma *ideia de literatura*. Nessa ideia cabe a questionação, a especulação metafísica, a confissão elaborada, a busca profunda de uma verdade. Trata-se, no fundo, de encontrar um cami-

nho novo para a poesia, situado algures entre retórica e filosofia. É justamente nesse quadro que surge a figura do *poeta pensador*, ou seja, daquele que não se limita a representar a realidade, mas se lança na aventura de a interpretar e reconstruir.

No que concerne à epopeia, a modernidade de Camões vai ainda mais longe. De facto, embora partindo de um dos traços fundamentais do género, o poeta português convoca a história (que, neste caso, é factual e bem próxima) para a corrigir através da escrita. Nesse sentido, vai espalhando sinais directos e indirectos de superioridade da poesia em relação aos acontecimentos que lhe servem de suporte. Não hesita em diminuir Vasco da Gama, o protagonista da viagem inaugural, quando, depois de o ter feito contar a História de Portugal ao rei de Melinde, lhe assinala a estranheza relativamente às musas:

*Às Musas agradeça
o nosso Gama
O muito amor da pátria,
que as obriga
A dar aos seus, na
lira, nome e fama
De toda a ilustre e bélica fadiga;
Que ele, nem quem na
estirpe seu se chama,
Calíope tem por tão amiga
Nem as filhas do Tejo,
que a deixassem
As telas d'ouro fino e o
cantassem. (V, 99)¹*

¹ Cito pela edição d’*Os Lusíadas*, com Leitura, Prefácio e Notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Lisboa, Instituto Camões, 1992 (3.ª edição).

Mais ainda: faz recair sobre si a heroicidade do canto não compreendido e não agradecido:

*A troco dos descansos
que esperava,
Das capelas de louro
que me honrassem,
Trabalhos nunca usados
me inventaram,
Com que em tão duro estado
me deitaram. (VII, 81)*

Mas o que mais ressalta na obra de Camões (em qualquer um dos géneros que cultivou) é a ideia de *autenticidade*. Essa marca impressionou os comentadores de todos os tempos. Alguns têm vindo a ler a obra como se fosse, toda ela, confessional.

Assim sucede na lírica em particular. Basta pensar no impressionante soneto que (ao que tudo indica) foi escrito para servir de prólogo a toda a poesia camoniana. Falo daquele que começa com o verso

*Enquanto quis Fortuna
que tivesse*²

Nele se rememora um itinerário que vai do engano ao desen-

gano. O terceto que o encerra define a natureza autêntica do seu canto («Verdades puras são, e não deleites»), para logo definir um único plano de sintonia entre quem escreve e quem lê:

E sabeis que, segundo o amor
tiverdes,
Tereis o entendimento de
meus versos.

Mesmo em *Os Lusíadas*, onde se esperava que a projeção subjetiva fosse menor, não faltam marcas fortes de personalidade. Onde o grito camoniano mais se faz notar é no desenlace da história do infeliz Adamastor. Depois de ter sido vítima dos seus impulsos e atraído a uma cilada feminina, o gigante dirige-se à amada, presentificando-a na dor:

*Ó Ninfa, a mais fermosa
do Oceano,
Já que minha presença
não te agrada,
Que te custava ter-me
neste engano,
Ou fosse monte, nuvem,
sonho ou nada? (V, 57)*

Desde Camões a poesia portuguesa não voltou a ser o que era. Essa é talvez a principal razão que explica um fenómeno que permanece único: tendo vivido e escrito no século XVI, Camões vem sendo tomado por «contemporâneo» de praticamente todas as gerações de poetas de Portugal e de língua portuguesa.

Desde há 500 anos, sem parar, até aos nossos dias.

Este texto foi escrito ao abrigo
do antigo Acordo Ortográfico,
por vontade do autor.

* Comissário-Geral
do V Centenário das Comemorações
do Nascimento de Luís de Camões



² Cito pela edição das *Rimas*, com texto estabelecido e prefaciado por Álvaro J. da Costa Pimpão, Coimbra, Livraria Almedina, 1994 (3.ª edição).



Anseio de Plenitude e Horizonte de Paz Universal em Luís de Camões

JOSÉ CARLOS SEABRA PEREIRA *



Toda a obra épica e lírica de Camões se constrói em função de horizontes de plenitude que valem e actuam como causa final das energias poéticas — humanistas, amorosas, cognitivas, artísticas, patrióticas, religiosas.

Embora todos esses horizontes e todas essas energias se intermotivem, não se tem atentado numa das correlações improváveis ou ínvias — a da energia patriótica na Expansão imperial, ascensional em *fortitudo et sapientia* (e sua prática pluridimensional do ideal de excelência por Armas e Letras), com o horizonte de plenitude na Paz universal, pela globalização da cristandade.

1. Soldado e Poeta entre cavaleiros-escretores da estirpe de Duarte Pacheco Pereira e António Galvão, Luís de Camões inscreve a sua figura de excelência pelas Armas e Letras num desejo de espírito humanista para a Expansão e o Império. N'Os *Lusíadas*, Camões não abdica da presença elegíaca e da consciência crítica do eu, nem do jogo dialógico dos seus *Autos* e da estética do desafoço das suas *Rimas*; mas, sempre «desvarios em versos concertando», inscreve pela «pena» o sentido de vida e obra num «canto» estruturado sob a égide do «sentido de comunidade» e de «um humanismo cívico de cunho nacional» (Luís de Sousa Rebelo).

Eis aí um programa discursivo que — em regime tão histórico quanto profético e, por isso, proposto a uma interpretação também

ela figural (na acepção da exegese bíblica e da hermenêutica auerbachiana) — corresponde a um projecto lusíada de destino humano com horizonte de plenitude universal.

Programa poético e projecto geo-estratégico implicam o reconhecimento do poderio imperial português e dos meios valiosos e eficientes com que ele fora conquistado — pela clarividência estratégica em espaço de soberanias pulverizadas e de forças fragmentadas, pelas chefias experimentadas e valorosas agindo com «soldados a tudo obedientes» (X, 46) no pressuposto da «lealdade de ânimo e nobreza» (V, 90) ao «regimento, em tudo obedecido, / De seu Rei» (II, 83), pela força anímica e moral, pela clara definição dos inimigos principais («mouros» e venezianos, turcos e mamelucos do Egipto) e pelo princípio de renúncia à violência entre compatriotas, pela rede de fortalezas costeiras, pela superioridade dos velozes navios e da poderosa artilharia, pela agressividade da tática e dos combatentes,

Mas, porventura não menos importantes, são também cantados outros instrumentos políticos e económicos da grei lusíada e do seu monarca, «Senhor da conquista, da navegação e do comércio»: a teia diplomática de «pactos e lianças» — «De paz e de amizade, sacra e nua» para «Comércio consentir das abundanças /...» (VII, 62).

Desde a Dedicatória d'Os *Lusíadas*, anormalmente extensa e argumentativa, D. Sebastião recebe do vate, para a «Polícia portuguesa na paz e na milícia» (I, 72), o exemplo conjugado das almas de eleição («cá famosas») dos dois avós, D. João III e Carlos V, cuja memó-

ria de «obras valerosas» — «~Ua na paz angélica dourada, / Outra polas batalhas sanguinosas» — «Em vós esperam ver-se renovada», como penhor seguro de que se lhes juntará «No templo da suprema eternidade» (I, 17).

Depois, serão recorrentes a disforia dos lances em que «em figura de paz lhe manda guerra» (I, 94), ou em que urge pôr freio «à desordem do vulgo temerária na santa paz» (Oitavas II, «Como nos vossos ombros tão constantes»), e a euforia dos tempos em que, «Alcançada já a paz áurea divina», «o Reino próspero floresce /... / Em constituições, leis e costumes» (III, 96).

Porém, mesmo quando na Cidade dos homens, sobrepujando o desconcerto e o desvario, temporariamente prevalecem a ordem e o sentido dos cavaleiros e dos vates, dos heróis e dos artistas, dos sábios e dos justos, a todo o momento podem ressaltar o «Caso duvidoso» e as «sem-razões»; e mesmo para lá da contingência e fungibilidade dos momentos terrenos em que o sujeito poético se sente «em paz com minha guerra» (canção IV) e dos períodos de alcançada paz comunitária, é preciso que surja e resplandeça, como prémio redentivo e estímulo de causa final, a antevisão da paz na eternidade celeste, a Paz da reintegração ontológica em Deus, ao cabo do trajecto ascético, penitencial e salvífico, das redondilhas «Sôbolos rios que vão»: «cale-se esta confusão, cante-se a visão da paz.»

2. Porventura, seremos mais sensíveis a esses vectores do discurso poético de Camões se tivermos presente a coerência orgânica

com que na estrutura figurativa da obra camonianiana — como suma criação de arte poética que traz ao mundo novos e subidos contributos para os campos de bens simbólicos da cultura humana —, dois elementos do seu imaginário e dos seus tropos se revelam de grande efeito na expressão de uma hierarquia dos valores e na correlata paideia axiológica (apoiada na exemplaridade desses macrossignos centrais que são as personagens e as situações da narração).

Refiro-me, compreensivelmente, a «louro(s)» e «palma(s)» — que podem comparecer juntos, mas cujo alcance significativo não é coextensivo. De facto, a(s) palma(s) pode(m) por vezes reforçar o sentido do(s) louro(s) na celebração da glória terrena justamente atribuída a heróis das virtudes cívicas, políticas e militares, e das qualidades culturais (de pensamento, saber e criatividade artística). Todavia, o(s) louro(s) não participa(m) da dimensão transcendente e soteriológica que a(s) palma(s) consagra(m) no santo e no mártir e que, nos versos do rapso e vate da condição lusíada por antonomásia, glorificam o *miles gloriosus* português que vive e morre como *miles Christi*.

Uma e outra vez, a retórica dos dons de beleza, de valor e de atracção se compraz nos versos de Camões em simbolizar a primazia com a palma, a exemplo do magoado canto amoroso do «pastor queixoso» que protagoniza a Écloga V («A quem darei queixumes namorados», que Camões dedica a D. António de Noronha): «Se da alma e do corpo tens a palma, / ...».

São patentes as faculdades, vontades e realizações, pelas quais o Poeta, com seus heróis,

leva a palma, isto é, supera(-se) e alcança a palma da vitória nas adversidades e nas pugnas de toda a ordem. Então, vinga o sentido de «levar a palma» como prova e ufanía de vitória, nas Armas e nas Letras, na Navegação e na Conquista (por isso reverberando na abertura do Canto VII: «Ora sus, gente forte, que na guerra / Quereis levar a palma vencedora: / Já sois chegados, já tendes diante / A terra de riquezas abundantes!»), ou noutras prestações físicas e anímicas, como figurado na lírica pela projecção bucólica da Écloga II («Ao longo do sereno») com o pastor Almeno («nenhum pastor cantando me vencia. /... / na luta, no correr e em qualquer manha, / sempre a palma antre todos alcançava.») ou nos lances e transes amorosos, como figurado na dramaturgia pela projecção dialógica do *Auto de Filodemo* («...se Amor pôde vencer, / De mim levando esta palma, / Eu não lho pude tolher, /...»).

Quando essa valência comparece noutros estratos da sintagmática e da semântica épicas, líricas e dramáticas da poesia de Camões, indicia já outra linha de fuga na axiologia e na paideia da composição. Assim acontece n'Os *Lusíadas* no episódio cavaleiresco dos Doze de Inglaterra — «Basta por fim do caso que entendemos / Que com finezas altas a afamadas / Cos nossos fica a palma da vitória, / E as damas vencedoras e com glória.» (VI, 66) -, ou no louvor de Duarte Pacheco Pereira como «Aquiles lusitano» — «Nenhum claro barão no Márcio jogo / Que nas asas da fama se sustenha / Chega a este, que a palma a todos toma» (X, 19).

Nessa progressão, avançamos para o plano em que o(s) louro(s) ganha(m) relevo qualificativo na retórica do enaltecimento e do panegírico, como emblema da glória terrena, merecida pelas Armas e Letras, e da fama que a difunde. Aliás, nesse sentido o tópico imagístico é convocado em causa própria pelo Poeta, sobretudo quando n’*Os Lusíadas* protesta que não lhe concedem as «capelas de louro que [o] honrassem» (VII, 81).

Mas paralelamente, ou por afliências como a do arrevesado soneto especulativo «A Morte, que da vida o nó desata» — «porque assi leve triunfante a palma» —, avançamos também para o plano daquela retórica camoniana em que a(s) palma(s) se destaca(m) como emblema da glória celeste e como figura cara à sua difusão hagiográfica, recorrente no cerne ideológico do projecto lusíada e da mundividência religiosa (escatológica e soteriológica) que subtede a estruturação da narrativa integrista d’*Os Lusíadas* e de alguns poemas correlatos das *Rimas*.

Compreende-se, pois, que os louros e as palmas surjam juntos, na emblemática axial do «canto» heróico e missional de Camões: no reinado de D. Sancho I, na vitória contra o renegado Pedro Fernandes de Castro «Martim Lopes se chama o cavaleiro, / Que destes levar pode a palma e o louro» (VIII, 22-23); enquanto «invicto cavaleiro» (IV, 54) só nas terras de missão em Marrocos, e não pela ambiciosa incursão bélica por terras cristãs de Castela, é que o rei D. Afonso V «Na frente a palma leva e o verde louro» (IV, 55); se as ninfas da Ilha do Amor, tão «namorada» quanto

«angélica», ornam os seus amados navegantes «De louro e de ouro e flores abundantes» (IX, 84), na chave da alegorese Camões estatui que «Os triunfos, a fronte coroada / De palma e louro, a glória e maravilha: / Estes são os deleites desta Ilha.» (IX, 89).

Na Elegia VII («Despois que Magalhães teve tecida»), a glorificação de D. Leonis Pereira entre os que se inscrevem na galeria dos grandes «N~ua mão livros, noutra ferro e aço», justifica-se pelo «saber e esforço no sereno peito», mas sobretudo na medida em que «artes e ciência lhe ensinaram, / inclinação divina lhe influíram, / as virtudes morais, que logo ornaram»: merece «palma e glória», porque «tais provas fez de cavaleiro, / que de cristão magnânimo e seguro, / a si mesmo venceu por derradeiro.»

Na Ode VII («A quem darão de Pindo as moradoras»), Camões ergue o clamor para atribuir «florescentes capelas / do triunfante louro ou mirto verde, / da gloriosa palma, que não perde / a presunção sublime» a D. Manuel de Portugal — alto fidalgo nas «Armas» sociais e políticas, mas mais alto espírito nas «Letras» como poeta que passa do meritório canto profano para o superior «canto ao divino».

Mas mesmo noutro quadrante de visão escatológica e soteriológica, a extraordinária Elegia V («Se quando contemplamos as secretas») dá dimensão metafísica à mesma simbologia: «Padres são que estão no Limbo escuro, / que já de louro e palma vos coroam.»

Mas, tal como havia muito constava da iconografia, do cântico litúrgico e da homilética católica — e assim era do fervoroso conheci-

mento de Camões —, a(s) palma(s) era(m) apanágio peculiar da consagração apologética do heroísmo espiritual dos mártires e dos mortos em combate de milícia cristã.

O Canto VIII d’*Os Lusíadas* concentra esse emblema em sucessivas evocações de heróis da fundação e consolidação do Reino de Portugal e da sua identidade cristã, numa legitimação de «guerra justa» (em Reconquista) e sua promoção como «guerra santa» em que o próprio braço de Deus intervém: «É dom Fuas Roupinho, que na terra / E no mar resplandece justamente / Co fogo que acendeu junto da serra / De Ábila, nas galés da Maura gente. / Olha como em tão justa e santa guerra / De acabar pelejando está contente; / Das mãos dos Mouros entra a felice alma / Triunfando nos céus com justa Palma.» (VIII, 17); «Não vês um ajuntamento de estrangeiro / Trajo sair da grande armada nova, / Que ajuda a combater o Rei primeiro / Lisboa, de si dando santa prova? / Olha Henrique, famosos cavaleiros, / A Palma que lhe nasce junto à cova; / Por eles mostra Deus milagre visto, / Germanos são os Mártires de Cristo.» (VIII, 18); «Vês, vão os reis de Córdova e Sevilha / Rotos cos outros dous, e não de espaço; / Rotos? Mas antes mortos, maravilha / Feita de Deus, que não de humano braço. / Vês já a vila de Alcáçare se humilha, / Sem lhe valer defesa ou muro de aço, / A dom Mateus, o Bispo de Lisboa, / Que a coroa de palma ali coroa.»

Mais tarde, de pia beleza se reveste a consagração de D. Lourenço de Almeida como exemplo de mortificado *miles Christi*: «Vai-te, alma, em paz da guerra turbulenta / Na qual

tu mereceste paz serena» (X, 32). A Elegia VI («Que novas tristes são, que novo dano»), que Camões dedica à morte de D. Miguel de Meneses e, entre seus heróicos ascendentes, à memória do bisavô D. Duarte de Meneses, grava uma variação desse motivo: «Vai-te, alma, em paz à glória sempiterna! / ... / E lá nos aposentos soberanos / o recebem da palma coroado, /...».

3. O canto camoniano do projecto lusíada, entendido como sonho e obra de dilatação da Fé e do Império, subsume-se na dupla convicção de que a grei portuguesa havia aberto o caminho para o primeiro tempo de globalização e de que, nesse momento de Expansão do seu Estado nacional — gesta tão inconclusa quanto aberta fica a epopeia camoniana de anúncio e expectativa (X, 155-156) —, conduzia a Humanidade para novo e superior estádio.

O profetismo poético de Camões deixava, porém, sob cautção a primazia em subsequente estádios teleologicamente regidos pela aspiração ao reino universal das «leis melhores» (II, 46), consoante a grei lusíada ainda soubesse ou não assumir-se, contra «o mundo vil, malino», como a nova «progénie forte e bela» (IX, 42) simbolicamente desejada pelo Amor divino (Vénus, por transferência mitográfica) no limiar da alegorese neo-platónica e gnóstica da Ilha — «imaginada» e «pintada» como «namorada» e «angélica».

Em todo o caso, o visionarismo desse horizonte de plenitude para a grande comunidade humana de dimensão planetária implicava a utopia inspiradora e promotora da

Paz universal — que valorizava a Expansão portuguesa e, em simultâneo, questionava a gesta imperial nos seus fins e meios conjunturais.

Sem dúvida, a axiologia de matriz cristã, com que Camões impregna o seu canto da excelência humanista, e a paideia numa filosofia da História de matriz augustiniana atribuem valor supremo à coincidência cavaleiresca das virtudes de heroísmo cívico e espiritual no *miles gloriosus* que é também *miles Christi*. E, em certos contextos do destino lusíada, desde a gesta da fundação da Nacionalidade e de consolidação da identidade comunitária até à mais larga e aventureira afirmação do seu papel ascensional no devir da Humanidade, a narrativa enaltecedora da gesta lusíada não só indissocia o «serviço» à Fé e ao Império, como parece reconduzir o *ethos* da Expansão ao espírito da Cruzada. Acontece, porém, que não fora unívoco o sentido de Cruzada no período mediévico da Europa cristã, nem o era nos tempos existenciais de Camões e nas conjunturas que a sua obra poética recria.

Os povos cristãos do Norte e do Centro da Europa não tinham, na Idade Média, perante o Islão, muitas vezes sujeito a imagens distorcidas, a mesma experiência histórica que os cristãos ibéricos. Estes haviam atravessado diferentes relacionamentos, alternantes ou concomitantes, com os mouros — em tempos e territórios de hegemonia cristã ou de hegemonia moura. Por consequência, quando radicalizada e teorizada, a ideologia de Cruzada própria de povos transpirenaicos difere da tradição ibérica de relação com o

Islão, regida por princípios genéricos de direito natural.

Sem embargo de tal tradição, a Expansão quinhentista manteve sempre, embora com graus diferentes de intensidade ou de subalternização, o ardor do espírito cruzadístico ou a invocação coonestadora da linguagem cruzadística. No caso de Portugal e, em particular, do seu maior cantor épico, o discurso da narrativa de Expansão nem sempre se desprende de um «imperialismo da graça» com tardios laivos de augustinismo político, sobrepostos à tradição escolástica de jusnaturalismo aristotélico e ao pragmatismo de situação.

No entanto, sob essa ideologia oficial, a governação e os poderes portugueses não deixavam de adotar o sistema dominial das páreas e até a organização de sociedades pluralistas, inspiradas no modelo medieval das comunas mouriscas e judaicas, nos empórios comerciais de Goa e Malaca, no âmbito de uma mais lata adaptação no Estado da Índia de instituições nativas, do sistema tributário e até da idealização civilizacional, patente em Barros, em Mendes Pinto e em Camões.

Mas, como o Índico em que os portugueses vão conquistar poder político e proveito mercantil (sobretudo no trato das especiarias) era, há dezenas de anos, um mar de hegemonia muçulmana, a implantação lusíada enfrenta, então, adversários que são vistos como os mesmos inimigos ancestrais na Europa meridional e na África do Norte. Por conseguinte, esse confronto e a inerente acção militar ganham foros de cruzada — e encontram precisamente em Camões, e na plasticidade da sua



obra poética, a grande consagração literária dessa ideologia (em breve satirizada por Fernão Mendes Pinto e ironizada por Cervantes).

Na primeira metade do século XVI, acentua-se — até ao pendor mitificante, sobretudo em torno de Afonso de Albuquerque e dos «cavaleiros» heróicos, sustentáculos da força anímica e moral que, quer se queira quer não, parece ter sido o maior penhor dos sucessos lusíadas e que Camões não evidenciava menos do que a supremacia de manobra naval e de armamento — a consciencialização da novidade e da dimensão extraordinárias dos mundos descobertos. Esse exaltante reconhecimento patenteia-se na *Ásia*, de João de Barros, e noutros cronistas; no *Tratado dos Descobrimentos*, de António Galvão, e na vasta literatura de viagens; em Pedro Nunes, Fernão de Oliveira, Garcia de Orta e demais literatura científica — e em Camões, com subido conhecimento poético! Ao mesmo tempo, todavia, e sem embargo do predomínio do comércio marítimo sobre a conquista territorial, «a ideia de guerra santa permanece viva, sem dúvida porque, contornada a África, os portugueses se voltam a encontrar com os inimigos de antanho, os Muçulmanos, agora seus rivais mercantis na Índia»; e esse confronto ganha foros de serviço de Portugal à Cristandade, mas agora como projecto de império nacional, com os seus específicos parâmetros geopolíticos.

Nesse quadro, os objectivos sociais e económicos não são descurados, nem omitidos pelos documentos oficiais, pelas directivas superiores e pelos cronis-

tas da Expansão e do Império. O mesmo se diga quanto aos erros e crimes, prepotências e arbitrariedades, desmandos de ambição e cupidez, nepotismos e corrupções, violências e atrocidades ocasionais ou frequentes, de indivíduos ou de facções (lembre-se Fernão Lopes de Castanheda e Diogo do Couto, Gaspar Correia e Mendes Pinto, etc.). Isso mesmo encontramos reiterada e desassombradamente em Camões sob a forma de protesto queixoso e de exercício crítico do seu Humanismo cívico.

Só que, tal como de novo em Camões, procura-se salvaguardar a hierarquia de valores, a conformidade da linha de actuação global com a moral e o direito, enfim a hierarquia dos «quatro fins da vida» — serviço de Deus (e consequente salvação da alma), honra, proveito, prazer — porque já se regiam em doutrina e compromisso os altos Infantes da «íclita geração» (mesmo o Infante D. João apologista do «siso» estatal enquanto moderação pragmática da «cavalaria», sobretudo no seu parecer de 1432).

Esta hierarquia axiológica, com primado do serviço soteriológico de Deus (entendido de modo diverso, desde o exemplo do Poverello, pelos franciscanos), explica que, mesmo quando se autonomiza da Cruzada, mas com meios tão limitados e tão dilatados empreendimentos, a experiência expansionista ganhe tons de milagre resultante de especial protecção divina, convoque premonições misteriosas e anúncios proféticos, admita fenómenos de maravilhoso no decurso de batalhas e nos transes aflitivos de viagens e naufrágios. Mais uma

vez, tudo isso comparece e se enaltece no «pena» e no «canto» de Camões — sendo, porém, de sublinhar (com Luís Filipe Thomaz) que n’*Os Lusíadas* tal não resulta de uma predestinação arbitrária, mas antes de «uma disponibilidade voluntária do querer humano para colaborar com o divino», de modo que a história de Portugal apareça «como uma espécie de contrato, a todo o momento renovado, entre Deus e os Portugueses».

Na obra poética de Camões, e em particular na narrativa épica, ressalta a tomada de consciência de que só uma pequena parte do mundo seguia ou sequer conhecia o Cristianismo, a par da convicção de existência de comunidades cristianizadas na Etiópia e na Índia sem obediência institucional a Roma. Por outro lado, n’*Os Lusíadas* avulta o empenhamento, desde o ritual introdutório de Proposição e Dedicatória, na mundialização do Catolicismo em confronto com o expansionismo turco ou «mouro» (estancado *in extremis* com a vitória de Lepanto, 1571, em vésperas da 1.^a edição d’*Os Lusíadas*) e em contracorrente às cisões protestantes e às guerras intestinas entre Príncipes cristãos — dando lugar à actuação político-militar que gerou o «Estado Português da Índia» e à concomitante acção missionária e diplomática que conduziu à instituição do régio Padroado do Oriente em 1514.

Na última fase da vida de Camões, a inerente orientação doutrinária resplandecia no regimento do Conselho de Estado e nos apontamentos da Mesa da Consciência (que privilegiavam «a obra de con-

versão») para o vice-reinado de D. Luís de Ataíde, tal como nas recomendações que este recebe do rei D. Sebastião. É nessa perspectiva que Camões vivera no Oriente e escrevera sobre o Estado Português da Índia «por onde a Lei divina se acrescenta» (VII, 25), mas naquele espírito compreensivo sugerido pela história de Saramá Perimal, que se converteu ao Islamismo e «pressupôs de [nessa Lei religiosa] morrer santo» (VII, 33), sem que o Gama ou o narrador/autor textual denunciem ou hostilizem tal memória grata.

De resto, n’*Os Lusíadas* e nas *Rimas*, Camões venera «a Lei de cima» do «Deus onnipotente» (VIII, 99), reconhece que «a fraca força humana» dependente da ajuda da «Guarda Soberana» ou «Guarda divina» (II, 30, 31) e coloca sob o signo de «a divina fé que tudo excede» (VIII, 47) quer a narrativa da Fundação de Portugal («Aos infiéis, Senhor, aos infiéis, / E não a mim que creio o que podeis.», III, 45), quer a narrativa da Expansão imperial («Onde vem semear de Cristo a lei», VII, 15, «Vimos buscar do Indo a grão corrente, / Por onde a Lei divina se carente.» VII, 25, «Estendem não somente a Lei de cima, / Mas inda vosso Império preminente», X, 151).

Na sua coerência orgânica, sob a dominante estrutural do seu argumento, o canto épico de Camões surgia sintonizado com os sinais ideológico-políticos que nos anos 70 vinham confortar a ideia de que o pronunciamento do Velho do Restelo não era antitético do novo investimento imperial no Oriente e no Brasil — e que ambos se deveriam cumprir pela integração superadora na peculiar missão

lusíada de luta pela unidade moral do mundo, até ao domínio universal das «leis melhores» (II, 46) que a Providência divina, em seu mitográfico *transfert* para a voz de Júpiter, anuncia e garante.

Nem o reconhecimento generalizado do desajuste entre a amplitude e a lonjura transcontinentais da expansão imperial e as limitações demográficas do Reino europeu podia arrastar Camões e os seus heróis, ou D. Sebastião, para a denegação do projecto lusíada. Este não se regia pelo regime do senso comum e do pragmatismo imediatista — suspeito de esconder, por detrás do ideal clássico de *aurea mediocritas*, a acomodação do homem mediano à existência trivial. O projecto lusíada enfrentava as iminências de crise com a ética da superação. Cumpria-se no risco e na abnegação de quem pensava a equação entre Império e meios (humanos e materiais) com espírito visionário e cavaleiresco, situando o destino de Portugal em horizonte de valor universal e intemporal e de inscrição da História humana no horizonte de Eternidade.

4. A exemplaridade de Camões afirma-se, também, quanto ao predomínio quinhentista, na gesta imperial e nos confrontos político-militares, do equilíbrio de doutrina e acção num concertado desígnio de íntimo *agone christiano* e de acção comunitária — a de Povo organizado em Estado nacional — para a pacificação cristã do mundo.

Em incessante actualização do legado de Cavalaria espiritual, o vate lusíada não é um apologeta do irenismo fabro-erasmiano, nem um belicista incondicional.

No âmbito da sociedade internacional constituída na Europa e no Mediterrâneo, sobretudo nas relações entre Estados cristãos, mas não só, Camões defende a paz e o respeito pelas soberanias nacionais, apenas admitindo a legitimidade da «guerra defensiva». No âmbito do confronto com o expansionismo islâmico (turco, árabe, mameluco, etc.), defende a «guerra justa» que se estende do alcance daquela guerra defensiva ao direito de reconquista (nomeadamente no confronto ibérico com os mouros no Norte de África) e que se expande a outros teatros de afirmação imperial — processo histórico em que cada vez menos se invoca a missão de «guerra santa» e cada vez mais sustenta a pugna conforme ao direito pela defesa jusnaturalista do direito e das condições de «comércio e comutação, que é o meio por que se concilia e trata a paz e amor entre todos homens» (assim dizia João de Barros na *Ásia*) e do direito de pregação da Fé, firmado pelo magistério de Francisco de Vitória.

Como lembra António de Vasconcelos Saldanha, no Conselho Régio de 1542 em Almeirim, prevalece o parecer de que «o descobrimento da Índia se fez para termos o comércio, o qual, porque se nos impediu contra o Direito Natural e das Gentes, foi necessário usarem as armadas em nossa defesa»; em célebre consulta do Tribunal da Mesa da Consciência, em 1569, corrobora-se a mesma doutrina, tal como no parecer pragmático de Jorge da Silva, em 1573, a pedido de D. Sebastião.

A acção política e diplomática em prol da paz entre povos,

nações e Estados nunca esteve de todo ausente do horizonte de opções estratégicas de Portugal; e tal não deixou de encontrar ecos e reflexos no canto camoniano da presença lusíada no devir do mundo, quer enquanto história pregressa, quer enquanto projecto a cumprir-se.

Por um lado, a cruzada desde sempre postulada como contrapartida a paz e a concórdia entre os cristãos e a condenação das guerras fratricidas; nesse sentido, Portugal pôde optar por uma política de não ingerência nas querelas europeias, tanto mais quanto a expansão marítima assim o requeria — afinal, mais um dos pontos que Camões destaca n’*Os Lusíadas*. Por outro lado, como mostrou Luís Filipe Thomaz, «o patrocínio à evangelização na paz logo encontrou lugar na ideologia expansionista oficial».

A própria política que a antropologia cultural de Jorge Dias considerava de «assimilação por adaptação», acentuada para a Índia no último quartel do século XVI (quando Camões já lá não estava), não polariza a ideologia oficial, nem o pensamento geo-estratégico, nem a intervenção *in loco*; e a pretensa acção civilizadora — tangente da acção religiosa quando se impunha, perante povos «primitivos» ou «bárbaros», o dever de repor o direito natural contra práticas aberrantes como os sacrifícios humanos — também se via posta em causa quando os portugueses, tal como manifesta a poesia camoniana, se deparam nas partes das Índias e sobretudo no Extremo Oriente com civilizações desenvolvidas e culturas elaboradas.

De facto, o estatuto primordial coube ao ideal mais universal e transcendente que era o da evangelização — mas numa perspectiva que gradativamente levava o pensamento político português e a própria empresa ultramarina a desprenderem-se da apologia da «guerra santa» como solução sistémica, cedendo terreno à instrumentalidade das acções militares em ordem à promoção progressiva da paz universal.

Ironicamente, o vínculo entre a evangelização e o horizonte de paz universal decorre da convicção do Ocidente europeu de que o Cristianismo não era só a sua religião que deveria ser difundida ou imposta aos outros povos, mas sim a religião revelada como «lei de Cima» e mensagem de salvação para todo o género humano. Camões não deixa de partilhar aquela convicção e de crer, por conseguinte, que o Cristianismo será o futuro do mundo. Por isso, essa convicção providencialista inclui também a crença de que a Expansão portuguesa, inscrevendo-se no horizonte meta-histórico do Reino de Deus, é por Deus aprovada, querida e apoiada sobrenaturalmente (em sinais premonitórios, em intervenções protectoras, etc.).

Em Camões, como já antes em João de Barros e em António Galvão, a expansão de um «Portugal de todo o mundo» (como cantaria José Régio) serve para reconduzir o universo a Deus. Entre o «evangelho português», de Fernão Lopes, e o «Quinto Império», de Vieira, Camões não se limita a enaltecer um Portugal que dá prossecução à Reconquista fundacional.

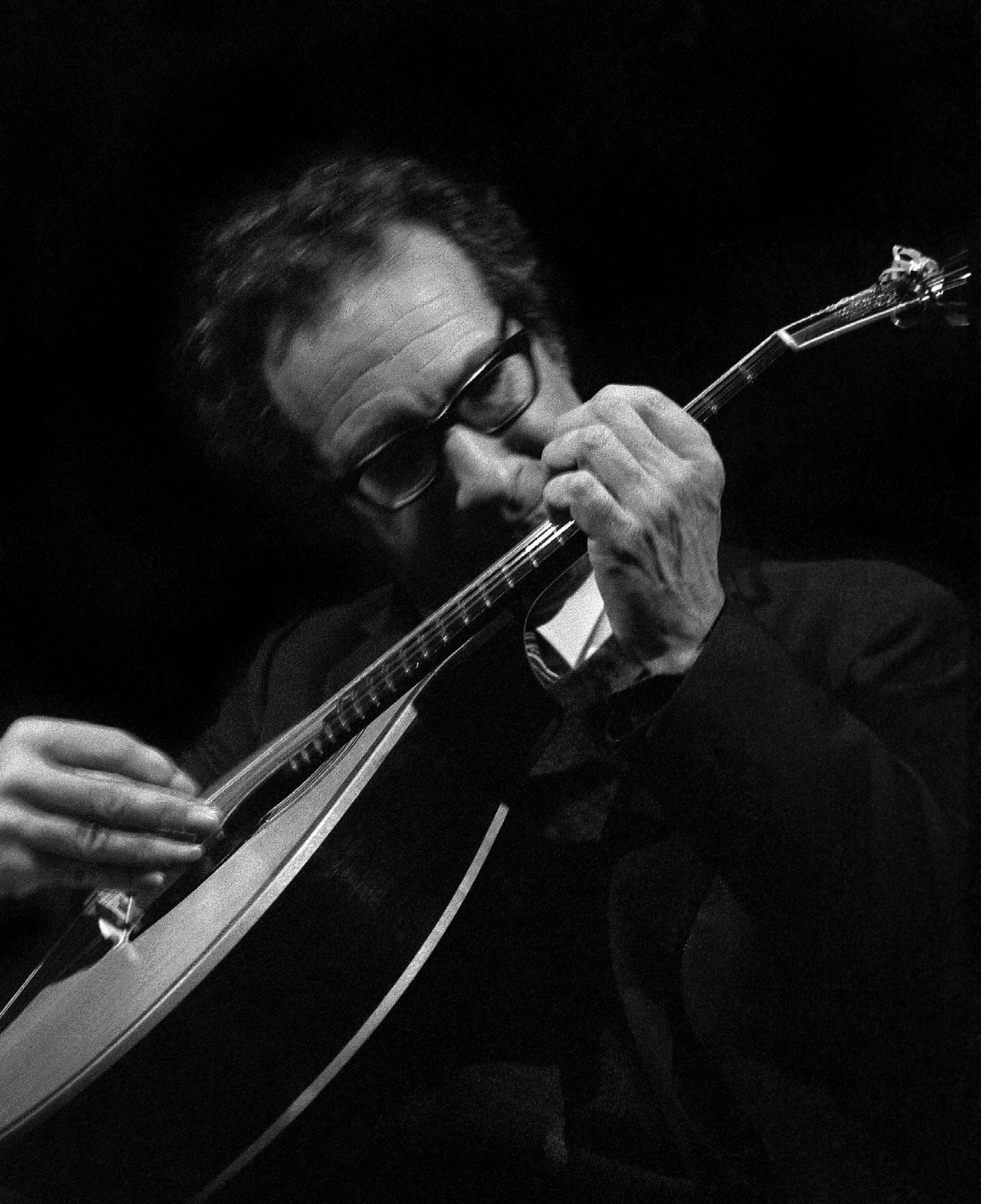
Camões canta um Portugal que se cumpre como «dado ao mundo por Deus, que todo o mande, / Pera do mundo a Deus dar parte grande» (I,6) e como senhor do que o Roger Crowley de *Conquerors* nomeia «Primeiro Império Global»; mas canta profeticamente Portugal como responsável pelo primeiro tempo de Globalização, num movimento complexo (Navegação e Descoberta, encontro de civilizações e culturas mais do que Conquista) que postula a universalização da «justiça natural» e da equidade inter-religiosa, até à pacificação planetária no avanço para a desejável adesão ao Cristianismo.

Este texto foi escrito ao abrigo
do antigo Acordo Ortográfico,
por vontade do autor.

* Coordenador Científico
do Centro Interuniversitário
de Estudos Camonianos

Leonel Moura





João Armando Ribeiro, 1983

JOSÉ OLIVEIRA MARTINS *

A VOZ TRÁGICA DE
**CARLOS
PAREDES**

NA EVOCAÇÃO DO
SEU CENTENÁRIO:

POÍESISE
SIGNIFICADO

Escrever sobre a temática da Semana Cultural e da revista *Rua Larga* de 2025 dedicada à *Poesia* a propósito do centenário do nascimento de Carlos Paredes (1925-2004) é uma oportunidade para pensar (e evocar) o sentido e significado do legado musical do guitarrista-compositor e entrever a sua continuada pertinência como referência cultural para os anos vindouros. Através do som da sua guitarra, Carlos Paredes deixou-nos, como poucos, uma voz poética capaz de tocar o íntimo dos sentidos e, ao mesmo tempo, convocar uma dimensão colectiva, de pertença e direccionada ao mundo. Por isso, compreender a voz de Carlos Paredes requer pensar a sua música como entidade híbrida, resultante do encontro de intenções entre a *poíesis* do objecto sonoro e vibrante e o sujeito ouvinte que lhe dê sentido e participe na tessitura do seu significado (individual e colectivo).

Paredes intuiu que a dimensão primordial da *poíesis* de onde se enunciava a sua voz artística provinha do encontro entre som e verbo. Mas este encontro não se manifesta somente na combinação entre música e palavra poética, como a exerceu ao longo da sua carreira no acompanhamento de voz cantada ou recitada a figuras como Augusto Camacho, Luiz Goes, Ary dos Santos, Cecília de Melo, Manuel Alegre ou Correia de Oliveira. Este encontro acontece num plano anterior e mais profundo de intencionalidade expressiva. Nas suas palavras: «A música e a poesia estão ligadas uma à outra, desde a origem. Ambas começaram com as primeiras pedras da linguagem, irmãs gémeas geradas no ventre

da mesma mãe, a voz humana. Não a voz física, que viaja com o vento e nos faz vibrar os tímpanos, mas o que dela se reflecte dentro de nós, no pensamento, nas emoções, nos sentimentos. Tudo quanto, do íntimo, a voz comovida traz cá para fora leva sempre consigo um tanto de música e um tanto de poesia. (...) Para o exterior, só para o exterior, a voz desdobra-se em poesia e música. Por isso, não podem desligar-se dela todos os instrumentos» (1981).

E que tipo de voz poética soa na guitarra de Carlos Paredes? Em registo de entrevista, e perante a sugestão de que a sua música convoca uma «ressonância trágica», Carlos Paredes concorda, e aponta para uma intencionalidade transformadora da sua música: «Compreendo que encontre na minha maneira de tocar um tom trágico, mais violento do que sentimental. Talvez porque debaixo da aparente estagnação em que vivemos, sofremos profundamente... O português vive sob uma carga de improgresso (*sic*)... Mas se a pessoa sabe que a situação se pode modificar, então é natural que se exprima com uma certa violência» (1983).

A voz trágica «mais violenta do que sentimental» que podemos associar ao legado de Paredes foi também construída pelo gesto e intencionalidade do corpo performativo do músico na sua relação com a guitarra, participando pleno de intensidade como parte integrante da sua própria música (e que contrasta com os acompanhamentos sabiamente sóbrios de Fernando Alvim e, mais tarde, de Luísa Amaro). Carlos Paredes atribui a seu pai, Artur Paredes,

a aprendizagem desta relação tripartida e artisticamente profícua envolvendo intencionalidade sonora, corporal e instrumento vibrante: «O guitarrista tem de integrar a guitarra em si mesmo, tornando-a a sua voz... Foi com o meu pai que aprendi a tirar da guitarra sons mais violentos, como reacção ao pieguismo a que geralmente a guitarra portuguesa estava ligada». E ainda: «Todo o executante luta com o instrumento que toca, desde que queira pôr cá fora toda a sua personalidade (sua, do instrumento). É absolutamente necessário viver a personalidade do instrumento para executar com algum interesse. Também foi uma coisa que o meu pai me ensinou, que a guitarra tem a sua própria personalidade e que, dentro dela, é um instrumento vibrátil... Faço música instrumental, porque a minha música não pode ser entendida fora da guitarra. Faz parte integrante do instrumento em que é tocada e da pessoa que a toca» (1983).

Esta noção de música de Paredes como luta tripartida (entre som, corpo e instrumento) é poeticamente pensada por Eduardo Lourenço: «Quem ouviu alguma vez tocar Carlos Paredes, quem assistiu ao espectáculo, ao recital em forma de luta e pose entre a sua arte e o instrumento que entre os seus dedos adquire uma vida mágica, não esquece também a espécie de fusão, de confusão íntima entre o artista e a sua guitarra como se ele emanasse dela ou ela, sobrenaturalmente, se transformasse nele» (2003). Acrescenta ainda que a arte de Paredes é uma espécie de imersão de um corpo vivo a um labirinto,

que arranca as figuras mais imprevisíveis e onde as notas musicais falam de nada que possa ser dito, expressando uma inefável alma portuguesa.

Construída essencialmente ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, esta voz trágica e em luta, este labirinto sonoro, afectivo e identitário capaz de, ao mesmo tempo, exprimir beleza, robustez e despojamento, foi sendo progressivamente apropriada em representações de um imaginário português, cruzando, combinando e fundindo tanto de erudito como de popular, de voz Coimbrã, portuguesa e universal, de individual e colectivo. Atentemos, por exemplo, às palavras de José Saramago como ideário de um povo: «Não o pensava antes, quando escutava a guitarra de Carlos Paredes, mas hoje, recordando-a, compreendo que aquela música era feita de alvordas, canto de pássaros anunciando o sol. Ainda tivemos de esperar uma década antes que outra madrugada viesse abrir-se para a liberdade, mas o inesquecível tema de *Verdes Anos*, esse cantar de extática alegria que ao mesmo tempo se entretete em harpejos de uma surda e irreprimível melancolia, tornou-se para nós numa espécie de oração laica, um toque a reunir de esperanças e vontades» (2003).

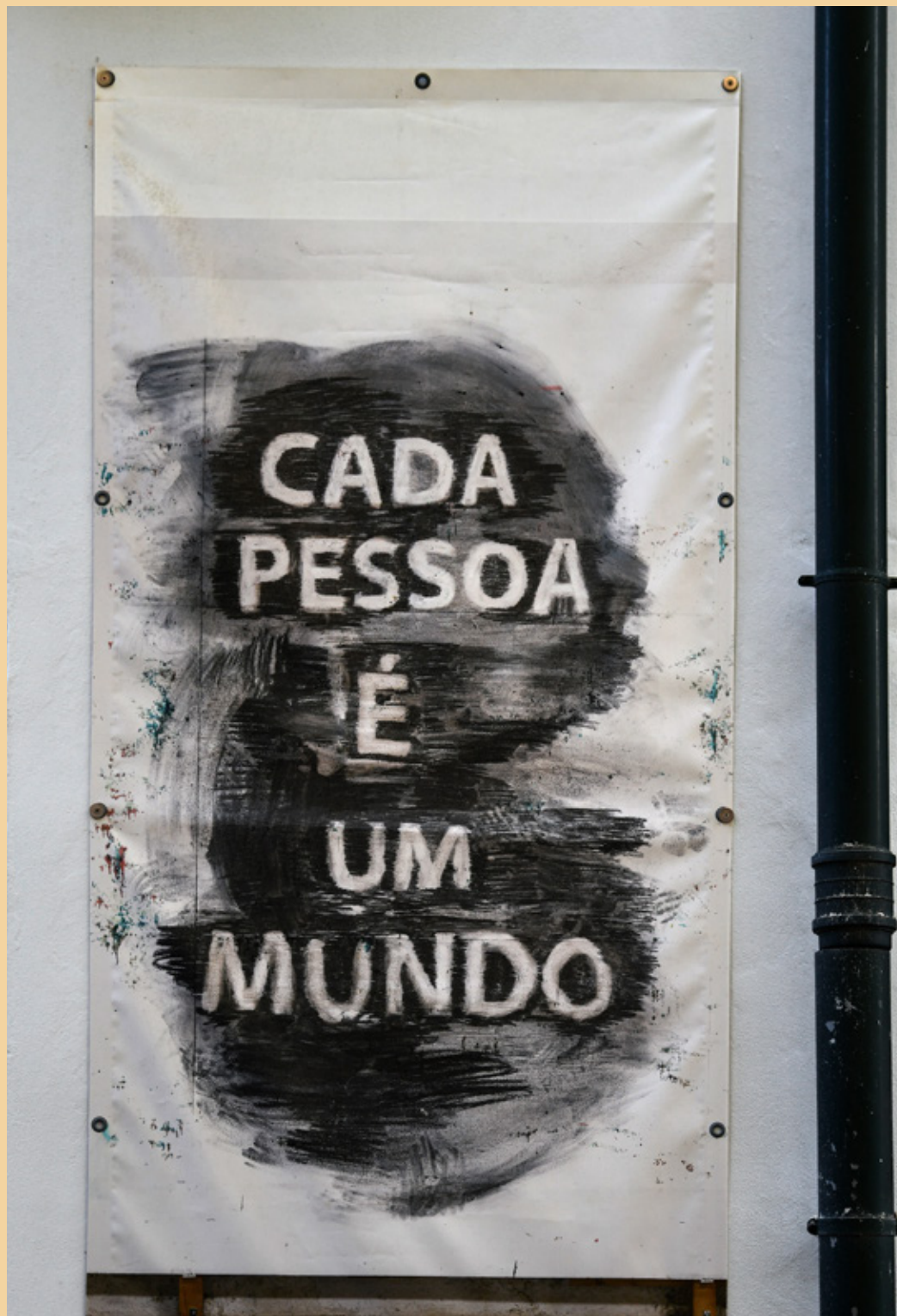
Evocar Carlos Paredes no seu centenário é também perspectivar o futuro do seu legado. As últimas décadas assistiram já à consagração progressiva da figura maior de Carlos Paredes na cultura portuguesa, com impacto tanto em iniciativas institucionais (publicações celebratórias, compilação integral da sua obra, exposições, nomes de ruas e auditórios, pré-

mios municipais), como artísticas (representações plásticas em murais públicos, arranjos musicais, adaptações a outros instrumentos e produções artísticas). A comemoração do seu centenário em 2025 está a ser palco de uma agenda intensa de espectáculos, exposições e debates a que a Universidade de Coimbra (UC) também se associa e participa. À entrada do seu segundo centenário, a voz de Carlos Paredes constitui-se como uma das obras poéticas da segunda metade do século XX mais originais e transformadoras do sentir e ser português. Para futuras gerações, a vida e pertinência cultural desta obra irá sendo aprofundada enquanto quisermos ou soubermos ouvir as tensões ou paradoxos a que a sua música nos convoca: no âmbito temporal, pela capacidade de invocar o legado da música popular e abrir-se a novas possibilidades imaginadas; no âmbito dos lugares, na capacidade de representar um legado local num registo discursivo alargado (global); e no âmbito existencial, na capacidade de acolher o sentir individual e projectar uma vibração colectiva.

Este texto foi escrito ao abrigo
do antigo Acordo Ortográfico,
por vontade do autor.

* Coordenador Científico do
Centro de Estudos Interdisciplinares,
Universidade de Coimbra (CEIS20) e
Presidente da Direção da Sociedade
Portuguesa de Investigação em Música

Frase de Eduardo Lourenço no podcast «A Beleza das Pequenas Coisas», 2016 | Intervenção artística: Paulo Brighenti



O Legado Pessoa

Legado
Pessoa
Pessoa

DIEGO GIMÉNEZ *



Já 90 anos, Fernando Pessoa escreveu o seu próprio epitáfio pouco antes de morrer, aos 47 anos, no Hospital de S. Luís dos Franceses (Bairro Alto, Lisboa), no dia 29 de novembro de 1935, com uma frase hoje amplamente conhecida e citada: *I know not what tomorrow will bring*. Pouco sabia o poeta, que faleceria no dia a seguir, que o futuro traria o reconhecimento nacional e internacional.

Os trabalhos de edição da sua obra começaram 7 anos após a sua morte, em 1942, a cargo de João Gaspar Simões e Luís de Montalvor. No final da década de 1960, começou o inventário do espólio. Paulatinamente, começou a ter-se consciência da espantosa dimensão do legado. A entrada da obra no domínio público, primeiro em 1985, 50 anos após a morte do autor, foi prorrogada para 70 anos, em consonância com as leis europeias. Apenas em 2005, a obra entrou definitivamente em domínio público, facto que multiplicou exponencialmente as edições pessoanas.

Um exemplo desse percurso editorial é o *Livro do Desassossego*. O poeta publicou apenas 12 fragmentos em vida, sendo o primeiro deles «Na Floresta do Alheamento», publicado na revista *A Águia*, em agosto de 1913, e o último «Na Perfeição Nítida do Dia», em *A Revista*, em 1932. Na famosa arca, encontraram-se aproximadamente 700 textos pertencentes ao *Livro*. Dos 12 textos publicados em vida aos 700, houve, e ainda há, uma grande margem para os especialistas se entreterem a tentar solucionar o *puzzle* que é a obra inacabada de Pessoa.

Jorge de Sena assumiu a responsabilidade de editar o *Livro* para a Ática em 1960, desde o seu exílio no Brasil. Acabaria por desistir do projeto em 1969.

Pedro Veiga, conhecido como Petrus, pouco antes do início do inventário por parte da Biblioteca Nacional de Portugal, em 1961, fez uma coletânea de fragmentos que editou como *Livro do Desassossego: páginas escolhidas* (Arte & Cultura, Porto). Em 1982, veio à luz a primeira edição na Ática, a cargo de Jacinto do Prado Coelho, Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. Entre 1990 e 1991, Teresa Sobral Cunha editou a sua própria versão para a editora Presença. Em 1998, foi a vez de Richard Zenith para a Assírio & Alvim. Em 2010, Jerónimo Pizarro fez a sua edição para a Imprensa Nacional Casa da Moeda. Finalmente, em 2017, foi apresentado o *Arquivo LdoD* (<https://ldod.uc.pt/>), um projeto da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (UC), alojado nos servidores da universidade, e da responsabilidade de Manuel Portela, hoje diretor da Biblioteca Geral da UC. O percurso editorial foi muito bem descrito por outro professor da UC, Osvaldo Manuel Silvestre, que disse, em «O Que Nos Ensinam os Novos Meios Sobre o *Livro* no *Livro do Desassossego*» (2014), que este podia resumir-se na fórmula Pessoa=Arca=Arquivo=Digital, ilustrando as fases de preservação e tratamento do legado, cuja última fase seria a digitalização.

O *Arquivo LdoD* é um arquivo único. Não existe outro arquivo que compare manuscritos originais com quatro edições e que ofereça aos leitores/utilizadores funcionalidades de edição e autoria. Anos depois da sua publicação, Manuel Portela falará de um simulador da práxis literária, mais do que de um arquivo com funções meramente representacionais. O arquivo, para o especialista, não representa apenas documentos existentes na arca histórica do *Livro do Desassossego*, mas tam-

bém modela e descreve o processo a partir do qual uma obra emerge. «Essa modelação, na hipótese que depois veio a concretizar-se no *Arquivo LdoD*, tomou a forma de uma simulação em que os utilizadores são chamados a experimentar atos de leitura, edição e escrita como ações orientadas pela imaginação de um livro em construção. Por outras palavras, o *Livro do Desassossego* tornou-se num espaço de experimentação literária em sentido amplo. (...) Geralmente, os arquivos digitais tendem a focar-se sobretudo na emulação e transcrição dos documentos. O *Arquivo LdoD* não é apenas uma experiência com o *Livro do Desassossego* ou com as práticas de leitura, edição e escrita, é também uma experimentação bastante aberta com o meio digital. Houve duas perguntas que se foram retroalimentando no decurso do projeto: o que é possível fazer com este *Livro*? O que é possível fazer com este meio?» (Portela, 2022). O arquivo digital, ou simulador, é um portento da engenharia informática cuja complexidade lhe tem valido elogios internacionais. A codificação dos textos pessoanos, feita com a norma XML-TEI, um *standard* de marcação textual amplamente usado em projetos arquivísticos de Humanidades Digitais, permitiu codificar não apenas o texto, mas também a estrutura da obra, entre outros elementos textuais de crítica genética.

Esse tipo de codificação, pioneiro num arquivo literário em Portugal, foi adotado depois por outros arquivos semelhantes. Com o passar do tempo, no contexto atual das tecnologias de processamento de linguagem natural (PLN), associadas à comumente chamada inteligência artificial (IA), a utilização de normas de marcação, como o XML-TEI, poderá desempenhar um papel importante ao garantir a representação e a preservação

dos documentos. A codificação de textos literários em português não só organiza e preserva a estrutura original das obras, como também facilita a sua integração noutros *softwares* e plataformas, incluindo as de PLN. Isto é, tanto supõe uma forma de garantir e preservar de forma controlada e sólida o legado literário de Fernando Pessoa *online*, quanto assegura a sustentabilidade perante possíveis mudanças tecnológicas, combatendo o desequilíbrio que o português enfrenta em contexto de representação tecnológica, predominantemente em inglês e chinês.

Para o especialista Richard Zenith (2022), numa das mais recentes biografias do poeta, Pessoa fez da experimentação literária uma forma de sublimar a vida em arte. Identidade, política, literatura e pensamento seriam objeto e resultado da experimentação literária. O futuro sobre o qual Pessoa não sabia está bem assegurado com projetos da envergadura do *Arquivo LdoD*, em que preservação e experimentação vão de mãos dadas na construção de conhecimento.

Portela, M. (2022, 10 de setembro). *O Arquivo LdoD não é apenas uma experiência com o Livro do Desassossego ou com as práticas de leitura, edição e escrita, é também uma experimentação base. Literatura & Pensamento*.

Silvestre, O. M. (2014). O Que Nos Ensinam os Novos Meios sobre o Livro no *Livro do Desassossego*. *Matlit: Materialidades Da Literatura*, 2(1), 79-98.

Zenith, R. (2022). *Pessoa. Uma Biografia*. Lisboa: Quetzal Editores.

* Investigador do Centro de Literatura Portuguesa, Universidade de Coimbra

ANIM

2020

Palavras dispersas
causando confusão
Pessoas falando sobre amor
Enquanto seus passos vão pra outra direção
Ninguém mais percebe se a mente está a ouvir o
e a garganta se torna o filho
seus pais numa grande discussão
diz: Olha que é melhor que se cale... O coração pede: Fale.
não vê... de um quarto escuro... cheio de palavras estagnadas
ao silêncio... Olhos vendados... As vezes as
da justiça... educação? Quem sabe? ...
... assim que a balança lhe indicar...
do coletivo... Mas eu lhe pergunto: tudo
per amor a nós? Uma mãe faz tudo
amor; Minha mãe... Mas eu lhe pergunto: tudo
risada... Mas eu lhe pergunto: tudo
uma brilha... Mas eu lhe pergunto: tudo
olhos brilhando... Mas eu lhe pergunto: tudo
coletivo... Mas eu lhe pergunto: tudo
Quanto... Mas eu lhe pergunto: tudo

Applausos da Vniuersidade

*Confertur Ioannes Rex Portugalliae Quartus, cum
Ioanne Baptista in cuius ortu (ait sacra Pagi-
na) mirabantur gentes, dicentes Quis
putas puer iste erit ? &c. Etenim
manus Domini erat cum illo.*

EPYGRAMMA III.

PR O duplici Ioanne duplex concordia surgit;
Infans alter erat, Rex Lisiæ alter erat.
Dum primùm ille oritur, gentes mirantur : &
orbis
Miratur, subitò dum Lysiam iste regit.
Omnibus vna manus Domini est : fauet vna duobus.
Factus vterque Dei est, Rexq; puerq; manu.
Illi Ioannes, Ioannes nomen & isti;
Ille Deo gratus, gratus & iste Deo.
Nuntius ille Dei, fecit Deus hunc quoque regem;
Ille manu Domini nascitur, iste regit.
Virginis ex vtero dextram Deus obtulit illi,
Ne foret absq; Dei nuntius ille manu.
Regis at officium Deus huic commissit, & ipsi
De cruce ne dubites, obtulit ille manum.
Quis nẽ putas erit ille puer ? Quis rex erit iste ?
Si Domini est eadem, par in vtroque manus ?

*Este Epigrama acima foi feito pelo Lic.^o IN
Antonio Rebelo, que por ele mericidamen-
te levou o primeiro Premio.*

Applausos da Universidade a El Rey N. S. D. João III

FERNANDO TAVEIRA DA FONSECA *

*De aguila excede el
buelo, Pluma mia
Para escribir de
un sol, que oy
sale al mundo*

(*Applausos*, fl. 104)

1. A notícia do que sucedera em Lisboa no dia 1 de dezembro de 1640 começou a correr na Universidade de Coimbra (UC) no dia 4, ainda «incerta, vaga, duvidosa», suscitando comentários diversos: «muitos o não crerão por dificultoso, outros lhe davão crédito por justificado, e todos o dezeitavam por verdadeiro»¹. Haveria em Coimbra quem estivesse bem informado, uma vez que, no próprio dia dos acontecimentos, um agente do Cabido em Lisboa, Jerónimo Pinheiro, endereçara aos cônegos uma carta em que os relatava com algum pormenor². As dúvidas cessaram, porém, logo no dia 5 de dezembro, desfeitas pela carta que os arcebispos governadores do Reino enviaram ao Reitor Manuel de Saldanha, noticiando que «sábado primeiro deste mês, a nobreza

¹ *Applausos*, fl. in.

² Almeida, p. CIII.

e povo desta cidade [Lisboa] apelidarão por Rei destes Reinos ao Duque de Bragança Dom João», e ordenando que «nessa Cidade fação o mesmo, apelidando ao Duque por Rey»³. O Reitor «chamou a Conselho os lentes, e Deputados, e Conselheiros, e para se fazer com maior solemnidade, a nobreza das Escolas e os Reitores dos Collegios», incitando todos a «encomendar a Deus negócio de tanta consideração» e a «atalhar que não ouvessem (*sic*) desordens».

Os estudantes manifestaram-se com exuberância, logo nesse dia, e, no seguinte, dirigiram-se em grupo à Câmara, exigindo que, sem demora, se procedesse à aclamação do novo rei. Depois, acompanharam um vereador, a cavalo, proclamando em conjunto: «Real, Real por Elrey Dom João o Quarto de Portugal». Entraram na igreja de Santa Cruz, onde o ofício de exéquias pelo aniversário da morte de D. Afonso Henriques se transformou em *Te Deum*, o mesmo acontecendo na Igreja de S. Jerónimo, onde a comunidade universitária, reunida para celebrar S. Nicolau, se juntou aos vivas e aclamações estudantis. Coloridas carreiras a pé e a cavalo, no terreiro das Escolas, luminárias noturnas, com simuladas batalhas e outros jogos que envolviam não só os membros da universidade (a que «se não quiseram eximir os Lentes velhos, Ecclesiásticos e frades») mas igualmente gente da «cidade e os povos circunvesinhos», preencheram os dias e noites seguintes, num júbilo unânime e partilhado.

Manuel de Saldanha reuniu o Claustro Pleno em 13 de dezembro, e enunciou o assunto principal: «Deus Nosso Senhor tinha restituído a este Reino Rei natural». Levantou-se, descobriu a cabeça «disse em voz alta por três vezes: Viva Elrey Nosso Senhor Dõ João o Quarto e repetirão todos o mesmo»⁴. Fez menção de renunciar ao cargo — por ter sido nele provido por Filipe III —, mas não lho permitiram os circunstantes. Elegeram-se os representantes da Universidade para o beija-mão ao novo monarca e determinaram-se as celebrações que se seguiriam: préstito de capelos em 1 de janeiro de 1641 — de Santa Cruz à capela da Universidade —, com vésperas e propina dobrada aos participantes; missa cantada, no dia seguinte, oficiada pelo Reitor;

solene oração em 3 de janeiro. Nesse mesmo dia, chegou carta do Rei, agradecendo as demonstrações de alegria com que tinha sido aclamado em Coimbra e confirmando Manuel de Saldanha no cargo. Fogos de artifício fecharam essa jornada que continuou, na noite seguinte com «huma mascarada de trinta e duas parelhas, todas de Lentes, Doutores e Estudantes [...] lustrosamente vestidos». Uma soleníssima procissão em honra de Nossa Senhora e o tradicional préstito dos Reis (EM 5 e 6 de janeiro) concluíram este ciclo festivo.

Entretanto «decretarão-se premios [...] a quem melhor louvasse a Sua Magestade em Poemas, e Epigrammas latinos, Canções, Sonetos e todo o género de versos nas três línguas, Portuguesa, Hespanhola, e Italiana». A adesão a este certame parece ter sido entusiástica e, em 8 de fevereiro, foram atribuídos os prémios em sessão solene na qual perorou o lente de Instituta, Jerónimo da Silva de Azevedo, «na sala grande dos autos que estava armada de pannos de rás e rodeada de Epigrammas e poesias».⁵

Tudo isto se passava enquanto a nova dinastia era formalmente inaugurada: D. João chegou discretamente a Lisboa no dia 3 de dezembro; no dia 15, teve lugar o «levantamento e juramento de Sua Majestade na coroa destes reinos e senhorios, por os Grandes, Títulos, Seculares e Eclesiásticos e pessoas da nobreza que se acharam presentes»⁶; o reconhecimento dos três estados — simultaneamente com o «juramento, preito e menagem» ao príncipe D. Teodósio, como sucessor — veio a formalizar-se no primeiro dia da reunião de Cortes, em 28 de janeiro.⁷

2. A produção poética resultante do certame e exibida na sala grande dos atos foi compilada e depois impressa, no decurso do ano de 1641, por Diogo Gomes Loureiro, a expensas da Universidade e por ordem de Manuel de Saldanha. O volume resultante não tem propriamente um título. Na portada, uma gravura representando o monarca ladeado por D. Dinis e por D. João III exhibe uma dedicatória: *Invictissimo Regi Lusitaniae Joanni IV Academia Conimbricensis libellum dicat in felicissima sua acclamatione*. A outra designação pelo qual é conhe-

cido e catalogado — *Aplausos da Universidade a Elrey N. S. D. Ioão IIII* — aparece no cabeçalho dos fólhos, os inumerados e depois quase todos os 125 restantes. Trata-se de um conjunto variado e heterogéneo, utilizando as quatro línguas permitidas (algumas vezes numa mesma composição), contendo formas e metros muito diferentes — poderíamos salientar os epigramas, as canções, os poemas épicos, os sonetos, alguns acrósticos — e quase sempre sob anonimato, de alguma maneira vincando o carácter institucional da autoria (afinal, é a *Academia Conimbricensis* que dedica este pequeno livro — *libellum* — ao rei). A interpretação de material tão variado poderia ser feita a partir de diversos ângulos — as ressonâncias da literatura clássica que nela se encontram poderia ser um deles⁸ — e, como tal, está totalmente fora do âmbito de uma pequena nota como esta.

Há, no entanto, um pormenor com algum interesse. No fl. 51 v. de um exemplar existente na Biblioteca Geral da UC, uma anotação manuscrita refere: «Este epigrama acima foi feito pelo Lic.^{do} Antonio Rebelo, que por ele mericidamente levou o primeiro Premio». O epigrama latino compara D. João IV com João Batista «em cujo nascimento se admiraram todos dizendo: quem virá a ser este menino? Porque a mão de Deus estava com ele».⁹ No desenvolvimento deste mote (cuja tradução parcial oferecemos a seguir), a referência à mão de Deus repete-se quase obsessivamente:

Uma dupla concordância se manifesta entre João e João
Um era menino, o outro é rei de Portugal
[...]
Deus fez daquele o seu precursor, a este fê-lo rei
Pela mão de Deus aquele nasce e este governa.
Do seio da Virgem estendeu Deus a mão para o menino
Para que não fosse precursor sem o poder de Deus
A este confiou Deus o ofício de rei e confirmou-o
Estendendo-lhe a mão desde a cruz.
Quem virá a ser este menino? Quem virá a ser este rei?
Já que a mão do Senhor está igualmente
com um e com o outro.

Subjacente a este epigrama está um episódio ocorrido no dia 1 de dezembro de 1640: executado o plano de «tirar um rei e pôr outro» (como terá dito João Pinto Ribeiro), defenestrado depois de fatalmente ferido, Miguel de Vasconcelos, dirigiram-se os protagonistas à Sé de Lisboa, onde se encerrara com a clerezia, aguardando o desfecho dos acontecimentos, o arcebispo D. Rodrigo da Cunha. Dali todos se encaminharam processionalmente para o Paço. Durante o percurso, junto à igreja de S. António, «huma imagem de prata de Christo crucificado (...) despregara o braço direito», o que deu azo a que o povo «prostrado em terra» interpretasse este facto como milagre e sinal de que «Deos approvava a gloriosa deliberação dos confederados»¹⁰.

A interpretação providencialista da Restauração de 1640 teve notória fortuna. Na coletânea que vimos referindo é recorrente — pode mesmo ser uma das suas chaves de leitura — e está presente noutros textos. Na *Restauração de Portugal Prodigiosa*¹¹, refere-se que um dos indefetíveis de D. João IV, o Marquês de Ferreira, asseverara que dois anos antes da aclamação, uma pessoa, em Évora, lhe dizia que «via a Christo Senhor Nosso, lançar o seu braço direito sobre este Reyno de Portugal». O Duque de Bragança seria, deste modo, o ponto fulcral onde convergiam o cumprimento da promessa feita a Afonso Henriques em Ourique e a esperança de um Quinto Império de paz universal.

Bibliografia:

Applausos da Vniversidade a El Rey N. S. D. Ioão IIII (Invictissimo Regi Lusitaniae Joanni IV Academia Conimbricensis libellum dicat in felicissima sua acclamatione), Coimbra, [Iussu Emmanuelis de Saldanha]: Diogo Dias Loureiro, 1641.

Almeida, M. Lopes, *Notícias da Aclamação e de Outros Sucessos*. Coimbra, 1940.

Conselhos da Universidade, Arquivo da UC, 1640.

Silva, J. J.de Andrade e, *Colecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1640-1647*, Lisboa, 1856.

Simões, André, *Figuras Homéricas na Literatura da Restauração*, artigo em acesso aberto, 2023.

* Professor emérito da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

³ *Applausos*, fl. in.

⁴ *Conselhos*, fl. 73.

⁵ *Applausos*, fl. in. (para as expressões entre aspas).

⁶ Silva, *Collecção*, 15.01.1641.

⁷ *Ibidem*, 28.01.1641.

⁸ Vd. *Simões*.

⁹ *Applausos*, fl. 51 v.

¹⁰ Ericeira, tomo 1.º pp. 111-112.

¹¹ Almeida, p. 161.



Fotografias: Bibiana Garcez

SOBRE (OU SOB) O POETRY SLAM

MATTIA FAUSTINI *

Mesmo que toda a escrita poética seja escrita para ser lida, nem sempre parece ter sido escrita para ser falada. Nos eventos de *Poetry Slam* — que também em Portugal e em Coimbra têm vindo a acontecer pelo menos há uma década —, o caráter oral da escrita volta a surgir, junto ao corpo do texto e do/a seu/sua autor/a.

A prática conhecida como *Poetry Slam* (ou *Slam Poetry*, quando referido aos textos desse gênero de escrita enquanto tal) é uma das articulações recentemente assumidas pelas leituras de poesia no espaço público, misturando elementos de poesia, performance, teatro e *storytelling*, também com o intuito de democratizar o seu acesso. Em poucas palavras, enquanto o vasto universo da *spoken word* («poesia falada», ou escrita para ser «atuada») se articula sobretudo na relação musical

entre palavra e ritmo, a especificidade do *Poetry Slam* assenta num maior envolvimento de dinâmicas performáticas: a relação poética continua a ser entre palavra e ritmo, mas a dimensão musical é, neste caso, mais corpórea e coparticipada — isto é, composta pelo respiro coletivo da poesia em jogo e da sua receção por parte do público.

Surgido no seu formato na década de 1980, nos Estados Unidos, o *Poetry Slam* visa, desde então, a convocação simultânea de autores e audiências, seja onde for, incentivando uma participação diversificada pela plateia perante os textos e os corpos que os pronunciam, na arena discursiva que constitui a própria substância da cidadania.

O histórico impulsionador dessas iniciativas, Marc Smith, considerava que três papéis deveriam ser desempenhados em simul-

tâneo para isso: o do Mestre de Cerimónias (MC), apresentando os/as poetas candidatos/as e conduzindo o evento; o dos próprios poetas intérpretes, no espírito da competição (*slammers*); e, por fim, o do público e do júri popular (composto por pessoas sorteadas da plateia). Além disso, embora a competição possa ganhar feições particulares conforme o espaço e o contexto social em que se realiza, há pelo menos três regras que são geralmente respeitadas num *Poetry Slam*: um limite de três minutos (passados os quais o/a poeta pode incorrer em penalidades na pontuação que lhe será atribuída); a necessidade de os textos apresentados serem autorais; e, por último, a proibição de elementos cénicos ou outros objetos para o efeito da performance. No curso do evento, várias rondas de leitura são efetuadas de forma

a estabelecer quem, entre os correntes, terá a possibilidade de apresentar mais textos e, eventualmente, ganhar a competição. Ainda há a eliminação, pois, do valor menor e daquele maior entre as pontuações atribuídas pelos jurados após cada leitura.

Tais características mantiveram-se na progressiva difusão internacional da prática do *Poetry Slam*, que ocorreu de 1990 até aos dias de hoje. Difusão que construiu na proliferação de numerosos coletivos locais, bem como na interligação em rede entre eles, internacional (como o campeonato mundial de *Poetry Slam*, cuja organização está baseada em Paris) ou nacional (como é o caso, em Portugal, da «Plataforma SLAM», surgida em Lisboa em 2014).

A Secção de Escrita e Leitura da Associação Académica de Coimbra (SESLA/AAC) encontra-se em funcionamento desde finais de 1997, sediada no prédio da AAC e pelas ruas da cidade de Coimbra, mantendo, desde então, relações com diversos coletivos e organizações, em Portugal e no estrangeiro. Nestes 27 anos de existência (durante os quais realizámos, entre saraus e tertúlias, apresentações de livros, oficinas de escrita e ocupações literárias pela cidade — um número impreciso de eventos na ordem da centena), pela sala das nossas reuniões passaram textos e publicações de nossa autoria, mas sobretudo provas de leitura e de escuta recíprocas. Tais como aquelas que também teriam facilitado, mais recentemente, o surgimento do coletivo *Slam* das Minas (2020) e das suas oficinas e iniciativas. Ou também como aquelas que permitiram trazer para Coimbra poetas e profes-

sores/as de calibre como Fernando Aguiar, Adriana Calcanhotto, Graça Capinha, Nuno Moura, Raquel Palmira e muitos mais.

A adesão da SESLA à plataforma Portugal SLAM ocorreu em 2016. Assim, competições anuais têm vindo, desde então, a acontecer na cidade — embora os primeiros *Slams* em Coimbra remontem a 2011, organizados pelo coletivo *aranhiças e elefantes*.

Também no intuito de descentralizar a competição nacional, poucos anos depois de a SESLA ter assumido um papel mais ativo na plataforma, a competição nacional de *Poetry Slam* chegou a ser realizada em Coimbra, em 2021. Data que marca também a vitória de Carol Braga, membro do *Slam* das Minas e primeira mulher a ganhar o *Poetry Slam* em Portugal. Antes dela, outro membro da SESLA tinha conquistado o título nacional em 2019, Lucerna do Moco.

Se toda a escrita poética permite, de alguma forma, «dizer algo» que, de outra forma, seria indizível, isso é ainda mais verdade no caso da poesia *Slam*. Nestes eventos, «passar uma mensagem» está literalmente ao alcance de qualquer um. Mas não só: também é possível ficar em silêncio e encarar o público, gaguejar, sussurrar, tremer ou gritar. Uma exceção — esta última e extrema modulação vocal — que pode tornar-se a regra.

Sempre houve, desde que nasceu, certa aversão a esse formato de leituras, se não diretamente aos textos apresentados. Há todo um conjunto de músicos, poetas, críticos e curiosos que podem torcer o nariz a algumas dessas *performances*. O elemento da competição entre

slammers destaca-se, não raras vezes, como o alvo das dúvidas dos detratores, sejam eles mais ou menos aguerridos. E, talvez, mais ainda do que isso: as reações e os padrões sociais que esse formato de leituras pode desencadear no público. Penso, por exemplo, no uso abusivo da palavra-chave «credo» — gritada por vezes excessivamente pela plateia com o intuito de pressionar os/as jurados/as (em minoria), quando a pontuação atribuída for simplesmente menor do que 9 valores em 10.

Quem está agora a refletir sobre este ponto não é, de resto, uma das pessoas que melhor poderia prestar uma defesa adequada ao *Poetry Slam*. No entanto, o *Poetry Slam* representa, como todas as invenções mais recentes da poesia em relação ao (seu) público, algo vulnerável.

Parte das acusações ao *Slam* têm objetivamente que ver com as fraquezas do humano que dá a ver: a natureza humana, demasiado humana, da poesia. Ou melhor, de querer reinventá-la. Coisa essa que a poesia e os poetas parecem ter cessado de exigir de si há já algum tempo.

É ainda verdade, de resto, que, muitas vezes, tais ataques limitam-se a uma postura defensiva e superficial à frente do que está em jogo nestes eventos. Revelam assim, esses detratores, também as suas fraquezas, ao mesmo tempo que as escondem.

Fica muito mais fácil observar essa obviedade do que participar e intervir sobre (ou sob) ela.

* Membro da Secção de Escrita e Leitura, Associação Académica de Coimbra



Bibiana Garcez





COIMBRA: EM CADA ESQUINA, UM POETA

RUTE SILVA AKA INTERMEDIÁRIA *

Há qualquer coisa de profundamente coimbrão no que aconteceu nas noites de quinta-feira, no viaduto da Ponte Rainha Santa. Ali, onde o betão devia ecoar apenas os roncoss do trânsito e o zunido dos pneus, nasceram versos — fortes, crus, ligeiros ou provocadores — trazidos à vida na Roda ao Centro. É improvável e, ao mesmo tempo, tão natural. Uma extensão de algo que sempre esteve cá. Afinal, Coimbra sempre foi terra de poetas; mudou apenas o timbre da lira e a métrica da pena.

**Alma poética em
Rima e Ritmo**

Desde as primeiras trovas medievais que Coimbra nutre o dom da palavra. Pela Rua da Sofia, já ecoaram poemas que cortavam tão fundo quanto as guitarras de fado, e a Universidade de Coimbra

(UC) foi cúmplice dessa tradição literária: uma incubadora de trovadores com causas a defender. Com Amália Rodrigues e José Afonso elevando o espírito literário da cidade, parecia difícil imaginar que algo pudesse rivalizar o impacto do fado nas vidas locais.

Mas a cidade também respira outras cadências. Assim como os poetas coimbrãos rimaram amores e dissidências em versos calculados e esculpidos, hoje, os praticantes do *hip-hop* encontram na rima improvisada o novo fado da urgência. Chamam-lhe *freestyle*.

À primeira vista, pode parecer estranho comparar uma desgarrada de rimas — muitas vezes barulhenta, crua, com vocabulário explosivo — à melancolia clássica dos fados de Coimbra. No entanto, o princípio é o mesmo: a busca do ritmo certo, o desafio da criativi-

dade imediata, a missão de convencer quem escuta. Mais ainda, tal como os poetas do passado usavam o palco da serenata para ganhar aplausos (ou talvez o coração de alguém), os improvisadores enfrentam hoje o olhar atento de câmaras de telemóvel e os juízos implacáveis do público. A batalha continua: palavra contra palavra.

As paredes têm ouvidos

E não é só na palavra dita que a nova geração de poetas prospera. Olhem para os muros de Coimbra. Onde outrora Luís de Camões talvez deixasse versos declamados numa roda de amigos, as gerações urbanas escreveram nos muros — nem sempre com pinceladas de arte elevada, mas em gritos de inconformismo. «Eu estou aqui e tenho algo a dizer» é o que murmura o *graffito* rabiscado, à pressa, em qualquer parede.

AS PAREDES
TÊM OUVIDOS

SURGE
NEGÁ
CORRE

E POR QUE
É O GRAFFITI
MENOS POESIA
DO QUE
AS QUADRAS
QUE UM DIA
ORNAMENTARAM
AS CAPAS PRETAS
DOS ESTUDANTES?

A ironia não foge: os conservadores da cidade caminham lado a lado com esta poesia das esquinas, sem a ler ou entender como forma artística, mas esta é, muitas vezes, a forma de Coimbra falar consigo mesma.

E por que é o *graffiti* menos poesia do que as quadras que um dia ornamentaram as capas pretas dos estudantes? Onde está escrito que a arte precisa do refinamento para contar uma história? Há nas paredes aquilo que há nos microfones das batalhas da zona centro: urgência. Vidas que se cruzam. Amores gritados sem preâmbulos, desilusões cuspidas em fone-mas carregados de raiva, de paixão ou de incerteza.

A RODA
A Roda ao Centro
AO CENTRO

Foi neste espaço de intersecção que surgiu a Roda ao Centro. Sob o betão, improvisadores de diversas idades, bairros e experiências culturais enfrentaram-se em duelos rítmicos. Mas o duelo foi apenas um pretexto. O importante é a roda: aquele símbolo arcaico de comunidade, intimidade e cumplicidade. O público rodeia os *performers* em círculo, unidos pelo desafio de ouvir ou reagir. A roda não se esgota na performance: ela persiste, encarna diálogos informais, nas saídas depois dos eventos, ou nos círculos mais amplos que reúnem outras formas de expressão artística como *graffiti*, *beatbox* e a dança.

Os poetas do século XXI têm rostos diferentes, alguns vêm da UC, outros não — mas têm algo essencialmente coimbrão: sabem falar de si para todos. Trouxeram pessoas de Portugal inteiro até à cidade, para participar ou observar este espetáculo que transformou o *skate park* num anfiteatro moderno.

Mais fascinante ainda foi a evolução: aquilo que nasceu como um espaço de experimentação em Coimbra não ficou estagnado. Viveu, morreu, e resuscitou através das rodas que brotaram à sua volta. Hoje, esse modelo replica-se noutras cidades e espalha o vírus positivo do *hip-hop* como elemento cultural — transformando o que podia parecer apenas rebeldia num grito coordenado de partilha artística.

O DESAFIO
DO IMPROVISO

O desafio do improviso

Se pensarmos bem, o improviso não está tão longe da tal tradição literária coimbrã que muitos romantizam como alicerce cultural da cidade. Aliás, quem já assistiu a uma desgarrada, talvez num ambiente rural, verá as semelhanças com uma batalha de rimas. O desafio verbal de um combate — atacar, defender, criar argumentos em cima do momento — obedece à lógica da competitividade poética que sempre residiu no coração da cultura oral. Troque-se o cavaquinho pelo *beatbox*, troque-se a plateia de adegas por uma audiência que rodeia o espetáculo na rua.

Improvisar é poesia. É refletir a tensão do momento num turbilhão de palavras certeiras. Não há lapidação possível, nem meses de ponderação — mas há ritmo. Há harmonia entre som e intenção. E há, acima de tudo, o pulsar de algo vivo: a palavra, liberta e inquieta, em total sintonia com a atmosfera do instante.

Coimbra tem mais encanto
quando é absorvida

Nas cidades como Coimbra, nem sempre ligamos ao que merece atenção: ignoramos os versos nas esquinas, as declarações pintadas nos muros, e — de forma menos desculpável — as rodas como esta, onde se reinventa o velho espírito poético. Preferimos olhar para os dias dourados do passado, quando a melodia era fadista e os versos transbordavam de melancolia.

Mas os poetas de Coimbra nunca desapareceram. Trocaram o traje pela camisola larga, os livros de versos por microfones. Há, porventura, algo de desafiante e desconcertante nesse novo formato, mas quem o ignorar estará a perder a pulsação de uma cidade que continua a ser uma incubadora de poesia. Se Coimbra tem versos escritos nas pedras, tem também no eco das vozes que elevam cada esquina.

Então, aos que veem as novas formas de arte com ceticismo: ouçam as batalhas e digam que não sentiram o mesmo arrepio das primeiras serenatas. Que não perceberam, afinal, como a poesia nunca morreu. Apenas mudou a métrica.

* Roda ao Centro

Henrique Patrício



**ONDE ESTÁ
ESCRITO QUE A
ARTE PRECISA
DO REFINAMENTO
PARA CONTAR
UMA HISTÓRIA?**

UM
DIA SOMOS NÓS
NUMA FILA POR
UM PEDAÇO DE
PÃO



OFICINA DOS
SABERES

RL#59
**Ciência
Refletida**

103



PROJETO EUROPEU

CONVIVIUM:

PATRIMÓNIO ALIMENTAR,

UM NOVO ATIVO DO PROGRAMA

NEW EUROPEAN BAUHAUS

CARMEN SOARES *

O projeto *CONVIVIUM* — *New European Bauhaus Solutions in Food, Living Heritage, and Conviviality* representa o primeiro financiamento competitivo conseguido pela Universidade de Coimbra (UC) em concurso europeu especialmente aberto para promover o programa *New European Bauhaus* (lançado em 2021). Os investigadores dispõem de 36 meses (novembro de 2024 a outubro de 2027) para cumprir os dois maiores desígnios do projeto: conferir dimensão cultural ao Pacto Ecológico Europeu, através do aproveitamento do poder material, semiótico e simbólico dos alimentos; desenvolver ações de preservação do património alimentar, promotoras dos valores-âncora do programa *New European Bauhaus*: beleza, sustentabilidade e inclusão.

O consórcio interdisciplinar e intersectorial *CONVIVIUM*, composto por 20 parceiros públicos e privados de 7 países europeus (Portugal, França, Noruega,

Países Baixos, Polónia, Espanha e Bélgica), apresenta um perfil altamente complementar do ponto de vista das suas *expertises*. Cobre os domínios das humanidades e ciências sociais, da arquitetura e do design, das artes e das indústrias criativas, do turismo e das tecnologias digitais.

Reconhecendo que a crise ecológica é uma crise cultural, ou seja, uma crise do relacionamento das pessoas com a vida que as rodeia, o *CONVIVIUM* visa criar laços de reciprocidade, respeito e cuidado entre os indivíduos e o ambiente. Nesse sentido, propõe-se desenvolver um conjunto de soluções que valorizam a dimensão estética, sustentável e inclusiva dos alimentos como meios de promover novos modos de ligação ecológica com o planeta. Mais: revê o sentido do conceito «convivialidade», entendido como «convivência reforçada», uma vez que resulta de uma cultura de cooperação, reciprocidade, interdependência.

dência e regeneração, alargando o sentido convencional de «comunidade» além do humano. Ou seja, entende o património cultural como um «todo» formado por seres ou elementos inter-relacionados e heterogéneos. Por isso o lema do projeto inspira-se e amplifica o sentido original do termo latino *CONVIVIUM*, significando saber *viver com* todos os «outros» (animados e inanimados, humanos, não-humanos e mais-que-humanos).

O projeto desenvolve práticas investigativas de Ciência Cidadã, apostadas em posicionar os cidadãos como *stakeholders* («partes interessadas») do património alimentar, promovendo a ligação das pessoas aos seus ecossistemas locais.

São 11 as soluções a desenvolver pelo projeto, distribuídas pelas seguintes tipologias:

(i) Protótipos baseados na arquitetura e no design, destinados a apoiar os agricultores e as cooperativas agrícolas a trabalhar em simbiose com o ambiente, com a tradição e com os avanços tecnológicos mais recentes: Requalificação das Paisagens (Viti)Culturais; Horta Aberta; Cozinha Aberta;

(ii) Eventos e intervenções culturais que juntam a alimentação, as artes e as humanidades, para mudar positivamente as mentalidades de produtores e consumidores de bens alimentares: Revitalização da Agricultura Rotativa; A Mesa Convivial; Exposição Paisagens Alimentares Conviviais;

(iii) Modelos organizacionais que promovem, nas populações locais, visões interculturais, geracionais e interseccionais através da alimentação: Diálogos sobre Património Alimentar; Mesas de Sobras;

(iv) Ferramentas digitais para reforçar a presença do património alimentar em instituições, como museus, e locais históricos: Reconfiguração de Património Construído Unesco através do Património Alimentar; Património Alimentar Familiar: Onde o Futuro Começa; Percursos do Património Alimentar em Realidade Aumentada.

As soluções serão testadas em diferentes localidades: Coimbra (PT), Ilhas Lofoten (NO), País Basco (FR e ES), Flandres (BE e NL), Roterdão (NL) e Gdańsk (PL). Em Coimbra, refeitórios de edifícios hoje qualificados como Património Mundial pela Unesco, irão recuperar usos alimentares de séculos passados. Novas ferramentas digitais permitirão valorizar o circuito turístico atual. Está prevista a criação de percursos multimédia para os Colégios de São Jerónimo, de Jesus e das Artes, a par do Mosteiro de Santa Cruz, que permitirão revelar aspetos da arquitetura desses espaços de refeição e das interações sociais que aí tiveram lugar. O bem Unesco Universidade de Coimbra, Alta e Sofia passará a distinguir-se dos seus congéneres pela inovação de proporcionar aos visitantes a experiência criativa de recuperarem o convívio original que nesses espaços houve entre o património alimentar e o património edificado.

A equipa da Universidade de Coimbra (UC) terá ainda a seu cargo o desenvolvimento de uma base de dados para que os cidadãos possam autonomamente salvaguardar *online*, partilhar e comunicar o seu próprio património alimentar familiar.

Em comunidades do município de Coimbra será testada a solução «Mesas de Sobras», criada pelos parceiros noruegueses, para combater o desperdício alimentar e o isolamento social, estimulando os participantes a criarem um Caderno de Receitas de Sobras com excedentes alimentares provenientes dos mercados e dos agregados familiares.

Coimbra participa igualmente na testagem de protótipos para (1) revitalizar o património e tradições do cultivo das vinhas, das adegas e da agricultura rotativa, (2) reimaginar as hortas comunitárias como lugares de cuidado e regeneração ecológica e (3) conceber as cozinhas comunitárias urbanas como espaços social e culturalmente diversos e inclusivos, capazes de responder à insegurança alimentar crescente.

* Investigadora e coordenadora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Universidade de Coimbra



EQUIPA DE INVESTIGADORES DA UC:

Carmen Soares (Investigadora Responsável),
Delfim Leão, Paula Barata Dias,
Nelson Ferreira, Martinho Soares,
Josefina Salvado, João Pedro Gomes, Maria
José Araújo (Centro de Estudos Clássicos e
Humanísticos); Claudete Oliveira Moreira (Centro
de Estudos de Geografia e Ordenamento do
Território); Rui Lobo (Centro de Estudos Sociais).

CONSÓRCIO:

INSTITUIÇÃO COORDENADORA

Universidade de Coimbra (PT)

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS BENEFICIÁRIAS

Universidades e Centros de Investigação
Centre de Recherche de l'Institut Lyfe (FR)
OSLOMET – Storbyuniversitetet (NO)
Universiteit Utrecht (NL)
Uniwersytet Gdańsk (PL)
Université Paris I Panthéon-Sorbonne (FR)
Nord Universitet (NO)
Institut Européen d'Histoire et des
Cultures de l'Alimentation (FR)

MUSEUS

Museum Nord (NO)
Nieuwe Instituut-Museum for Architecture,
Design and Digital Culture (NL)
Indústrias Culturais e Criativas
Atelier Sérgio Rebelo (PT)
Circular Ways AS (NO)
INLAND-Asociación Campo Adentro (ES)
SLAESH (NO)
WEPLAN (ES)

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS ASSOCIADAS

Lofotrædet (NO)
Destination Lofoten AS (NO)
Câmara Municipal de Coimbra (PT)
CoimbraMaisFuturo (CMF) Associação de
Desenvolvimento Local de Coimbra (PT)
Centrum voor Agrarische
Geschiedenis VZW (BE)



BIOBASED2UC,

UM PROJETO PARA
A UNIVERSIDADE
DE COIMBRA:
POÍESIS E PRÁXIS
LADO A LADO

JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA GAMELAS *



tema desta edição da revista *Rua Larga* é a poesia.

Do grego *poíesis*, significa o ato de fazer algo existir ou trazê-lo à forma ou à realidade, ou seja, no sentido lato, o ato de criação. Juntamente com a *teoria* e a *práxis*, as três, segundo Aristóteles, definiam a atividade humana na geração de conhecimento. No entanto, enquanto a *teoria* seria mais ligada à busca de um conhecimento metafísico (filosofia primeira) ou científico (filosofia da natureza) e a *práxis* mais orientada para a ação (prática), a *poíesis* seria mais intimamente ligada com a imaginação e a expressão de sentimentos através das palavras, com a consequente sublimação da alma humana, conforme tratado na *Poética* de Aristóteles. A poesia da Grécia antiga era transmitida principalmente pela sua recitação em ocasiões sociais, ou seja, de uma forma predominantemente oral, conforme terá sido o caso dos poemas épicos Odisseia e Ilíada. Permitia-se desta maneira uma aproximação do homem aos deuses da mitologia grega através da imaginação e do conhecimento. Enquanto criação de conhecimento, a *poíesis* manifesta-se também noutras formas de expressão artística como a pintura, a escultura, a música, o teatro e na própria ciência e tecnologia. Das palavras cantadas ao objeto literário escrito, da antiguidade à modernidade, mudanças ocorreram, nomeadamente no modo de verificação e nas temáticas abordadas pelo poeta conforme as épocas e os ambientes sociais circundantes. A poesia libertou-se da condição de poema épico e mais de tradição oral para enveredar em novos estilos que aos poucos foram marcando e sedimentando a sua presença. O romantismo, o simbolismo, o neorrealismo, o surrealismo e o modernismo foram estéticas e ideais que vieram depois para ficar. Portugal, e Coimbra ao centro, tiveram os mais destacados vultos embebidos numa atmosfera poética vibrante, em atos de criati-

vidade que tão bem faziam jus à etimologia da palavra poesia. Não podemos deixar de mencionar nesta «lista poética» coimbrã, nomes que na cidade viveram ou orbitaram como Almeida Garret, Antero De Quental, Eugénio de Castro, António Nobre, José Régio, Miguel Torga, Fernando Namora, Joaquim Namorado...

A Universidade de Coimbra (UC) insere-se também numa poética de saber, onde a palavra *poíesis* está inscrita nos declives e nas asas do seu edificado, desde os primórdios da sua construção. A Biblioteca Geral da UC e a antiga biblioteca contida, a Biblioteca Joanina, aparecem aqui como preciosos baús que guardam tesouros de valor incalculável, conservando esta última um espólio de mais de 60 mil livros datados do século XVI ao século XVIII. Um projeto que possa ter como objetivo a conservação e/ou o restauro das peças nela contidas reveste-se de importância e deve ser realçado.

É neste contexto que venho aqui falar do projeto Europeu BIOBASED2UC, recentemente aprovado para financiamento pela Comissão Europeia na tipologia de projetos *ERA Chair* e que deverá começar oficialmente em março de 2025. O projeto de cinco anos *Exploring novel bio-based materials and their applications in conservation and restoration with a new interdisciplinary team* tem dois vetores principais: um de desenvolver materiais biobaseados por intermédio de abordagens sustentáveis (vetor 1); outro de aplicar os materiais biobaseados na área da conservação e restauro de objetos celulósicos históricos (vetor 2). No vetor 1, há um enfoque no desenvolvimento de nanoceluloses; no vetor 2, na conservação e restauro de documentos em papel. Para tal, será recrutada uma equipa de investigadores de nível internacional e um *ERA Chair Holder* que, juntamente com o investigador responsável na

UC, vão executar o projeto em curso. Este terá como *ERA Chair Holder* o prestigiado professor Naceur Belgacem da Universidade de Grenoble (França) e como investigador líder da UC, José Gamelas, do Departamento de Engenharia Química da UC e Centro de Investigação em Engenharia dos Processos Químicos e dos Produtos da Floresta (CERES). O projeto, entre outros objetivos, pretende preencher uma lacuna atualmente existente no que diz respeito à necessidade de materiais biobaseados mais eficientes dos que são atualmente empregues em metodologias de conservação e restauro de objetos históricos. O projeto BIOBASED2UC pretende também melhorar a capacidade de investigação e visibilidade da UC em fazer a ponte entre áreas de conhecimento distintas de modo interdisciplinar, dentro do espaço de investigação Europeu (ERA).

Em específico, são propostos os seguintes objetivos principais para o BIOBASED2UC: **1)** construir uma equipa de investigação totalmente integrada na UC com experiência no desenvolvimento de materiais biobaseados por abordagens sustentáveis e na aplicação desses materiais na conservação e restauro de objetos celulósicos históricos; **2)** potenciar a qualidade e o impacto da investigação científica desenvolvida no CERES/UC pela obtenção de financiamento em concursos internacionais altamente competitivos e pela publicação de trabalhos científicos em revistas de referência; **3)** construir um consórcio nacional para a conservação e restauro de documentos históricos em papel, envolvendo diferentes laboratórios portugueses na área e a equipa de investigação da UC; **4)** contribuir para a economia e sociedade com a criação de novos empregos no período de duração do projeto e após o termo deste; **5)** contribuir para a preservação de objetos

científicos, artísticos e culturais em museus, arquivos e, particularmente, em bibliotecas.

Para atingir os objetivos pretendidos, serão adotadas medidas de coordenação e metodologias apropriadas. Estas incluem uma seleção criteriosa dos elementos da equipa a contratar, coordenada pelo *ERA Chair Holder* e assistida por um júri internacional de especialistas reconhecidos mundialmente na sua área de trabalho. A interdisciplinaridade combinando diferentes áreas do conhecimento de uma forma complementar e sinérgica, sendo esta ao mesmo tempo uma abordagem metodológica para atingir os objetivos desejados e um propósito do projeto. Pretende-se também integrar o conhecimento adquirido na ação *ERA Chair* do ensino superior, designadamente na criação de uma nova disciplina opcional para os estudantes do mestrado em Engenharia Química da UC, com um programa também interdisciplinar. Outras medidas que serão adotadas passam pela partilha contínua de conhecimento entre todos os membros da equipa, ações de treino, atividades de construção de espírito de equipa, reuniões periódicas, seminários, entre outras.

Em suma, a ação BIOBASED2UC poderá, futuramente, com a sua implementação, traçar novos caminhos em direção à introdução de novas soluções na conservação e restauro e assim fechar um ciclo *poíesis-práxis* entre o conhecimento humano existente nas bibliotecas e a construção prática de conhecimento para a preservação desse legado histórico.

* Departamento de Engenharia Química, Universidade de Coimbra e Centro de Investigação em Engenharia dos Processos Químicos e dos Produtos da Floresta



OFICINA DOS
SABERES
ÁGORA

GRAÇA CAPINHA *



Páginas anteriores; e página à esquerda: Jardim Botânico da UC, Henrique Patrício

A POESIA

porque a linguagem

não

expressa

não

comunica

não

diz

A ESCRITA

*da poesia como aversão
à conformidade*

A ESCRITA

a tentar

a suprir a falta

A POESIA

porque toda a poética

é
uma dramática

*sempre direcção
tentada*

A POESIA

resistência
e pesquisa

poética
porque não há

sem

política

trabalho contra a cegueira
de quem vê

um exercício de memória
do que não foi
não pode ser
ainda não é



Henrique Patrício

A POESIA

além do prazer do texto

corpo desejo
escândalo

fruição

apenas um trabalho
sobre a consciência da substância
do silêncio

livrar-se da linear-
idade
da causal-
idade
da sequencial-
idade

entrar na composição
do campo
libertar
energias

e respirar

livre

a experimentação

A POESIA

como exercício
da cidadania

recusar a ventriloquia
ser nómada
ser rizoma
ser disráfica

A POESIA
um acto de presença

*porque inventar uma linguagem
é sempre inventar
uma forma*

de vida



Henrique Patrício

f
sempre
num ritual
de partilha,
a poesia,
esse fazer
primeiro
que resulta
do nosso
primeiro
som

foram quarenta anos a ver apenas um ou dois dedos levantar-se quando perguntava às novas turmas do ano quem gostava de poesia. invariavelmente, estavam ali porque «já não havia lugar nas outras turmas» em que se ensinavam contos ou romances. e a minha tarefa, além da de ensinar o programa previsto, passava a ser conseguir chegar ao fim do ano ou do semestre com alguns outros dedos levantados. creio que venci algumas vezes a batalha e que consegui ensinar, a algumas das gerações que passaram pelas minhas aulas, que a poesia abre o espaço radicalmente livre para um livre pensamento. no recém-criado mestrado em escrita criativa, continuo, por isso, a insistir que, entre escrever bem e escrever mal, há que escolher escrever mal, no que serei absolutamente aristotélica. levar à expansão da consciência implica um trabalho sobre a consciência e, assim, há que ultrapassar o erro numa poética que só pode ser uma dramática. e uma política. pensando no sentido etimológico grego de *poiein*, fazer, não passamos de fazedores intransitivos neste, e com este, material, cozido nos fornos da história, a que chamamos linguagem. sempre num ritual de partilha, a poesia, esse fazer primeiro que resulta do nosso primeiro som, primeira extensão do corpo e primeira coisa forjada, não é mais do que uma partilha do processo de expansão maior em que nos integramos. é, como bem entendia John Milton, a primeira lei a que temos de obedecer: a lei da desobediência

* Professora Associada do
Departamento de Línguas,
Literaturas e Culturas,
Universidade de Coimbra

O Rosto de um Rei



Reconstrução facial do rei D. Dinis, Arlindo Homem (PC, IP), 2025

Em 2025,
a UC enriquece-se
com uma nova
representação do sexto
rei de Portugal, fruto
dos avanços científicos
e tecnológicos
contemporâneos
que permitiram
reconstituir, em
escultura digital,
o seu rosto autêntico.

EUGÉNIA CUNHA *,
MARIA TERESA FERREIRA **,
SAUL GOMES ***
E MARIA ANTÓNIA AMARAL ****

Representações políticas de um rei

São várias as obras artísticas pertencentes ao património da Universidade de Coimbra (UC) que retratam o Rei D. Dinis ou que o recordam enquanto protagonista do passado fundacional da instituição. A sua pintura na Sala dos Capelos, do século XVII, ou a estátua colossal na Praça com o seu nome, no final da Rua Larga, do século XX, são duas das mais icónicas e reproduzidas imagens deste soberano falecido precisamente há 700 anos. Em 2025, a UC enriquece-se com uma nova representação do sexto rei de Portugal, fruto dos avanços científicos e tecnológicos contemporâneos que permitiram reconstituir, em escultura digital, o seu rosto autêntico.

As representações de um rei, em vida ou na morte, correspondem sempre a uma projeção com teor político e significados simbólicos. Representam-se, pelas diversas manifestações artísticas, figuras idealizadas mais do que

corpos reais. Acautelar a memória eterna de um rei, procurando a perpetuação do seu legado e a legitimidade da sua dinastia, obrigava-o, por via de regra, a organizar, ainda em vida, o complexo palco teatral que lhe garantiria a sobrevivência mística, além das contingências biológicas e físicas. Construíram-se capelas funerárias, talharam-se túmulos, esculpiram-se e pintaram-se imagens dos decessos, gravaram-se epitáfios, teceram-se tapeçarias e panos ornamentais adequados, dotaram-se essas capelas funerárias com ricas alfaías litúrgicas e paramentaria, estipularam-se rigorosos protocolos exequiais. Após o falecimento, os cadáveres reais eram, com a celeridade possível, devidamente tratados, amortalhados e colocados nas respetivas urnas com o espólio funerário e votivo pertinente a uma figura real.

Os monarcas portugueses dos tempos medievais escolheram, por norma, mosteiros para lugares de sepultura. Santa Cruz de Coimbra,

Alcobaça, Odivelas, primeiramente, preferindo, as gerações reais que sucederam aquelas, os novos conventos mendicantes franciscanos e dominicanos. Por 1325, quando faleceu D. Dinis, tornara-se já claro que a sua última morada seria o Mosteiro de Odivelas e que a da rainha, sua mulher, seria Santa Clara de Coimbra. D. Dinis fundara Odivelas e regulamentou de forma verdadeiramente exaustiva os modos de vida nesse claustro, quer para a comunidade religiosa das cistercienses, quer, muito particularmente, em tudo o que respeitava à sua capela funerária. Para esta encomendou um túmulo que estava em execução por volta de 1318. Nos seus faciais foram esculpidas cenas da vida religiosa cisterciense, a que se associaram várias narrativas alusivas a momentos da vida do monarca. Sobre o tampo da arca tumular foi lançada uma escultura de vulto do soberano que se pensa ter sido retocada ou alterada ao longo dos séculos. É sabido, todavia, que o túmulo do Rei foi ocupando vários sítios no interior da igreja, acabando, no século XX, na capela absidal, do lado do evangelho da igreja, em que atualmente se acha.

Dos reis anteriores a D. Dinis, infelizmente, nenhum túmulo primitivo chegou aos nossos dias. Os dos reis sepultados em Santa Cruz de Coimbra foram modificados no século XVI, e os dos reis Afonso II e Afonso III, em Alcobaça, como o de D. Sancho II, em Toledo, desapareceram totalmente, restando apenas os ossários que se preservam nas capelas do dito mosteiro cisterciense. Desconhece-se, ainda, o túmulo de D. Afonso IV, desaparecido no terramoto de Lisboa de 1755. O modelo funerário patente no túmulo de D. Dinis, com a figura real coroada e jazente sobre o tampo da arca fúnebre, tem alguma continuidade no do seu neto, em Alcobaça, lavrado em vida deste soberano, assim como o de Inês de Castro, cuja representação escultórica, controlada por D. Pedro I, a exalta e configura na plenitude da majestade régia. O Rei D. Fernando I abandonou o modelo decorativo das arcas funerárias de seu pai e bisavô, mas os seus sucessores, seja a rainha D. Beatriz (falecida em Castela), seja o irmão, D. João I, recuperariam em parte os antigos modos de representação fúnebre, mormente a figuração escultórica de jazentes, coroados e com os demais apanchos e insígnias de majestade régia, sobre a tampa dos túmulos. Além do mobiliário funerário que nos chega, nas contingências referidas, o que se sabe dos cerimoniais e modos exequiais dos reis da primeira

dinastia portuguesa é muito lacunar. As informações dos cronistas são praticamente nenhuma ou, se algumas sobrevivem, de redação tardia, e as iconografias contemporâneas dos monarcas igualmente muito escassas ou inexistentes. O conhecimento histórico, neste campo, é tão frágil que se discute, até, se os reis portugueses medievais eram ou não coroados... As reflexões expostas contextualizam a dificuldade de responder à questão de saber qual seria o modelo ou arquétipo da coroa real de D. Dinis. Como se referiu, as (con)figurações do seu túmulo não permitem que se escolha a coroa de pedra, bastante deteriorada, aliás, da sua estátua jazente que nele se vê, porque deverá corresponder a uma produção tardia. A questão de ficar à arbitrariedade do imaginário ou escultor a escolha do modelo de coroa, que desenhava e esculpia para adornar a imagem do Rei, não nos parece que possa justificar a ausência de um padrão ou modelo efetivo de coroa real portuguesa. Sabe-se que os monarcas tinham, nos seus tesouros, mais do que uma coroa. É o caso de D. Dinis ou da sua mulher. Mas esta informação é documental e não visual. Ela permite reconhecer que havia uma coroa que se transmitia entre as primeiras gerações dos reis portugueses. Naturalmente que é aceitável que ela pudesse ser intervencionada ou enriquecida se necessário. Mas são possibilidades apenas. Como seria a coroa — o arquétipo, se for aceitável a sua existência, claro — de D. Dinis? É possível reconfigurar essa coroa real? Como? Que dimensão teria o seu aro? Como seria? Que materiais eram usados na composição da mesma? Prata dourada? Ouro puro? Que decoração e efeitos de ourivesaria possuiria? Seria uma coroa portuguesa ou ao modo das francesas — atendendo à biografia do onde de Bolonha e Rei D. Afonso III —, ou sicilianas — como a espada agora achada no túmulo do Rei — ou navarras, ou inglesas, ou aragonesas, ou castelhanas ou muçulmanas, dada a história cultural do reino e de alguns modos comportamentais públicos da realeza portuguesa neste campo? Traduziria um fio

Dos reis anteriores a D. Dinis, infelizmente, nenhum túmulo primitivo chegou aos nossos dias.

memorial carolíngio, como parece ter sucedido com o escudo real, ou antes bizantino, numa corte, como a de D. Dinis, em que tal presença não era estranha? Não há certezas nem documentais, nem artísticas, nem arqueológicas que, até ao momento, permitam uma opção isenta de dúvidas.

Neste contexto heurístico e reconhecendo as cautelas que se sublinham, poderá consensualizar-se que alguns dos elementos esculpidos no túmulo de D. Pedro I, fabricado, como se referiu, em vida do Justiciero, ou seja, cerca de 30 e poucos anos depois da morte de D. Dinis, possam orientar algumas opções. O túmulo de D. Pedro I é muito singular nomeadamente porque oferece uma representação do monarca assaz realista, especialmente no que diz respeito ao seu rosto, e porque foi produzido em vida do Rei e por ele seguramente aprovado, ele que decidiu tudo o que o sarcófago de D. Inês deveria representar. A proposta para encontrar uma coroa que integrasse a reconstituição do rosto do monarca foi a de escolher a coroa esculpida na campa funerária de D. Pedro I como arquétipo de referência. A sua reconstituição deriva de um processo tecnológico de modelação e de escultura digital que respeita dados fornecidos pela antropologia forense (caso da dimensão do aro da coroa, adaptado ao crânio do monarca). É possível reproduzir florões e pedúnculos, pérolas e outros elementos decorativos, mas sem que se possa determinar, por exemplo, que pedras preciosas, se o eram, efetivamente se devem considerar: esmeraldas? Rubis? Safiras? Diamantes? Não há respostas definitivas, apenas possibilidades e todas elas extremamente frágeis. Será possível, naturalmente, aperfeiçoar a «escultura digital» proposta, conseguida dentro de contingências que não permitiram, por ora, uma representação ainda mais perfeita.

A intervenção arqueológica no projeto de Conservação e Restauro do Túmulo de D. Dinis

O túmulo de D. Dinis encontra-se atualmente no absidiolo esquerdo da Igreja do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, classificado como Monumento Nacional desde 1910. Em 2016, a então Direção Geral do Património Cultural (DGPC) promoveu o registo da situação de referência da arca tumular através de um levantamento ortorretificado e uma intervenção de limpeza, efetuada por uma equipa de conservação

e restauro, que permitisse registar as intervenções de que tinha sido objeto, as patologias, e definir quais os tratamentos e metodologias mais adequados para uma intervenção futura. Foi no decurso desta ação que, por colapso das argamassas que uniam uma zona fraturada dos pés da estátua jacente, correspondente a um arrombamento possivelmente dos inícios do século XIX, se tomou a decisão de introduzir uma sonda para observação do interior do túmulo. Registou-se uma acumulação de depósitos variados — cimento, restos de correias, folhagem, restos de reboco e fragmentos de telha —, bem como restos do que pareciam ser os membros inferiores do rei, em desarticulação (figura 1). A entrega do relatório final da intervenção conservativa, que permitira avançar para a elaboração de um projeto, bem como a situação testemunhada de intrusões posteriores ao século XIV, que não dignificavam a tumulação, foram os motores para a elaboração de uma candidatura mais abrangente para valorização do túmulo de D. Dinis, com 16 componentes, das quais destacamos a intervenção na cobertura, na zona da cabeceira e fechamento de juntas, para dirimir as humidades e entradas de água que pudessem comprometer qualquer intervenção futura, o registo ortorretificado das fases da intervenção arqueológica, a pesquisa documental, a conservação e o restauro da pedra, a intervenção arqueológica, a exumação e o estudo bioantropológico, a conservação dos têxteis e o registo fotográfico e videográfico, entre outras. O projeto foi candidatado, no ano de 2017, ao Programa Operacional Regional de Lisboa 2020/2020 e aprovado em 31 de outubro. A abertura do túmulo carecia, ainda, da autorização do Ministro da Cultura cujo despacho positivo foi emanado em 24 de maio de 2018. Tratando-se de um contexto funerário era ainda neces-

O túmulo de D. Dinis encontra-se atualmente no absidiolo esquerdo da Igreja do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, classificado como Monumento Nacional desde 1910.

sário submeter um Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA), nos termos do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, bem como integrar na equipa, além do arqueólogo responsável, e de acordo com artigo 11.º, um especialista em antropologia física. A equipa contou, ainda, com especialistas de história e conservação e restauro na área dos têxteis, dos metais e da madeira. A abertura do túmulo aconteceria em 9 de outubro (dia do aniversário do monarca) de 2019.

Além do que fora observado através dos registos captados pela sonda, a informação recolhida nas fontes escritas — documentais, crónicas e bibliográficas —, ponto de partida de qualquer intervenção arqueológica, testemunhava um conjunto de intrusões relevantes para a definição da metodologia de intervenção arqueológica: o túmulo tinha sido deslocado do sítio original cerca de seis vezes — a primeira testemunhada em 1554 —, sofrera severos danos com a queda da abóbada da nave aquando dos terramotos de 1755 e 1758, e passara, ainda, por um arrombamento e por uma abertura, em 1808 e em 1938, respetivamente.

A descrição do descerramento do túmulo, registado em três artigos, configurava uma realidade muito diferente da que viríamos a observar. Verificou-se uma perturbação severa relativamente ao que poderia ter sido o contexto original da deposição, em 1325, e igualmente, no que concerne às descrições de José Crespo (CRESPO, 1942), Ferreira Simas (SIMAS, 1943) e Cordeiro de Sousa (SOUSA, 1966) sobre a abertura da arca tumular em 1938.

No que respeita ao estado do caixão de madeira — a «madeira do caixão (...) que foi preciso remover com todo o cuidado» (CRESPO, 1942:114) ou «a tampa não apresenta vestígios de ter sido levantada em qualquer época» (SIMAS, 1943:360) —, que se encontrava, assim, *in situ*, encontrámos tábuas amontoadas e muito fragmentadas; sobre o contexto da deposição e de como o Rei se teria apresentado vestido — «O cadáver de D. Dinis encontrava-se completamente envolvido neste “amorete” ou *examitum*, como que enfardado: as dobras excedentes cobriam-no por cima, enquanto uma fita de seda, com botões de cobre dourado, ou de ouro, pregados de espaço a espaço, atava em sucessivas voltas» ou «Junto ao peito viam-se restos de roupa interior, feita de um estofado de linho e seda, de dois milímetros de espessura, alaranjado e moído pelo tempo» (CRESPO, 1942: 114-117) —, as descrições sugerem que a abertura provocou uma interrupção drástica do estado que vigorava há centenas de anos

na arca tumular — um ambiente estável quer no que diz respeito à temperatura e humidade relativas, quer às restrições ao acesso do oxigénio —, uma vez que o que foi observado, em 2019, representava um resquício do que fora testemunhado (ou mesmo efabulado, já que os autores não são coincidentes nas suas observações), em 1938; da mesma forma, também não observámos, sobre o esqueleto, o estado de mumificação, pelo menos parcial e eventualmente natural, a que se referiu Ferreira Simas (SIMAS, 1943:359) — «A barba ruiva e longa (...) estava ligada à pele que se separava um pouco dos maxilares. Na cabeça apareciam tufo de cabelo (...) presos aos ossos pela pele (...)»

Em resumo, diríamos que muitos dos elementos do contexto e do depósito funerário já não se encontravam *in situ* e muitos tinham mesmo desaparecido, os tecidos apresentavam uma mistura de elementos têxteis de difícil identificação e havia adições, dos inícios do século XX, nomeadamente páginas do *Diário de Notícias* de 30 junho de 1938.

Esta circunstância levou a que, após a limpeza dos depósitos relacionados com as intrusões contemporâneas, se procedesse à avaliação da consistência e composição de todos os têxteis, e se optasse, em determinada fase da intervenção arqueológica, por uma alteração metodológica de alguma complexidade. Depois de a equipa de arqueologia proceder à identificação de todas as unidades estratigráficas (UE), ao seu registo tridimensional (x, y, z), fotográfico, ortorretificado, ao preenchimento de fichas técnicas que permitiam a relação das UE, por forma a preservar a maior quantidade de informação possível para contextualização, os têxteis foram manuseados pelas conservadoras e enrolados, do lado esquerdo e direito (em relação ao depósito régio), para se proceder ao registo das unidades que envolviam os restos mortais do monarca. Só depois de concluída esta fase, a equipa de arqueologia procedeu a nova identificação e exumação de depósitos sobre o esqueleto a fim

Só a intervenção dos técnicos das várias áreas, em concertação, pode garantir a integridade, segurança e sucesso da operação.

de o libertar. Seguiu-se a recolha dos elementos osteológicos, da responsabilidade dos antropólogos da UC, em parceria com os arqueólogos e conservadores, tendo em conta que o esqueleto apresentava material têxtil e outros depósitos associados.

Os tecidos foram seguidamente desenrolados a fim de se prosseguir com a limpeza de depósitos para definição, registo exaustivo e desenho da espada *in situ*. Note-se que a espada, antes da exumação do esqueleto, estava sob o ilíaco direito do monarca, pelo que seria impossível removê-la sem afetar a conexão do esqueleto. Também esta fase, e atendendo ao estado de conservação da espada, especialmente na zona da bainha, exigiu um trabalho de prévio de preparação, por parte das técnicas de conservação, por forma a garantir a manutenção da sua integridade. Foi executada, então, uma operação de pré-consolidação por etapas: iniciou-se pela ponta do cinto, que se encontrava mais frágil; depois, soltaram-se os têxteis sobre a bainha em madeira e, ao mesmo tempo, procedeu-se à sua consolidação e revestimento através do *facing* de papel japonês e gaze.

Por fim, chamaria a atenção para o facto de algumas destas opções de intervenção sobre o depósito funerário, nomeadamente sobre a possibilidade de levantamento das evidências arqueológicas em bloco dos têxteis — manto, túnica e almofadas — e da tábua de fundo do caixão em madeira terem sido extremamente delicadas e complexas, não sendo isentas de riscos. Só a intervenção dos técnicos das várias áreas, em concertação, pode garantir a integridade, segurança e sucesso da operação.

A reconstrução antropológica facial

A oportunidade de estudar antropológicamente o esqueleto do Rei D. Dinis era única e tinha de ser bem aproveitada. O rigor científico de cada passo da operação era obrigatório, de forma a maximizar a informação recolhida. A análise antropológica aconteceu no âmbito dum processo interdisciplinar de grande envergadura. Importa, pois, frisar que não se abriu propositadamente o túmulo para estudar o esqueleto. Além disso, é igualmente relevante lembrar que o túmulo já tinha sido aberto noutras ocasiões, sendo uma das consequências principais a desarticulação dos ossos dos pés e das pernas, abaixo dos joelhos.

Envolver a intervenção de várias especialidades interdependentes deu-lhe um desafio acrescido, já que

a necessária cumplicidade demorou a concretizar-se, mormente por causa da pandemia que limitou muito o contacto entre os vários peritos que não se conheciam antes. Outro obstáculo de peso foi o das autorizações, que chegaram por várias fases e em vários tempos. Uma vez contornadas as dificuldades, a equipa de antropologia pôde efetuar a sua análise. No total, a equipa incluiu seis antropólogos, todos da UC, dois especialistas em medicina dentária e dois peritos da área da imagiologia.

Além da parceria com o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses IP., designadamente com os Serviços de Química e Toxicologia e Biologia e Genética Forenses, com o Laboratório de Aqueociências do Património Cultural IP., e com a Clínica Affidea, recorreu-se a várias prestações de serviço.

O objetivo primordial foi recorrer aos melhores especialistas mundiais, designadamente, a University John Mores Liverpool, Face Lab; a University of Pensilvania, EUA; a University of Waikato, Nova Zelândia; a University of Leicester, Reino Unido; o Australian Center for Ancient DNA, University of Adelaide, Australia; e o Max Planck Institute, Leipzig, Germany.

A intervenção antropológica pode ser dividida em 11 etapas, que a seguir se especificam. As grandes questões que nortearam as análises e que estiveram sempre subjacentes foram, desde logo, saber se era mesmo o Rei, o que se poderia confirmar sobre ele e a sua vida, e o que se poderia saber de inédito com base na leitura dos seus ossos. Como este artigo está essencialmente focado na obtenção da imagem do Rei, todas as outras análises são apenas referidas dum modo breve.

Os 11 passos da análise antropológica do monarca foram, então, os seguintes:

1) Datação por radiocarbono, 14C. Esta datação poderia, desde logo, excluir a hipótese de ser o Rei.

No total, a equipa inclui seis antropólogos, todos da UC, dois especialistas em medicina dentária e dois peritos da área da imagiologia.

Como os resultados obtidos eram consistentes com os séculos XIII-XIV, prosseguiu-se para as outras etapas;

2) Exumação do esqueleto, passo a passo. A exumação seguiu os princípios da arqueotanatologia, ou seja, cada peça óssea foi exumada individualmente e a sua posição cuidadosamente registada. Este processo é de extrema importância para memória futura e para a interpretação do que aconteceu ao túmulo no passado. O trabalho de exumação foi coordenado com os restantes elementos da equipa, nomeadamente com a arqueologia e com a equipa de restauro;

3) Análise antropológica no Mosteiro de Odivelas. Uma vez inventariado todo o esqueleto, o mesmo foi objeto de uma minuciosa análise antropológica. De destacar o excelente estado de preservação do esqueleto, com a recuperação da grande maioria dos ossos, todos completos e preservados, o que é uma enorme mais-valia para o estudo antropológico. O perfil biológico, ou seja, os dados mais genéricos que caracterizam um indivíduo, foram obtidos com segurança. Trata-se da estimativa de quatro parâmetros, nomeadamente, sexo biológico, idade, afinidades populacionais e estatura. Note-se que qualquer um destes parâmetros poderia, só por si, levar a uma exclusão da identidade do Rei. Veja-se o exemplo, se o esqueleto fosse feminino, obviamente não seria o de D. Dinis.

Não há dúvida de que os ossos guardam episódios da vida que, devidamente decifrados, se tornam fontes documentais insubstituíveis. A análise métrica e morfológica do esqueleto, a interpretação de vários indicadores ósseos sobre a idade à morte; a análise métrica e não métrica dos ossos da bacia e dos ossos longos; a morfologia facial e, finalmente, a dimensão dos principais ossos longos, mostraram, duma forma inequívoca, que o esqueleto pertenceu a um homem, com mais de 60 anos na altura da morte, com uma afinidade populacional europeia e uma estatura em redor de 165 cm. O Rei teria uma compleição robusta, inclusive craniana.

No que concerne às patologias que podem ser diagnosticadas com base nos ossos, deve destacar-se a osteoartrose vertebral moderada, patologia degenerativa articular das vértebras, algo que é de esperar numa pessoa com a sua idade, e os nódulos de Schmorl (hérnias) nalguns corpos vertebrais;

4. TAC ao crânio e fémur. A tomografia axial computadorizada do crânio e do fémur foram realizadas num hos-

pital privado de Lisboa. Pretendia-se, sobretudo, aceder ao crânio numa perspetiva holística. Refira-se que as imagens da TAC estão agora a ser processadas por IA;

5. Análise dentária. Esta análise foi da responsabilidade de Isabel Poiares Baptista, da UC. O Rei, inesperadamente, preservava todos os dentes e tinha apenas uma cárie, além de duas outras em fase inicial. O desgaste dos dentes anteriores, nomeadamente, na superfície palatina (virada para o interior da boca), levanta a hipótese de tal desgaste poder ter uma etiologia diferente de comportamentos mastigatórios. O monarca padecia, também, de alguma doença periodontal;

6) Análise da dieta: tártaro e análise química dos ossos. Para conhecer mais sobre a dieta do monarca, além da análise dentária, efetuou-se um estudo exaustivo do tártaro e uma análise química dos ossos, designadamente uma análise de isótopos e de oligoelementos. Entre outros resultados, foram detetadas várias bactérias orais em relação com a doença periodontal;

7. Análise toxicológica. As análises toxicológicas dos restos vestigiais de cabelo, encontrados *in situ*, e da única unha foram efetuados no SQTF do INMLCF.IP., tendo-se revelado negativas para o chumbo, arsénio e mercúrio;

8. TAC da coluna. Numa fase mais avançada do estudo, depois de obtida permissão para estudar o esqueleto pós-craniano, a análise imagiológica exaustiva da coluna foi efetuada na Clínica Affidea, sob a responsabilidade do Dr. Carlos Prates. Entre outros, obteve-se uma excelente reconstrução 3D da coluna;

9. Análise genética. Na análise genética, optou-se por uma abordagem pouco invasiva. Ou seja, a opção não foi obter ADN a qualquer custo. Recorde-se que um dos objetivos deste tipo de intervenções antropológicas é dignificar os remanescentes ósseos humanos, pelo a recolha de amostras foi muito conservadora. Além disso, o esqueleto

Esta face tem
sustentação
científica.
Não foi um
artista que
imaginou como
seria D. Dinis.

do Rei foi exumado praticamente completo e, posteriormente, higienizado. Os fragmentos ósseos e a raiz dentária selecionados para análise genética foram analisados em três laboratórios distintos, tendo sido o INMLCF.IP., designadamente o SBGF, que conseguiu os melhores resultados. As análises continuam em curso. Não obstante, do que até agora se apurou, destacamos os dados com relevância para o presente artigo, ou seja, para a reconstrução facial. Assim, apurou-se que a origem biogeográfica do Rei era europeia, que os olhos eram claros, de tom azul, que tanto a pele como o cabelo tinham uma tonalidade clara;

10. Reconstrução facial. A reconstrução facial foi efetuada no Face Lab da University John Moores, Liverpool. Para que tal fosse possível, a equipa de antropologia efetuou uma análise morfométrica e procedeu à digitalização 3D por *scanner* do esqueleto craniano, ou seja, do crânio propriamente dito e da mandíbula. Essa digitalização foi a grande base da reconstrução do rosto do monarca que teve ainda em conta os dados fornecidos pelos marcadores genéticos dos cromossomas autossómicos atrás referidos, *i.e.*, as tonalidades da pele e do cabelo e a cor dos olhos. O excelente estado de preservação do crânio, onde até os ossos nasais estavam bem preservados foi crucial para a obtenção de um resultado fidedigno. A forma do crânio, a altura do rosto, a proeminência do nariz, o queixo algo recuado, a inclinação da testa, as maçãs do rosto, a robustez do occipital, tudo isso é absolutamente credível, baseado em observações diretas nos ossos. Já sobre a cor do cabelo, não temos tanta segurança. Se é verdade que foram recuperados alguns cabelos *in situ*, mormente na parte posterior do crânio, a sua cor arruivada poderá ter-se ficado a dever à decomposição do cabelo. Como a cor do cabelo pode sofrer alteração durante a decomposição, não podemos afirmar que o cabelo seria efetivamente ruivo como dizem as fontes documentais. Recorde-se que a genética conseguiu a tonalidade, mas não propriamente a cor. As pouquíssimas esculturas atribuídas ao Rei, designadamente a do seu túmulo, indicavam um cabelo encaracolado, barba e bigode. Ou seja, estes três dados não foram efetivamente determinados cientificamente. Também a espessura dos tecidos moles não será 100% fidedigna, já que a mesma depende não só do sexo e da idade (o que conhecemos), mas também do índice de massa corporal, que se desconhece.

A importância de uma reconstituição facial para o avanço do conhecimento sobre determinada figura histórica é diminuta, porém relevante do ponto de vista da divulgação, O certo é que se conseguiu o primeiro retrato cientificamente comprovado de um rei português. Esta é a cara que a ciência deu a D. Dinis.

Esta face tem sustentação científica. Não foi um artista que imaginou como seria D. Dinis. Foram os seus remanescentes, nomeadamente o seu crânio e o seu património genético que disseram como ele era de facto. Foi através da ciência que se recuperou toda esta informação, foi a ciência que a traduziu e interpretou, de forma a se obter o rosto do Rei;

11. Integração de todos os resultados. A fase final da investigação antropológica é a do cruzamento e integração de todos os dados obtidos, ainda em curso, e que será anunciada quer através de artigos científicos internacionais, quer na produção de uma monografia final.

* Centro de Ecologia Funcional, Laboratório de Antropologia Forense, Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Coimbra; Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP
** Centro de Ecologia Funcional, Laboratório de Antropologia Forense, Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Coimbra
*** Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes, Universidade de Coimbra
**** Divisão do Cadastro, Inventário e Classificação do Património Cultural, I.P.

Bibliografia:

CRESPO, José (1942) — Santa Isabel na doença e na morte, *Revista Instituto*, n.º 8, Coimbra
SOUSA, JOSÉ MARIA CORDEIRO DE (1960) — As inscrições lapidares do Mosteiro de Odivelas, *Separata dos Anais*, II série, volume 10, Lisboa.
SIMAS (1943), Elementos para a biografia do rei Lavrador, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 5 a 8, p. 357-361.

OFICINA
DOS
SABERES

RL#59
Ao Largo

128





CAMÕES,

Poeta Internacional

FREDERICO LOURENÇO *,

Ao celebrarmos o 5.º centenário do nascimento de Luís de Camões, há duas perguntas que devem, a meu ver, fazer parte do leque de temas a abordar. A primeira é: o que explica o facto de Camões não encontrar atualmente, fora do mundo lusófono, leitores na quantidade e qualidade que nós, lusófonos, pensamos que ele mereceria?

A segunda pergunta decorre da primeira: como tornar Camões «indispensável», hoje, para um público estrangeiro culto? Porque é sobretudo no âmbito de leitores internacionais cultos que surpreende a desatenção relativamente a Camões. Claro que todos ouviram falar em Camões; todos sabem que é o autor que ocupa na cultura portuguesa o mesmo lugar de Shakespeare na inglesa ou de Dante na italiana. Mas tenho-me perguntado muitas vezes quais serão as razões que

fazem do chamado «Vate» do povo português um autor tão pouco lido no âmbito internacional.

Certamente não é por falta de traduções. A primeira tradução d'*Os Lusíadas* para inglês é de 1655. No século XVIII, em 1735, saiu a primeira tradução francesa. A primeira tradução alemã do poema saiu um pouco mais tarde, em 1806. A língua castelhana já se tinha antecipado a todas elas, dado que a primeira tradução espanhola saiu logo em 1580, o ano da morte de Camões. Em italiano, publicou-se a primeira tradução no século XVII, em 1659.

Portanto, não é a dificuldade de acesso ao texto camoniano em tradução que explica o desinteresse internacional pela leitura d'*Os Lusíadas*, porque a obra-prima camoniana está disponível, há séculos, em espanhol, italiano, inglês, francês e alemão. O problema está

antes, a meu ver, nas características da própria epopeia camoniana. Numa tradução italiana d’*Os Lusíadas*, publicada em Turim em 1772, Camões é descrito como «Luigi di Camoens, chiamato per la sua eccellenza il Virgilio di Portogallo». Já em 1710, o alemão Heinrich Scherer, num Atlas escrito em latim, chamava a Camões o *Virgilius Lusitanus*. Ora, esta comparação com Vergílio pode revelar-se problemática.

Não havendo dúvida de que a comparação coloca Camões no cume do prestígio literário, trata-se ao mesmo tempo de uma comparação que levanta problemas nos dias de hoje, porque aquilo que admiramos hoje na *Eneida* de Vergílio já não é o que era admirado nos séculos passados. A leitura que se fazia então da epopeia vergiliana prezava, acima de tudo, a forma como ela glorifica a missão do império: nessa leitura, o destino universal de Roma era visto positivamente como a imposição no mundo da cultura romana, imposição essa em que a guerra e a conquista eram aceites como os meios necessários para estabelecer a «civilização». A mensagem imperialista da *Eneida* era vista como a sua principal mais-valia; e essa leitura manteve-se até ao século XX (e, em Itália, foi muito incentivada pelo ditador Mussolini).

A partir da segunda metade do século XX, porém, começou a desenvolver-se outra abordagem à *Eneida*: uma abordagem que partiu do seio dos Estudos Clássicos em universidades americanas como Harvard e outras, onde latinistas contemporâneos da Guerra no Vietname começaram a perguntar se a obra-prima vergiliana se resumia apenas a propaganda imperialista, ou se havia outros elementos no poema que o podiam tornar relevante na segunda metade do século XX, altura em que as ideologias impe-

rialistas estavam cada vez mais sujeitas à crítica dos intelectuais.

Na mesma altura em que estes estudiosos americanos e britânicos tentavam resgatar Vergílio do estigma de «poeta imperialista», estava Portugal a travar uma Guerra Colonial em África. Portanto, o renascimento dos estudos vergilianos nos anos 1960 não teve eco em Portugal no âmbito dos estudos camonianos, porque a leitura salazarista de Camões queria acima de tudo salvaguardar a feição patriótica d’*Os Lusíadas* e manter a leitura obrigatória do livro nas escolas e universidades sob o prisma da justificação do império ultramarino português.

Depois do 25 de Abril, veio inevitavelmente a necessidade de olhar para *Os Lusíadas* com outros olhos. E viu-se que Camões abre espaço no seu poema para diversos olhares sobre Portugal e sobre a expansão portuguesa em África e na Ásia; viu-se que ele dá voz a personagens que, em África e na Índia, falam sobre os portugueses em termos negativos. O contraditório do imperialismo português está tão presente n’*Os Lusíadas* como o seu enaltecimento.

Quando em África, um Mouro «sábio» (1.77) se refere aos portugueses como «cristãos sanguinolentos, / que quase todo o mar têm destruído / com roubos, com incêndios violentos», esta realidade por ele descrita corresponde à verdade histórica tal como ela nos é relatada por João de

Barros e outros cronistas do século XVI. Quando Camões põe o mesmo Mouro em África a dizer que a intenção dos navegadores portugueses é «nos matarem e roubarem, / e mulheres e filhos cativarem», está objetivamente a descrever o que de facto aconteceu durante os «Descobrimentos».

O contexto em que Camões faz soar estes factos históricos é ficcional (e mesmo o Mouro antes referido é um disfarce do deus Baco), mas a sua objetividade histórica — que historiadores



contemporâneos de Camões como João de Barros e Diogo do Couto não silenciaram — obriga-nos a pensar naquilo que a presença de tais passagens no poema traz para a compreensão global da epopeia camoniana. Do mesmo modo, quando Vasco da Gama e as suas naus chegam finalmente à Índia, os adivinhos e áugures locais avisam o seu soberano de que a chegada dos portugueses trará «jugo perpétuo, eterno cativo» (8.46).

Parece óbvio que estas passagens nos causam dificuldades quando queremos convencer um público estrangeiro da genialidade da epopeia camoniana. Compreende-se, assim, que a estratégia mais habitualmente adotada quando intelectuais portugueses querem dar a conhecer *Os Lusíadas* no estrangeiro seja de pôr o enfoque noutros aspetos.

Ainda depois do 25 de Abril, houve dois leitores de Camões que se esforçaram especialmente por interessar um público internacional pela epopeia camoniana, em especial o público francófono. Foram dois intelectuais portugueses que muito admiro: Eduardo Lourenço e Vasco Graça Moura. Este último foi convidado a escrever o Prefácio à tradução francesa d’*Os Lusíadas* na editora Gallimard. Ora, este prefácio funciona como uma capa idealizada que Graça Moura colou em cima do poema — capa essa que dá a imagem daquilo que ele gostaria que o poema fosse: o poema que ele gostaria de poder apresentar ao público francês.

E qual é o problema de colarmos em cima d’*Os Lusíadas* uma capa idealizada daquilo que gostaríamos que o poema fosse? O problema é que os leitores que se derem, de facto, ao trabalho de ler a epopeia camoniana vão perceber a discrepância entre a imagem idealizada que

os estudiosos portugueses querem apresentar e a realidade do texto. Na secção do seu prefácio a que Graça Moura deu o título «O profeta» (*Le prophète*), os leitores francófonos podem ler que (traduzo de francês para português): «O cantor das grandes descobertas e da epopeia do homem moderno não perde de vista os dois objetivos principais da expansão marítima: a propagação da fé, que é preciso ver não apenas como ideal de cruzada inspirado pela ameaça otomana às portas orientais da Europa, mas também como a difusão de uma cultura própria do continente europeu; <sendo o segundo objetivo da expansão> o comércio organizado à escala mundial, para benefício de todos os povos. Camões soube ser duplamente poeta europeu».

A ideia que Graça Moura apresenta — a de que o objetivo das descobertas portuguesas é «o comércio organizado à escala mundial, para benefício de todos os povos» — é desmentida pelo próprio poema. Graça Moura cita a estância 62 do Canto 7 para apoiar o seu argumento, que faz parte do discurso que Vasco da Gama dirige ao soberano indiano quando os portugueses chegam à Índia.

Mas as palavras de Vasco da Gama nessa estância constituem a apresentação oficial, perante um destinatário indiano, das intenções de Portugal na Índia: paz, amizade, comércio para proveito de todos. O que Graça Moura não incluiu no seu prefácio foi a passagem, no canto seguinte, que foca não as palavras de Vasco da Gama, mas sim os seus pensamentos. Ouçamos o que o narrador nos informa no Canto 8: «Mas o Gama, que não pretende mais, / De tudo quanto os Mouros ordenavam, / Que levar a seu Rei um sinal certo / Do mundo que deixava descoberto, // Nisto trabalha só: que bem sabia / Que, des-

pois que levasse esta certeza, / **Armas e naus e gentes mandaria / Manuel... / Com que a seu jugo e Lei someteria / Das terras e do mar a redondeza**» (8.56-57).

Portanto, o Gama sabe muito bem que a intenção de Portugal não é «o comércio para benefício de todos os povos» (na expressão idealizada de Vasco Graça Moura), mas sim o comércio para benefício de Portugal, baseado na força das armas.

Quando comparamos *Os Lusíadas* com as grandes epopeias da Antiguidade Clássica, o poema português parece afigurar-se menos universal. Como poema de guerra, a *Iliada* carrega uma mensagem sobre a tragicidade do sofrimento humano que é válida em todas as épocas. A *Odisseia* narra aventuras e viagens marítimas (tal como *Os Lusíadas*), mas o objetivo da viagem na *Odisseia* é o regresso a casa de um soldado que sofreu dez anos na guerra e depois mais dez anos de errância. O potencial para a história da *Odisseia* ser lida universalmente como alegoria da vida humana é enorme. Na primeira parte da *Eneida*, refugiados de guerra sofrem perigos no Mediterrâneo para chegarem a Itália: esta história escrita há 2000 anos é tão válida hoje como era no tempo da Roma antiga. A passagem dos séculos não diminuiu o valor universal destas epopeias antigas.

Camões alega n’*Os Lusíadas* que escreveu uma epopeia que supera as de Homero e de Vergílio, mas na verdade o seu tema não tem o alcance universal das três obras-primas da Antiguidade. A viagem dos seus heróis não é uma viagem de regresso a casa como a da *Odisseia*; nem é uma viagem de emigração para fugir da guerra como é a da *Eneida*: a razão da viagem de Vasco da Gama é puramente comercial.

Não tem um alcance ético universalista e não visa melhorar a vida de africanos ou indianos: visa somente beneficiar o Rei de Portugal. Esta é a principal razão que explica a dificuldade em seduzir para a leitura de Camões um público leitor internacional.

Como despertar a curiosidade desse público internacional? Não é certamente projetando uma imagem idealizada d’*Os Lusíadas*, que depois na prática não corresponde à realidade do poema. Numa época como a nossa, em que somos chamados a olhar de frente para os problemas do colonialismo, o poema de Camões tem todas as qualidades necessárias para funcionar como ponto de partida para uma discussão profícua sobre ideologias imperialistas. É um poema que foi escrito numa época em que o imperialismo não era posto em causa: era o projeto assumido das potências europeias, que competiam na exploração dos recursos materiais e humanos de África, das Américas e da Ásia. Não se esperaria que um poema escrito no século XVI fosse capaz de pôr em causa a ideologia do próprio século XVI. No entanto, é isso que Camões faz.

Assim, penso que quando nós, portugueses, falamos de Camões e da sua obra-prima no estrangeiro, e focamos a crítica a Portugal que faz parte d’*Os Lusíadas*, não estamos a cometer um crime de lesa-pátria, mas estamos a apresentar o nosso maior escritor de uma forma que o torna relevante e até indispensável para os dias de hoje.

* Faculdade de Letras e
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos,
Universidade de Coimbra

AO
LARGO

RL#59
Criação
Literária

POEMA DE.PEN.DURAR

Para Becas

tu fazes o teu armário
eu faço o meu poema

talvez tu pendures o meu poema no teu armário
depois de posto
o teu armário no meu poema
como nada
temos
ao longe
tu
o meu poema
ao perto
eu
o teu armário
para guardarmos
sobretudo
que não temos
para guardarmos
tudo sobre
o que tememos

tramam-nos
velhos
vestidos

poder
entre a palavra e a madeira
falar

RITA GRÁCIO *

* Rita Grácio é ama(ssa)dora
de palavras em metaversos.
Poeta.
Professora Auxiliar na Universidade Lusófona.
Investigadora no CICANT.

Prémio Joaquim de Carvalho 2024

A Oficina de Gil Vicente
de José Augusto Cardoso Bernardes

MARIA JOÃO PADEZ *

A obra *A Oficina de Gil Vicente*, de José Augusto Cardoso Bernardes, é a vencedora da 15.^a edição do Prémio Joaquim de Carvalho, instituído pela Imprensa da Universidade de Coimbra (UC).

A obra centra-se na figura de Gil Vicente, que permaneceu ao serviço da corte régia durante 35 anos, escreveu e encenou cerca de meia centena de peças, abrangendo os diferentes géneros do teatro europeu de finais da Idade Média. Apesar da diversidade que caracteriza a obra de Gil Vicente do ponto de vista temático e formal, nela sobressaem linhas de coerência que permitem estabelecer importantes ligações entre os autos. Assim sucede desde a *Visitação* e o *Auto Pastoril Castelhana* (ambos representados em 1502) até *Floresta de Enganos*, representada em 1536, que constitui o epílogo de uma criação invulgarmente extensa, regular e continuada. Ao longo dos diferentes ensaios que compõem o presente volume, procura demonstrar-se a unidade e a singularidade de uma obra que, por motivos vários, não mais se repetiu na história da cultura portuguesa e peninsular.

De acordo com a apreciação do júri, «esta obra retoma um conjunto variado de intervenções do autor sobre um tema central da literatura medieval portuguesa. O conjunto de intervenções variadas sobre Gil Vicente confere um estatuto de unidade interpretativa de uma obra de notável valor, histórico e literário, escrita em aberto diálogo com variadas outras figuras e tendências da Península Ibérica e da Europa dos campos teatral, da sátira medieval e mesmo da consolidação da língua portuguesa, ficando agora disponível

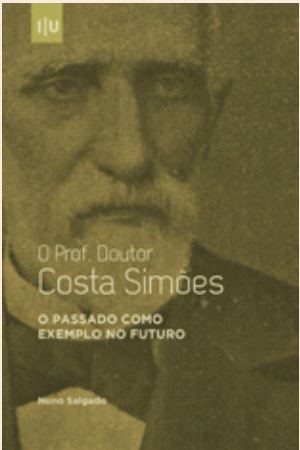
a um público alargado. Criatividade e imaginação, encontram-se a cada momento da leitura sólida e sempre renovada da obra singular e do talento de Gil Vicente que o autor do livro oferece e faz sobressair com ímpar destreza cultural e substrato histórico-literário. A qualidade da obra permite afirmar que não é mais possível escrever sobre Gil Vicente sem a consulta cuidadosa deste trabalho erudito, o que tem evidentemente um significado cultural profundo».

José Augusto Cardoso Bernardes é Professor Catedrático na Faculdade de Letras da UC e membro integrado do Centro de Literatura Portuguesa. Além de ter publicado estudos sobre autores canónicos da Literatura Portuguesa, com destaque para Gil Vicente e Luís de Camões, tem-se dedicado aos problemas da investigação e do ensino das Humanidades em contexto nacional e internacional. Foi codiretor de *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa* (1995-2005). Foi Diretor da Biblioteca Geral da UC (entre 2011 e 2019). É membro do *Atomium Culture* (desde 2009), membro do Conselho Nacional de Educação (desde 2011) e consultor para o Programa Língua Portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian (desde 2013). É o Comissário para as Comemorações dos 500 anos de Camões.

O Prémio Joaquim de Carvalho 2024 conta com o apoio da Navigator.

* Diretora-adjunta da Imprensa da Universidade de Coimbra

DESTAQUES



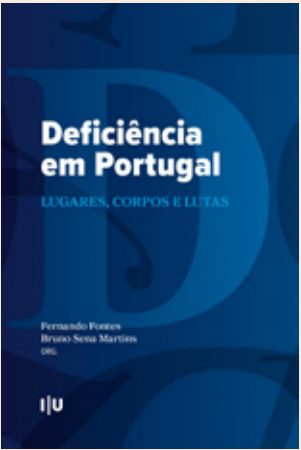
O Prof. Doutor Costa Simões: o passado como exemplo no futuro
Nuno Salgado



Educação para os media em prática
Armanda P. M. Matos



Imagologia e Mobilidade – Movidas e Migrações Figuradas
Maria João Simões



Deficiência em Portugal: Lugares, corpos e lutas
Fernando Fontes
Bruno Sena Martins



Vida da Faculdade de Letras 2022-2023
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



Do manuscrito ao livro impresso e eletrónico III
Maria Cristina Carrington
António Manuel Lopes Andrade
Emília M. Rocha de Oliveira



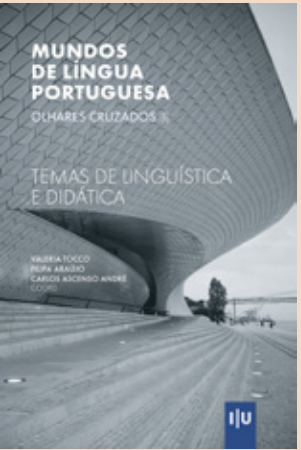
De Roma a Portugal, do Império ao Reino: uma viagem de 1500 anos pela região de Coimbra
Luís Trindade
Pedro C. Carvalho



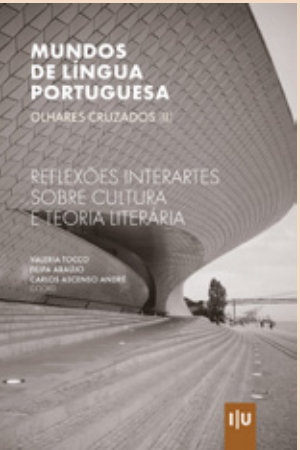
Ricœuriana 3: Paul Ricœur en perspectiva: una hermenéutica de la acogida
Cristian Suárez-Giraldo
Manuel Prada Londoño



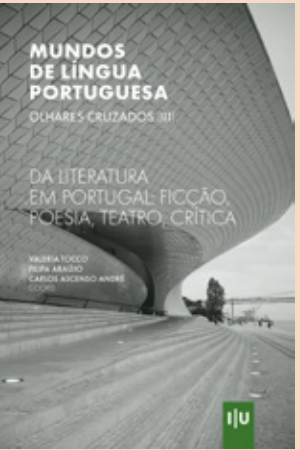
Ricœuriana 4: La generosidad del cogito encarnado: una fenomenología de la atención a partir de Paul Ricœur
Ana Lucía Montoya Jaramillo



Mundos de língua portuguesa – olhares cruzados (I): Temas de linguística e didática
Valeria Tocco
Filipa Medeiros Araújo
Carlos Ascenso André



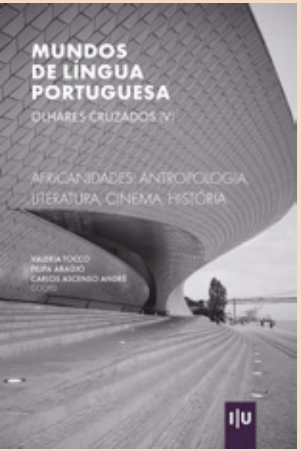
Mundos de língua portuguesa – olhares cruzados (II): Reflexões interartes sobre Cultura e Teoria literária
Valeria Tocco
Filipa Medeiros Araújo
Carlos Ascenso André



Mundos de língua portuguesa – olhares cruzados (III): Da literatura em Portugal: ficção, poesia, teatro, crítica
Valeria Tocco
Filipa Medeiros Araújo
Carlos Ascenso André



Mundos de língua portuguesa – olhares cruzados (IV): O Brasil em foco: perspetivações literárias e culturais
Valeria Tocco
Filipa Medeiros Araújo
Carlos Ascenso André



Mundos de língua portuguesa – olhares cruzados (V): Africanidades: antropologia, literatura, cinema, história
Valeria Tocco
Filipa Medeiros Araújo
Carlos Ascenso André



Monólogo de uma mulher chamada Maria com a sua patroa
Sara Barros Leitão

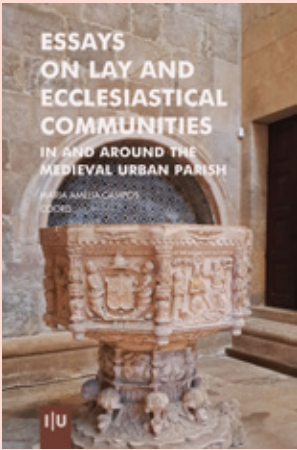


Eurípides. Fragmentos: Volume I
Maria de Fátima Silva

DESTAQUES



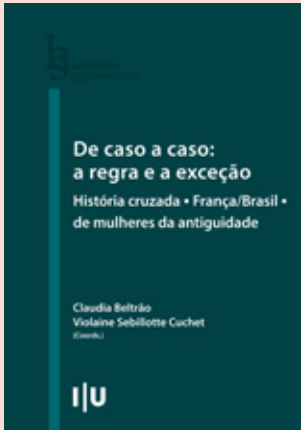
Entrevistas
António José Avelãs Nunes



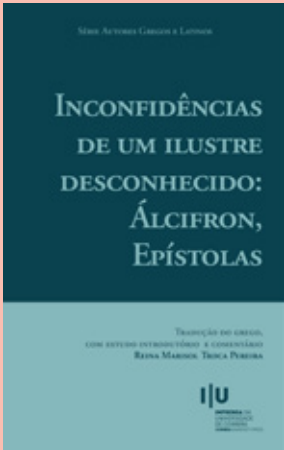
Essays on Lay and Ecclesiastical Communities in and Around the Medieval Urban Parish
Maria Amélia Campos



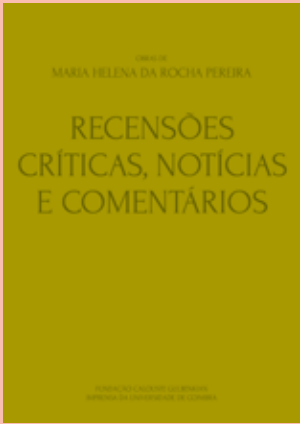
Obra Completa Pombalina. Volume 1: Escritos de Inglaterra (1738-1739). Tomo I: Escritos de Inglaterra (1738-1743)
Ana Leal Faria



De caso a caso: a regra e a exceção: História cruzada – França/Brasil – das mulheres na antiguidade
Claudia Beltrão
Violaine Sebillotte Cuchet



Inconfidências de um ilustre desconhecido: Álcifron, Epístolas
Reina Marisol Pereira



Obras de Maria Helena da Rocha Pereira X: Recensões Críticas, Notícias e Comentários
Maria Helena da Rocha Pereira



Mulheres, Raça e Etnicidades: Introdução aos Feminismos Decoloniais
Catarina Martins



Património na estética do seu tempo
António Ginja



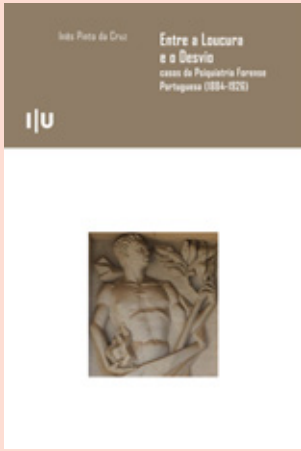
Planear a Cidade-Região do Futuro
Carlos Almeida Gonçalves
João Lourenço Marques



Pausânias. Descrição da Grécia. Livro VI
Maria de Fátima Silva



Viagens e diplomacia: Olhares de Eça de Queirós sobre o mundo
Mariagrazia Russo
Maria Helena Santana
Ana Teresa Peixinho
Maria Serena Felici



Entre a Loucura e o Desvio: casos da Psiquiatria Forense Portuguesa (1884-1926)
Inês Pinto da Cruz



O humanitarismo em mudança: do socorrismo aos intervencionismos
José Manuel Pureza
Daniela Nascimento



Crónica de D. Afonso V de Rui de Pina
Thomas F. Earle



Estudos Narrativos Mediáticos
Ana Teresa Peixinho



Heródoto e a invenção do outro: Confrontos e conflitos culturais
Maria Aparecida de Oliveira Silva
Maria de Fátima Silva

DESTAQUES



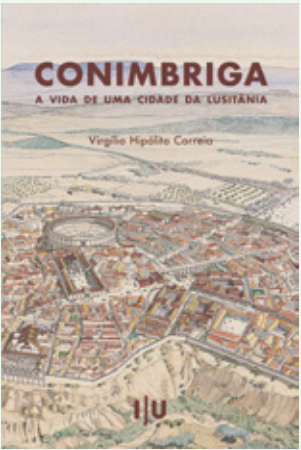
Neste lugar, a sagrada Hélade salvámos: Homenagem a Luísa de Nazaré Ferreira. Volume I
Carmen Soares
Marta González González
Nuno Simões Rodrigues



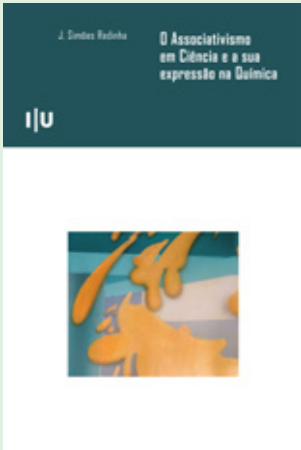
Neste lugar, a sagrada Hélade salvámos: Homenagem a Luísa de Nazaré Ferreira. Volume II
Carmen Soares
Marta González González
Nuno Simões Rodrigues



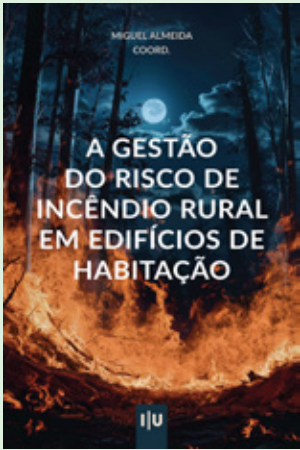
Contributos da Sociedade para a Redução do Risco em Populações Vulneráveis
Fátima Velez de Castro
Luciano Lourenço



Conimbriga: a vida de uma cidade da Lusitânia
Virgílio Hipólito Correia



O Associativismo em Ciência e a sua expressão na Química
J. Simões Redinha



A gestão do risco de incêndio rural em edifícios de habitação
Miguel Almeida



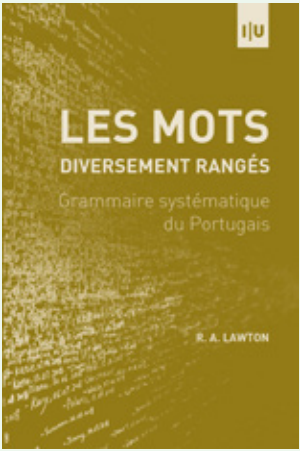
Pausânias. Descrição da Grécia. Livro VII
Maria de Fátima Silva



Pausânias. Descrição da Grécia. Livro VIII
Maria de Fátima Silva



O Estado Constitucional Monárquico de Governo Moderado: Contributo para a Compreensão do Constitucionalismo Oitocentista. Volume I — Coordenadas e Fundamentos
Ana Raquel Moniz



Les Mots. Diversement Rangés: Grammaire systématique du Portugais
R. A. Lawton



Espelhos de Mercúrio: A representação do comércio nas Monarquias Ibéricas, 1500-1800
Pablo Sánchez León
Carla Vieira
Nina Vieira



Présence de l'Ange. Du mythe au mystère: La représentation de l'ange dans les arts et les littératures francophones
Cristina Robalo Cordeiro
João Domingues
Rosário Neto Mariano



(Re)visitar os clássicos greco-latinos em sala de aula
Cláudia Cravo
Susana Marques
Susana Marques Pereira



En busca del tiempo y del espacio: ucronías y utopías desde la Antigüedad hasta la actualidad
Alberto J. Quiroga Puertas
Ángeles Jiménez-Higuera



Catálogo de manuscritos da Sala Jorge de Faria da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Lúcia Rodrigues Ferreira

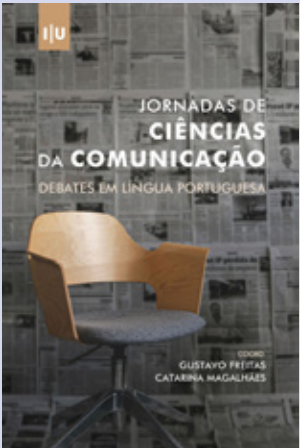


Antropoceno(s): Crise climática, ontologia e o social
António Carvalho

DESTAQUES



Artes conviviales, tecnoviviales, liminales. Estudios de Filosofía del Teatro y Teatro Comparado
Jorge Dubatti



Jornadas de Ciências da Comunicação: Debates em Língua Portuguesa
Gustavo Freitas
Catarina Magalhães



NEURO... QUÊ? Um guia sobre profissões em Neurociências
Luísa Amado
Beatriz Ribeiro
Sara Varela Amaral
Mariana Laranjo
Catarina M. Seabra



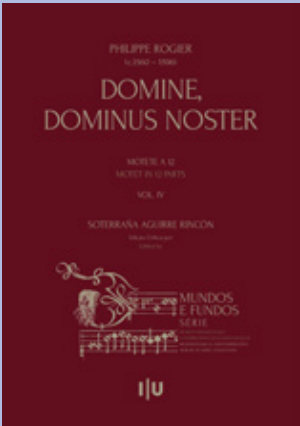
Manual de Boas Práticas para a Gestão e Controlo de Plantas Invasoras Lenhosas em Portugal Continental
Liliana Neto Duarte
Elizabete Marchante
Hélia Marchante



Género, violência e ódio online: Conceitos e representações
Rita Basílio Simões



A Biblioteca Joanina de Coimbra. História e construção, arquitetura e arte
Silvia Ferreira



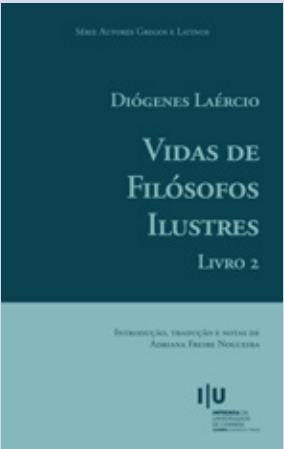
Philippe Rogier (c.1560-1596). Domine Dominus noster. Motete a 12
Soterraña Aguirre Rincón



Language and Intercultural Competence Education in a Global Age: Bridging Divides for Diverse, Inclusive Societies
Ana Balula
Anabela Valente Simões
Sara Pereira Carvalho



Vidas Paralelas. Filopémen e Flaminino
Reina Marisol Pereira
Joaquim Pinheiro



Vidas de Filósofos Ilustres: Livro 2
Adriana Freire Nogueira



Governação das Sociedades e Outros Temas: Aproximando Portugal, China e mundo da língua portuguesa
Alexandre Soveral Martins
João Nuno Calvão da Silva
Mao Xiaofei
Mo Jihong
Pedro Maia

RUA LARGA

REVISTA DA REITORIA
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
NÚMERO 59
MARÇO 2025

A *Rua Larga* está aberta ao trânsito das ideias que circulam na Universidade de Coimbra (UC) desde junho de 2003.

O nome foi tomado de empréstimo à via que atualmente assegura a ligação do Largo D. Dinis à emblemática Porta Férrea. Rua que, antes da construção da cidade universitária como hoje a conhecemos, era já uma das mais importantes da Alta. Hoje, a Rua Larga é uma ponte entre passado e futuro, feita de pedra e ar, desenhada por Gonçalo Byrne.

A *Rua Larga*, revista, é esse espaço ao mesmo tempo simbólico e efetivo por onde passa o que se vai passando na Universidade.

Assine a *Rua Larga* e permaneça em contacto com a UC.

ASSINATURA ANUAL DA REVISTA RUA LARGA (3 números)*: 15€
Avulso (cada número): 7€ • Números Anteriores: 9€

Assinaturas em www.uc.pt/rualarga
Mais informação rualarga@uc.pt

Consultar números antigos www.uc.pt/rualarga

Os preços incluem IVA e portes de correio nacionais.

* A assinatura pode ter lugar em qualquer altura do ano, passando a anuidade a contar a partir desse momento, independentemente do ano civil.

XXVII SEMANA CULTURAL UNIVERSIDADE DE COIMBRA 2025

01 DE MARÇO | 15H30

Lufapo-Hub
Ai Se o Poeta brincar comigo ...
Associação Inclusão Contacto

01 DE MARÇO | 16H00

Largo do Paço do Conde N.º1
Timeline Icebergues
Associação Cultural Videolab

01 DE MARÇO | 21H30

TAGV — Teatro Académico de Gil Vicente
Poesis et Symphonia — Concerto do Dia da Universidade de Coimbra
Orquestra Académica da Universidade de Coimbra

03 DE MARÇO | 10H00

Departamento de Física
Entre Estrelas e Versos
Secção de Astronomia, Astrofísica e Astronáutica da Associação Académica de Coimbra

03 DE MARÇO | 14H30

Casa da Esquina
“Everybody Knows”, de Tiago Cravidão
Tiago Cravidão e Club De Ancas — CineClub Bairrada

03 DE MARÇO | 17H00

Café Concerto do Convento São Francisco
Cantar Poesia: Café (e um) Concerto
Orfeon Académico de Coimbra

05 DE MARÇO | 17H00

Casa-Museu Elysio de Moura
As Plantas na Poesia de Luís Vaz de Camões
Sociedade Broteriana e Casa-Museu Elysio de Moura

05 DE MARÇO | 19H00

TAGV — Teatro Académico de Gil Vicente
Versos em Notas:
Um Encontro de Poesia e Música
Banda de Soure

06 DE MARÇO | 18H00

Teatro de Bolso do TEUC
Plasticidade da Poesia — A palavra em Palco e em Performance — Roda de Conversa
Rádio Universidade de Coimbra

06 DE MARÇO | 19H00

Casa do Cinema de Coimbra
Cido "Poesis"
Caminhos do Cinema Português — Associação de Artes Cinematográficas de Coimbra

06 DE MARÇO | 21H00

Edifício da AAC
Poesia Entre Linhas
SOS Estudante

06 DE MARÇO | 21H30

Salão Brazil
Le Skeleton Band: A Poesia das Sombras
Motivos Alternativos — Associação Cultural

07 DE MARÇO | 17H30

Colégio das Artes
Partitura para Poemofone
Colégio das Artes

07 DE MARÇO | 21H00

Atelier A Fábrica
Festival de Poesia Multidisciplinar
Adágio Vigilante

07 DE MARÇO | 21H30

Centro de Artes Visuais
Plasticidade da Poesia — A palavra em Palco e em Performance — Conversa
Rádio Universidade de Coimbra

08 DE MARÇO | 15H00

Casa da Esquina
Poesia por Dentro
Casa da Esquina

08 DE MARÇO | 17H30

Pavilhão Centro de Portugal
MELOPEIA do Poema à Canção
Associação Nacional de Apoio ao Idoso & Orquestra Clássica do Centro

08 DE MARÇO | 21H30

Seminário Maior de Coimbra
Cantar a Poesia
Associação Alma de Coimbra

08 DE MARÇO | 21H30

Casa das Artes Bissaya Barreto
VIVEIRO III
Lúcia-Lima Associação Cultural

09 DE MARÇO | 11H00

Casa da Esquina
Marcamos Encontros com os Poemas?
Camaleão — Associação Cultural

09 DE MARÇO | 15H00

Ceramicarte — LUFAPO HUB
Poemas de Barro
Peripécias Coloridas — Associação Cultural e Artística

09 DE MARÇO | 17H00

Auditório da Ordem dos Engenheiros da Região Centro
Há poetas na(da) Cidade
CHORUS INGENIUM — Associação Cultural dos Engenheiros da Região Centro

09 DE MARÇO | 18H30

Pedreira João Leitão — Ançã
Foto-concerto «SOM»
Academia de Música de Ançã

10 DE MARÇO | 17H00

Departamento de Arquitetura da FCTUC
As Sombras das Sombras
Departamento de Arquitetura da FCTUC

11 DE MARÇO | 10H00

Centro de Literatura Portuguesa e Jardim Botânico da UC
O Poema vai à Floresta
Centro de Literatura Portuguesa

11 DE MARÇO | 21H30

Teatro-Estúdio do CITAC
Corpo Po-ético
CITAC — Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra

12 DE MARÇO | 10H00

Centro de Literatura Portuguesa — FLUC
Jardins Secreitos: Matéria de Poesia
Centro de Literatura Portuguesa

12 DE MARÇO | 17H00

Biblioteca Joanina
Rainhas por Camões: Tributos a Luís Vaz de Camões por D. Maria Pia de Saboia e D. Amélia de Orleães
Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos

13 DE MARÇO | 17H00

Rómulo — Departamento de Física
Quantumland
Associação do Desenvolvimento do Departamento de Física

13 DE MARÇO | 21H30

Seminário Maior de Coimbra
O Canto dos Poetas
Coro Misto da Universidade de Coimbra

13 DE MARÇO | 21H30

TAGV — Teatro Académico de Gil Vicente
O Fauno das Montanhas — Cine Concerto
Filipe Gouveia e Melo e NuDa/AAC — Núcleo de Estudantes de Arquitetura da Associação Académica de Coimbra

13 DE MARÇO | 21H30

Atelier A Fábrica e Sala da Secção de Escrita e Leitura da AAC
Perforau — Ao Meio Dia Não Há Sombra
Secção de Escrita e Leitura da Associação Académica de Coimbra

14 DE MARÇO | 17H00

Rómulo — Departamento de Física
Quantumland

Associação do Desenvolvimento do Departamento de Física

15 DE MARÇO | 16H00

Casa Municipal da Cultura de Coimbra
Solta-se um beijo... gosto de ti!
Recortar Palavras — Associação Artística, Literária, Educacional e Lúdica

15 DE MARÇO | 17H00

Igreja da Casa de Infância Elysio de Moura
Poetas e Musas, (En)Cantos e Cordas
Casa da Académica em Lafões

15 DE MARÇO | 18H00

Grémio Operário de Coimbra
Por um Milhão de Palavras — As Escolhas de Sophia

Associação Cultural Recreativa e Memória
Grémio Operário de Coimbra

15 DE MARÇO | 18H00

Seminário Maior de Coimbra
Do Lado Errado da Fronteira
Associação Cultural e Artística Grande Coisa!

15 DE MARÇO | 18H00

Teatro Loucomotiva — Taveiro
Poesia na Dança
Associação Dancer's Up

15 DE MARÇO | 21H30

TAGV — Teatro Académico de Gil Vicente
Lendas e Poesias
TAUC — Tuna Académica da Universidade de Coimbra

28 DE FEVEREIRO | 21H00

TAGV — Teatro Académico de Gil Vicente
Concerto de Aniversário RUC
Rádio Universidade de Coimbra

01 DE MARÇO | 10H00

Sala Raposo Marques — Edifício da Associação Académica de Coimbra
Workshop de Construção Vocal — Cantar Poesia
Orfeon Académico de Coimbra

03 DE MARÇO | 10H00

Biblioteca da Faculdade de Economia
Pontes de Poesia
Faculdade de Economia

05 DE MARÇO | 18H30

Student Hub
Poesia entre Linhas Oficina de Poesia
SOS Estudante

06 DE MARÇO | 17H00

Convento São Francisco
TSUGI — Laboratório
Associação Há Baixa

07 DE MARÇO | 17H30

Colégio das Artes
Evento Convergente — Música
Colégio das Artes

08 DE MARÇO | 16H00

Lufapo-Hub
Jogos, Poesia e storytelling
Associação Inclusão Contacto

12 DE MARÇO | 10H00

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
Um Poeta entre Coroas e Lauréis — Luís Vaz de Camões e o mecenato das rainhas portuguesas
Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos

13 DE MARÇO | 17H30

Rómulo
Quantumland — Tertúlia
Associação do Desenvolvimento do Departamento de Física

15 DE MARÇO | 16H00

Casa-Museu Elysio de Moura
Musas do verde louro e do pino verde
Casa da Académica em Lafões

15 DE MARÇO | 19H00

Convento São Francisco
TSUGI — Ensaio Aberto
Associação Há Baixa

16 DE MARÇO | 17H00

Convento São Francisco
TSUGI — Espetáculo
Associação Há Baixa



www.uc.pt/semanacultural





735 ANOS
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
700 ANOS
D.DINIS

J. de S. ay aujo:

